

EM TEMPO:

Quilzenário Nacional • Ano III • nº 109 • 3 • 16 de julho de 1988 • Cr\$ 25,00

OS CRIMES QUE O PAPA NÃO COBROU DE FIGUEIREDO



OS "CRUCIFICADOS" PELA DITADURA

Um documento, divulgado pela Arquidiocese de São Paulo no ano passado, dá um balanço da repressão movida pelo regime militar contra religiosos católicos nos últimos anos. Um dossiê de estorrecer: 7 assassinatos, 395 prisões, 12 sequestros, 9 expulsões do país, 34 casos de tortura, 2 banidos, 75 intimados a depor, 29 bispos atingidos pela repressão, inúmeros processos, que na maioria resultaram em absolvição por falta de provas, censura a publicações e rádios, proibições diversas, falsificações, invasões de sedes, ataques difamatórios acusando religiosos de "comunistas, subversivos e agitadores". Este balanço somente cobria o

período de 1968/78. Desde então, nenhuma destas violências foi apurada, e mais, outras tantas se somaram ao dossiê. Para ficar apenas nas de maior destaque: o assassinato de Santo Dias, da Pastoral Operária de São Paulo durante a greve dos metalúrgicos do ano passado, o sequestro de Dalmo Dallari e José Carlos Dias, membros da Comissão de Justiça e Paz de São Paulo durante a recente greve do ABC e o assassinato do camponês Raimundo Ferreira, da Pastoral da Terra da região do Araguaia, há poucas semanas atrás. Nada disso no entanto, entrou nas conversas e discursos do papa dirigidos ao general Figueiredo.

E mais:

- Como a oposição popular recebe o papa
- Frei Betto fala dos conflitos entre estado e igreja
- Um debate sobre as relações entre esquerda e católicos

PT

Ditadura desencadeia onda de violências sobre o partido.

Professores

Entrevista com Zanetti, da CPB, sobre a unificação do movimento.

Negros

Abdias do Nascimento debate com D. Pelé.

Democracia interna: como ficam os núcleos?

A última reunião da direção do partido e suas decisões sobre programa e estatuto.

A reunião intensiva da direção do PT, nos dias 23 e 24 últimos, foi, por si só, como há muito tempo não se fazia. Fechado num sítio no interior paulista, os 11 efetivos e três suplentes - o quarto suplente, Wagner Benevides foi o único ausente - acompanhados da comissão de advogados eleitos no Encontro Nacional e de pessoal de secretaria e infraestrutura, deram duro em cima do programa, do estatuto e do calendário de legalização do partido.

O programa sofreu várias alterações de detalhe e estúdio ao longo de seu texto, e a ordenação de sua plataforma. De substantivo, apenas duas mudanças, e positivas. No decorrer do texto foi introduzida uma parte relativa à questão agrária (ver box), e a plataforma final, para efeitos formais, foi separada do corpo daquilo que a lei chama de "Programa", ficando definida como "Plano de Ação". Isto se deve ao fato, notado pela direção do partido, de que as alterações no programa bem como no estatuto, uma vez os documentos terem sido entregues ao TSE para o pedido de registro provisório, são extremamente burocráticas, dado o ritual de procedimentos legais exigidos para as retificações - por exemplo, publicação com seis meses de antecedência no Diário Oficial. Como plataforma agora separada do Programa e definida como plano de Ação, a discussão de seu aprofundamento fica mais livre àquilo que o conjunto dos militantes do partido entende necessário.

Esta versão final do programa do partido está sendo impressa e brevemente será distribuída às bases pela direção.

Já as discussões referentes ao estatuto foram mais complicadas. Em parte, o tema é em geral bastante desconhecido, mesmo no interior da vanguarda do PT. Por outra parte, o Encontro nacional não aprovou um texto - como fez com o programa - mas tão somente linhas orientadoras da democracia interna no partido.

Foi o caso da questão da legalização dos núcleos. A resolução norteadora da democracia interna votada ao final do Encontro Nacional, começava, no seu item 1: "Que o estatuto do PT contemple o poder de decisão dos núcleos nas brechas da lei". A solução concreta que havia para a concretização deste princípio - e que foi firmemente debatida nas comissões do Encontro - a instituição dos departamentos foi, no entanto, unanimemente rejeitada pela direção do PT. A lei define o departamento como "órgão de cooperação" e dá a cada departamento - dentro de inúmeros que podem existir na base de um diretório municipal - um voto nas convenções do partido. Assim, nada impedia que os núcleos figurasse, legalmente, enquanto departamentos no estatuto. Eles seriam reforçados, legitimados, e seriam seu poder de decisão levado ao máximo, nas brechas possíveis dentro da lei.

Mas a direção do PT assim não entendeu a questão. Primeiro, não entendeu o que essencial são os núcleos, para que se tenha um partido de verdade, voltado para a intervenção na luta de classes, e não uma mera frente transitória com tarefas

de simples expressão institucional dos interesses populares. Não entendeu portanto a importância da resolução norteadora da democracia interna votada no Encontro Nacional, mas também parece não ter entendido os vários aspectos técnicos jurídicos envolvidos na solução indicada pelo Encontro Nacional, na figura dos departamentos.

E aí fica uma esperança. Pois a Lei Orgânica dos Partidos define o departamento como órgão de cooperação normal nos partidos. Assim, mesmo que o PT não os adote agora, como capo dos núcleos, ele está lá na lei para, a partir de um novo debate interno no partido, serem buscados de volta ao fortalecimento dos núcleos.

O triste desta história é que mais uma vez - ao igual aquela questão da votação de chapa por proporcionalidade ou por maioria simples - a lei da diáspora fica com a imagem de estar mais disposta a concessões à democracia interna dos partidos do que a direção do PT.

Mas a questão do estatuto não parou aí. Houve também ganhos reais na resolução da reunião intensiva. Criou-se, por exemplo, a figura do comparecimento das bases dos núcleos nas convenções do partido para votarem, em caráter indicativo, as resoluções antes de serem submetidas ao colégio eleitoral restrito, definido pela lei. Trata-se de um mecanismo de pressão que, apesar de não ser decisivo, não pode ser desprezado. Uma direção de um diretório municipal terá que ter muito peito para votar contra o parecer formalmente expresso pelas bases.

Criou-se também a figura do "voto de desconfiança" das bases. Ou seja, se por tantas vezes sucessivas, as bases discordarem de uma determinada atitude tomada pelas direções elas podem acionar um mecanismo capaz de destituir os mandatários desta direção e renová-la numa eleição extraordinária.

O problema destes ganhos é que eles foram tão somente enunciados no estatuto, ficando sua regulamentação transferida para o regime interno que ainda será apreciado pela direção numa próxima reunião.

Assim, ao que tudo indica, a preocupação com a democracia interna no PT não é uma questão secundária, objeto de preocupação de distantes preocupações. De arranhões que ficaram do Encontro Nacional nesta questão, não foram tão passageiros nem tão superficiais como alguns poderiam ter suposto.

Finalmente a reunião intensiva aprovou a criação de uma Executiva no interior da Comissão Diretora Nacional Provisória do partido. Ela ficou assim constituída: Presidente - Lula; Vice-Presidente - Otávio Dutra; Secretário Geral - José Buarque; Secretário - Antônio Carlos de Oliveira; Tesoureiro - Freitas Diniz.

A apreciação final do estatuto e do regime interno e outras questões de funcionamento, como a criação de secretarias, deverão novamente entrar em pauta numa nova reunião da direção marcada para o dia em que este jornal está sendo às bancas.

É esperar para ver.

Um esboço de política agrária

O PT defenderá uma política agrária que objetive o fim da atual estrutura fundiária. Esta estrutura é baseada na grande empresa capitalista e nos latifúndios, que mantêm as terras improdutivas que servem à especulação imobiliária. Corrobora também o fim da expropriação das terras pelas grandes empresas nacionais e estrangeiras e incrementará a luta pela nacionalização da terra, permitindo, assim, o aproveitamento dos recursos humanos e das potencialidades econômicas existentes no solo e no sub-solo, segundo os interesses dos trabalhadores rurais e do conjunto da sociedade brasileira.

O PT defenderá ainda a exploração imediata de toda a terra disponível, inclusive a que é de responsabilidade do Estado - as terras devolutas, as terras do INCRA e as terras da faixa de fronteira - que deverão ser usadas pelos trabalhadores sem terra, ocupando-as permanentemente, de maneira a que sejam atendidos os seus interesses e as suas necessidades. Mas para o PT não basta a simples distribuição

Partido dos Trabalhadores

O Partido dos Trabalhadores



POR UM GOVERNO DOS TRABALHADORES



Cartaz elaborado pelo PT da Paraíba

da terra. Como exigência fundamental para o êxito dessa nova política agrária postula a criação de instrumentos econômicos e financeiros como forma de apoio indispensável à exploração da terra, segundo as peculiaridades geográficas e humanas regionais.

De imediato, o PT defende a valorização dos salários no meio rural, com a extensão e a adaptação

de todos os benefícios conquistados pelos trabalhadores urbanos; defenderá, igualmente, uma justa e adequada remuneração para a pequena produção no campo. O PT considera necessário, ainda, preservar a ecologia e, para isso, manterá intransigente posição contra as iniciativas que coloquem em risco o equilíbrio da natureza e prejudiquem a fauna e a flora.

Novas Comissões Municipais

Porto Alegre

Realizou-se sábado, dia 28 em Porto Alegre, a convenção municipal do PT que elegerá a Comissão Municipal Provisória, a qual deverá organizar os seis comitês zonais a que o PT tem direito em Porto Alegre.

Com a presença de 173 militantes credenciados, a convenção discutiu e aprovou também a plataforma de ação que orientará os trabalhos da Comissão.

Dois plataformas de ação, assim como duas chapas foram apresentadas, refletindo as 7 grandes linhas que hoje caracterizam dentro do PT: de um lado aqueles que lutam pela manutenção de um PT classista e de outro, aqueles que procuram dar ao PT um caráter popular.

Em ampla maioria no plenário, a corrente classista não teve dificuldades em aprovar sua plataforma, sem ter chegado a maioria dos membros da Comissão Municipal Provisória, já que a maioria de proporcionalidade nas eleições foi observada, não tendo sido proposta o critério de maioria absoluta nem por aqueles que, na Convenção Nacional, votaram a favor deste critério.

A plataforma aprovada por mais de 2/3 dos votos, reafirmava os princípios da Carta de 17 de maio e, embora respeitando o programa nacional recentemente aprovado, considerava importante continuar a luta "para que, na próxima convenção, o PT revise os compromissos que lhe foram originados: um partido de trabalhadores, sem patrões, e que luta por um governo dos trabalhadores e por uma Assembleia Constituinte." A manutenção da democracia interna, através do respeito à pressão e representação de todas as correntes internas ao PT e a garantia de poder de decisão nos núcleos, era outro dos princípios norteadores da plataforma que, como tarefa

políticas imediatas, se propunha, no âmbito sindical, o apoio a todos que lutem contra o petulismo e a CLT, o apoio às formas de organização independente dos trabalhadores, inclusive a uma Central Única dos Trabalhadores estadual, e apoio à organização do ENTOES. Nas lutas urbanas, o apoio decisivo às lutas das associações de moradores e ao aprofundamento do trabalho dos militantes do PT nesta tarefa e, por fim, a luta pela realização de eleições municipais ainda este ano. Como tarefa organizativa propõe realizar campanhas tanto para divulgação e propaganda, quanto para filiação e organização de núcleos e zonais, realizando plenários, providenciando sedes e buscando vincular os núcleos já existentes com os zonais.

Belo Horizonte

Tendo como pauta a organização do PT na cidade, os problemas da legalização e a definição de um Plano de Ação local, realizou-se em Belo Horizonte, no dia 29 de junho, um Encontro de militantes do PT, que contou com cerca de 200 participantes. O principal objetivo do Encontro era orientar o trabalho na Capital, tendo de ponto de vista legal, procurando contrariar com a indefinição do TRE, quanto ao desmembramento do Diretório Municipal em Diretórios Zonais, que no caso de BH seriam sete.

Nesse sentido, o Encontro decidiu pela criação de Comissões Provisórias Zonais, encarregadas de promover encontros em cada uma das sete Zonas Eleitorais, ampliando a participação e elegendo Comissões Eleitorais. Como seja decidido pelo desmembramento, as Comissões Provisórias poderão ser apresentadas para efeito de legalização.

Foi outro ponto no Encontro a questão do Conselho Coordenador do conjunto do município. Embora não sejam discordantes de um lado, aqueles

que não viam forma de direção municipal um papel político próprio, mas apenas um papel de coordenação, alegando que a direção deveria partir das bases, dos núcleos, zonas, etc. Paralelamente, a Comissão deveria resultar da soma dos Comitês Zonais de três membros, a ação política concentrando-se em cada Zona, e não se fossem efetivamente todos os diferentes.

De outro lado, aqueles que viam a necessidade de uma intervenção política unificada em toda a capital, um trabalho a partir dos núcleos, porém com uma direção política homogênea e definitiva, roerem com o Plano de Ação. Neste caso, a Comissão Municipal deveria resultar de uma discussão e votação em plenário, que lhe garantisse a coesão e a representatividade.

No prática, a Comissão definida no Encontro foi uma mescla destas duas visões: sete membros escolhidos nas Zonas e mais quatro membros eleitos em plenário.

Quando ao Plano de Ação, ficou que a sua importância fosse imediatamente reafirmada, o tempo dedicado a sua discussão foi bastante curto. Apesar disso, foi possível definir as linhas gerais de trabalho. O plano se centra na Campanha de legalização do PT, buscando atingir especialmente as Zonas Eleitorais onde o trabalho apenas se iniciou.

Entre as várias outras campanhas propostas, foram definidas como prioritárias: um apoio efetivo à luta dos estudantes de BH, que tem a pauta grande voto nas próximas eleições, com o protesto contra o monopólio de mão de obra pelas prefeituras, para contrariar a tendência a uma campanha pela transferência dos recursos observados na construção do novo aeroporto de BH, que será utilizado por uma infinidade de linhas, para a melhoria dos transportes coletivos da cidade; uma participação mais efetiva no Comitê de Solidariedade às lutas operárias e populares, principalmente tendo em vista as várias campanhas realizadas que se aproximam (bancários, metalúrgicos, etc.).

Violências contra o PT

Jacó Bittar, dividiu go no último dia 30, em São Paulo, a seguinte nota:

O PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT), por a público denunciar uma série de violências de que tem sido vítima em todo o território nacional. Entre outras arbitrariedades denunciadas: - o interdito da sede do PT na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul; - os ataques contra a casa do companheiro Manoelito Corrêa em Recife, Pernambuco; - a agressão a parlamentares do PT: o companheiro José Eudes no Rio de Janeiro e o companheiro Geraldo Siqueira Filho em São Paulo foram vítimas de covardes agressões; - a prisão de companheiros no Rio Grande do Norte, quando se encontravam a população para defender a liberdade do PT naquela cidade; - a prisão de companheiros em Nova Lima, Minas Gerais, quando corriam a população para apoiar o companheiro Lula naquela cidade.

Todos esses atos parent dos inimigos da democracia e visam aniquilar o povo brasileiro na sua luta pela liberdade e pela justiça social.

Quê dirão os membros do Partido dos Trabalhadores que a cada dia se vêem como uma realidade inornável no sentido da construção de um verdadeiro partido dos trabalhadores e de todos os explorados desse país.

O PT que nasceu e se criou na luta do povo não poderá se voltar para trás e abandonar a luta pela liberdade e pela justiça social. O PT continuará a lutar por sua liberdade e construção, bem como continuará a lutar por todos os brasileiros não comprometidos com a corrupção e a ditadura e a luta pela liberdade e pela justiça social.

Constituinte

Para derrubar a ditadura ou para legitimar Figueiredo?

A propósito da "Constituinte com Figueiredo", defendida por Ulisses Guimarães, presidente do PMDB

Por Hélio Andrade

No vidade: o PMDB pela primeira vez na sua história, através de seu presidente, Ulisses Guimarães, passa a admitir a tese da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte pelo próprio general Figueiredo. Foi na última sexta-feira, dia 27, em Curitiba, que Ulisses resolveu responder aos desafios de Figueiredo o qual, dias antes, conclamara a oposição a apresentar "alternativas concretas para o país". O presidente do PMDB deixou claro o que seu partido entende como sendo a função que deve desempenhar uma Constituinte.

"Não queremos, afirmou Ulisses, e nem estimulamos, uma solução armada de tipo popular... se houver sinceridade e honestidade de propósitos... poderemos aceitar uma Constituinte com Figueiredo".

Contudo, esta posição não foi de causar espanto. Basta ver a trajetória da questão da Constituinte dentro do partido. Somente em 1977 é que o antigo MDB assume a defesa da bandeira e, ainda assim, deixando claro para o regime que não concordava com uma Constituinte que "abrisse

caminho à subversão". Posteriormente, a luta pela Constituinte urdece mas, momentaneamente, ao introduzi-la em seu programa, o PMDB volta a lançar advertências sobre os perigos da subversão.

Neste quadro era de se supor que bastava um sopro do regime, um aceno à oposição para que apresentasse "alternativas concretas e pacíficas", para que a oposição liberal revelasse com clareza seus sinceros propósitos, não de derrubar o regime ditatorial, mas sim de abrir-lhe uma ponte para uma transição mais suave à "democracia".

Orá, falar de "honestidade de propósitos" por parte de Figueiredo, logo após o regime ter demonstrado seus propósitos com uma clara intenção na greve do ABC é, no mínimo, hipocrisia. Sobre tudo para o próprio Ulisses que esteve várias vezes no mesmo ABC vendo a mesma realidade. Mas, por trás desta hipocrisia, o importante é que é que colocações como esta de agora vêm deixando claro os limites da unidade de ação possível com os partidos burgueses.

O estranho no PMDB foi o

fato de somente parlamentares da fendência Popular terem se levantado contra a tese da "Constituinte com Figueiredo". E mesmo assim, não todos, ficando o combativo Francisco Pinto com o encargo de disparar o grosso das críticas a Ulisses. Tentando mostrar que a posição de Ulisses não era a do partido, Pinto falou que "esses equívocos são até compreensíveis quando se sabe que Ulisses discute muito pouco com seus companheiros as colocações que faz em nome do partido".

No entanto, é de se supor que Ulisses não tenha cometido um mero deslize casualístico. Sua habilidade no trato destas questões é por demais conhecida. Por outro lado, figuras até há pouco dadas como parlamentares autênticos, como Marcos Freire e Fernando Collor, correram em defesa de Ulisses, dizendo que o que importa são os requisitos de uma Constituinte e não quem a convoca.

Tudo isto deixa patente os rumos pelos quais começa a se adensar o PMDB. E mais, esta questão, sem dúvida, será um dado importantíssimo para se medir o alcance da

falada frente das oposições em gestação nos meios parlamentares.

Nem outro campo, a quinzena também trouxe outras novidades à questão da Constituinte. O presidente do PT, Luís Inácio da Silva, em viagem recente pelo nordeste resolveu atacar o tema. Edisse: "Constituinte agora não, pois ela seria inevitavelmente convocada por um Golbery ou um Figueiredo, ou outro qualquer". Com o que Lula tentava de certa forma justificar o porquê de não inclusão da Constituinte no programa do PT recentemente aprovado pelo Encontro Nacional do partido. Assim, concluiu Lula, em o caso de estudarmos mais a questão antes de sairmos por aí defendendo-a.

É verdade que a colocação de Lula visa diferenciar o PT das jogadas oportunistas de Ulisses e dos liberais em geral. Mas a intenção, no caso, é tão somente uma estratégia. Os efeitos, são praticamente o contrário. Pois, se os liberais resolverem estender a mão a Figueiredo através da Constituinte, o que fará o PT? Que outra bandeira geral, demo-

crática, terão para colocar no lugar?

Nenhuma. E ficarão a resmungar objetivos talvez até mais radicais, porém sem a via concreta de como chegar até lá. É exatamente colocando a Constituinte, com todas as letras, com todos os seus requisitos necessários à participação democrática dos trabalhadores, do conjunto da população, que o PT conseguirá se afirmar na luta contra o regime. Ao mesmo tempo em que dificultará, pela denúncia concreta, a viabilização da ponte que os liberais querem lançar a Figueiredo, também se afirmará na vanguarda da luta democrática.

O fato da Constituinte agora, imediatamente, só poder concretizar com um general tipo Figueiredo, não tem nada a ver com a justiça da bandeira, desde que devidamente colocada e implementada. Pois do contrário, nunca as oposições deverão ter, por exemplo, colocado bandeiras como a da Anistia Ampla, Geral e Imediata. Ou pensarmos — e ainda pensamos — em conseguir a sem a derrubada da ditadura?

PDS alicia até pelos classificados

Demonstrando mais uma vez a sua "honestidade" e disposição de construir "verdadeiros partidos políticos" neste país, o PDS vem aumentando enormemente suas filiações. No Rio de Janeiro, por exemplo, o jornal O Dia publicava no dia 27 de maio o seguinte anúncio: "MOÇAS - RAPAZES: Para trabalhar no Censo de 80, sem prova, mediante inscrição no PDS.

Salário a partir de Cr\$ 15.000,00 mensais. Inscrições na Rua André Cavalcanti, 106."

São 120 mil recomendados, que o presidente do IBGE, Jessé Montello, pretende admitir como se pode ver sem constrangimento, ou melhor, com seleção ideológica. Conforme O Estado de São Paulo, quem vem coordenando o recrutamento é o médico Guilherme Romano, conhecido amigo do ministro-chefe da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva e articulador entre-oficial do PDS no Rio.

Segundo o Relatório Reservado nº 709, de 2 de junho de 1980 (Rio) a política de Jessé Montello no IBGE tem gerado "crescente insatisfação entre seus funcionários", culminando com a demissão do Diretor-técnico Angelo de Souza.

Além de preencher "O Livro" do PDS, Montello vem exigindo a não divulgação de dados estatísticos que possam subsidir críticas à política do governo.



Moças - rapazes
Para trabalho no Censo de 80, sem prova, mediante inscrição no PDS. Salário a partir de Cr\$ 15.000,00 mensais. Ins. na Rua André Cavalcanti, 106.

Belo Horizonte: capital do terror

Ataques à liberdade de imprensa

O terror volta a bater firme em Belo Horizonte com a explosão de uma bomba de alta potência na sede do Sindicato dos Jornalistas, o qual tem permanentemente dado guarida às entidades democráticas e de trabalhadores da cidade. Na madrugada do dia anterior, 26 de junho, apareceram fixadas nas principais bancas da cidade uma nota anônima ameaçando os jornalistas caso continuassem a vender periódicos da imprensa alternativa (ver nota ao lado). No mesmo dia, dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações foram publicamente insultados por um grupo de indivíduos que gritavam os conselhos jogados do CCC e os pais de um carro que levava os líderes sindicais João Paulo Pires e Lula foram esvaziados.

Eles, os terroristas, estão nas ruas, estão tranquilos. No próprio momento do atentado à sede do Sindicato dos Jornalistas eles tiveram calma e a segurança de passar um "tiro" na casa de Dona Helena Grecco. Identificando-se como o "personal do jornal EM TEMPO" e assumindo burlescamente a identidade de um de seus membros.

Alguns de seus principais componentes já foram inclusive denunciados publicamente por um ex-agente da repressão. O inquérito de apuração do último atentado ao jornal EM TEMPO, em julho do ano passado, que provocou inclusive uma admoestação pública aos terroristas pelo próprio Figueiredo, continua parado apesar das inúmeras possibilidades de se chegar à verdade.

Enquanto isso, lança a hipocrisia. O jornal de Minas estampou em primeira página um editorial condenando o atentado, e se aproveitando para insinuar marginalmente que os seus autores poderiam ser a "esquerda". Sem deixar por menos, Francisco Pereira afirmava que o atentado "era apurado" custe o que custar, do a quem doer". É do Planalto, vinha uma ordem do Ministro da Justiça, Abi-Abel nomeando especialmente o diretor geral da

Polícia Federal, Moacir Coelho, para acompanhar as apurações.

Em Belo Horizonte, nos últimos anos já ocorreram dezenas de atentados dos mais variados tipos, todos impunes, um verdadeiro laboratório de ações para a - militares em curso.

Sob a oposição denunciativa, e especialmente a maneira, está a responsabilidade de iniciar uma campanha pública mais ofensiva e sistemática visando isolar politicamente o terror, desmascarar a convivência descarada do Governo e - por que não? - forçar a punição dos criminosos.

Em decorrência dos fatos acima, várias entidades oposicionistas mineiras lançaram uma nota conjunta de protesto contra os atentados. Por seu lado, os jornalistas da capital realizaram uma paralisação simbólica de cinco minutos, na sexta-feira, em protesto contra a bomba.

A nota afixada nas bancas

Senhor jornalista:

O senhor, talvez sem saber, vem colaborando para o aumento da propaganda comunista em nossa pátria, ao vender alguns, sendo todos, dos jornais abaixo relacionados.

Esses jornais, divulgam idéias e mensagens contrárias à moral e aos desejos do povo brasileiro. Exigimos, portanto, que o senhor pare imediatamente de vender estes jornais em sua banca, para que não sejam obrigados a tomar medidas drásticas.

Relação dos jornais comunistas: Hora do Povo, Movimento, Companheiro, Voz da Luta, O Trabalhador, Tribuna da Luta Operária, O Pequeno, Em Tempo, Corrente Sindical, Confronto, O Avante, Convergência Socialista.

Por um congresso unitário

Por Luci Ayala

Hermes Zaneti

“É um absurdo dizer que a CPB é pelega”

Nos dias 14 a 17 de julho, em S. Paulo, será realizado o Congresso Nacional de Profissionais de Educação, para discussão e encaminhamento da organização nacional de professores e demais trabalhadores de ensino. Como subsídio para os debates do Congresso EM TEMPO entrevistou Hermes Zaneti, presidente da Confederação dos Professores do Brasil, que explica a posição da entidade frente ao Congresso.

O Congresso Nacional de Profissionais de Educação (CNPE) é um dos pontos mais importantes na construção da organização nacional dos professores. E pode realmente ser um passo decisivo, isso porque os setores do movimento estão apresentando a proposta de, neste congresso, fundar uma nova entidade nacional.

A questão da organização nacional apresenta hoje dois processos distintos e paralelos, ambos com algum grau de representatividade. Um, representado pela Confederação dos Professores do Brasil (CPB) que nos últimos meses vem dinamizando suas atividades na tentativa de recompor suas bases. E outro representado pelo II e III Encontros Nacionais, que convocam o CNPE.

A CPB, que paralisou suas atividades durante as lutas do professorado, vem tentando mobilizar sua funcionalidade, através de contatos com as entidades regionais e se fazendo presente nas bases. Ciente da necessidade de um respaldo de massas para qualquer entidade nacional, seu presidente, Hermes Zaneti, propõe-se a abrir um processo de discussão para a reformulação das estatutos, os quais não garantem a democracia interna da entidade.

Os organizadores do Congresso Nacional, com base em quatro entidades regionais importantes, UTE de Minas, APEOSP de S. Paulo, a APENOP de Pernambuco e a APEPA do Pará, e contando com o respaldo de milhares mobilizados do professorado, estão firmes no processo de organização de uma nova entidade.

A primeira postura da CPB e da maioria de suas filiais frente aos Encontros foi a tentativa de desmoralização, acusando-os de não serem representativos da categoria. No entanto, à medida que se desenvolveram o processo, mesmo a unidade de encaminhamentos. E todas as suas tentativas foram então rejeitadas.

No III Encontro Nacional, realizado em Minas, os setores que representavam a CPB propuseram a realização de um Congresso Unificado, na data já definida pelo Congresso da CPB. Mas o Encontro marcou o seu Congresso para julho. A partir daí o processo tornou-se irreversível pois todas as organizações do CNPE quanto a CPB, a legavam não ter autoridade para qualquer alteração na data de seus respectivos Congressos.

Por outro lado, os organizadores do Congresso, apesar de suas bases mobilizadas, sabem que não são representativos do conjunto do movimento dos professores e que, para a construção de uma organização nacional não podem dispensar o apoio de entidades importantes como as do ACREA, principalmente, o Centro de Professores do RGS (CEPERGS) bases fortes da CPB.

Mas a proposta da criação de uma entidade nacional, hoje, serviria para lhes dar um cunho em qualquer processo futuro de unificação do movimento dos professores em torno de uma entidade única.

O movimento dos professores já está colocando a necessidade da organização nacional, mas uma dúvida quando esse processo dá os seus primeiros passos, só veio a prejudicar ao próprio movimento. A CPB, enquanto entidade, não precisa ser resuscitada e o movimento para isso é a discussão de seus estatutos. O próximo Congresso, ao invés da criação de uma nova entidade deve aceitar as propostas de um congresso unitário de professores, organizado por todos os organismos que se reivindicam da organização nacional de professores. (Luci Ayala)

— Nos últimos dois anos os professores avançaram nas suas reivindicações e em seu processo de organização. Qual a sua avaliação do movimento?

— O que se pode dizer é que os professores, nos dois últimos anos, mas principalmente em 79, acordaram. Houve mais de 20 greves reivindicando melhores condições de trabalho, numa verdadeira explosão. Veio a zona de necessidades e anseios há muito reprimidos e que explodiram em um movimento de caráter nacional.

— A CPB se propõe, hoje, a ser uma entidade centralizadora do movimento de professores no Brasil, não é mesmo? E como você se coloca frente ao processo de organização dos dois Encontros Nacionais e do próximo Congresso?

— Primeiramente devemos ver o que é que a CPB é hoje. É preciso dizer que a CPB tem quase a idade do golpe de estado, tem 17 anos de existência. Para sua fundação foram realizados quatro Congressos, no tempo em que o movimento social era ativo neste país. Logo depois de sua fundação veio o golpe, que abalou profundamente nossa entidade e todas as demais. E com isso a CPB já realizou 13 Congressos. Agora vem esse pessoal dizer que a CPB é pelega e que é preciso organizar os professores a nível nacional. Isso nós também queremos.

— Mas existe a objeção de que a CPB está ausente das lutas da categoria e que em algumas ocasiões tem inclusive se recusado a assumir o movimento, como no caso da primeira greve de Minas Gerais...

— Aquecer a CPB de estar ausente das lutas da categoria pode ser uma meia verdade, porque a entidade não foi isenta da desmobilização e do achatamento que todos os organismos de classe sofreram nos últimos anos. A CPB refletiu o próprio descalço e desmobilização dos professores.

No caso de Minas Gerais houve realmente um problema. A então presidente, Maria Telma, por motivos próprios e que não cabe aqui analisar, não assumiu o movimento. E inclusive, que era vice-presidente, tentou demover a Maria Telma. Mas as pessoas se prendem a este fato, sem ver o resto da história. Porque depois do episódio de Minas, o Conselho Administrativo da CPB analisou o episódio e criticou sua presidente, a ponto de Maria Telma pedir demissão.

— Podemos dizer que hoje existem dois projetos que propõem a organização nacional dos professores. Um é a CPB e outro é o Congresso, que se realizará em julho, e que pode vir a cristalizar a divisão do movimento, com a formação de uma nova entidade nacional. Como você avalia essa situação e quais as suas propostas?

— Em janeiro deste ano realizamos o nosso Congresso e convidamos todo esse pessoal a participar. Para nós seria o momento de estudarmos as diferenças e encaminharmos a unidade. Mas o pessoal dos encontros que foi a Brasília não estava querendo a unidade.

— Mas a CPB foi convidada a participar do Congresso, agora em julho e você propõe a não participar...

— Veja bem, o último Congresso da CPB resolveu realizar o próximo, em janeiro de 1981, no Ceará. A diretoria não pode passar por cima da resolução de seu Congresso. Nossa proposta, portanto, foi de adiamento desse congresso de julho e a sua realização junto com o nosso. Mas essa proposta não foi aceita.

Dia 14, em Salvador, realizou-se uma reunião da Executiva desse Congresso, onde participaram 14 das 23 entidades filiadas à CPB, levando a nossa proposta. As 14 se reuniram e apresentaram um relatório onde dizem que, dado o grande



setarismo da executiva, não valia a pena participar das discussões e que a CPB não deveria participar do Congresso. E nós não vamos. Isso não quer dizer que as entidades filiadas não possam participar. Podem, e inclusive algumas participaram.

— Professores, uma das críticas à CPB é quanto ao seu estatuto, que a tornam uma entidade de cúpula, sem nenhuma democracia interna...

— O estatuto da CPB já foi alterado recentemente e poderá ser alterado de novo, desde que requerido pelas entidades filiadas. De minha parte, enquanto presidente da CPB, quero deixar claro que me disponho a uma ampla discussão dos estatutos de forma a modificá-los no sentido de ampliar a democracia da entidade.

— Vejamos, o artigo 3º diz que a Assembleia de Delegados é o órgão máximo da entidade e que os delegados deverão ser designados pela entidade filiada, mas não exige a forma dessa designação. Isso permite que os dirigentes indiquem delegados, sem nenhuma assembleia ou consulta aos sócios...

— Existe o argumento de que a CPB não poderia se misturar nos assuntos internos das suas filiais, mas eu acho que a CPB tem direito de exigir que seus delegados sejam eleitos já que deliberam sobre os rumos da entidade. Reconheço que este artigo pode ser aperfeiçoado.

— Pelo estatuto, a Assembleia de Delegados é quem elege a diretoria da CPB. Isso significa que o presidente não é eleito pelo conjunto dos sócios. Além disso, o Conselho Administrativo, que tem funções executivas, não é eleito, mas formado pelas diretorias das entidades. Então além de não ser um programa de intervenção, não pode se reunir sistematicamente, o que implica uma grande centralização das decisões na figura da diretoria...

— Bem, vamos por parte. Recentemente mudamos os estatutos da CPB e foi para melhor. Antes o mandato do presidente era de seis anos, agora é de três. E agora o presidente é eleito pela Assembleia de Delegados, antes a Assembleia de Delegados elegia um Conselho Administrativo de nove membros e este Conselho é que elegia o presidente. E o Conselho também se ampliou, com a participação de todos os presidentes de entidades filiadas. E o Conselho é assim porque entendemos que uma Confederação não pode estar presente em todos os lugares na figura de seu presidente. Assim o presidente da entidade filiada, membro do Conselho, representa a CPB no seu Estado, dinamizando a entidade.

Quanto à eleição do presidente pela Assembleia de Delegados, acredito que isso é uma definição conjuntural. Ainda não temos condições de realizar eleições em todas as escolas, em cada

Estado. Essa, sem dúvida, é a melhor forma e devemos lutar para que isso aconteça. Particularmente não sou contra, pelo contrário, pois o presidente ser eleito pelo conjunto dos sócios das entidades filiadas é muito mais democrático.

— Pelo estatuto, o Congresso de eleição da diretoria se realiza em janeiro, nas férias, quando os professores estão desmobilizados. Com isso não é possível realizar uma boa discussão de programas e propostas de atuação.

— Isso ocorre porque nas férias os professores tem mais condições de viajar. Mas isso se modificaria se as eleições fossem diretas.

— Uma outra questão é a da proporcionalidade dos delegados para a Assembleia, que não garante a real expressão da força de cada entidade. Por exemplo, uma entidade de cinco mil sócios teria direito a cinco delegados, e uma com 50 mil teria apenas 10 delegados. Isso, associado ao critério de retirada de delegados, não necessariamente eleitos, restringiria muito a expressão das bases nas decisões da entidade...

Quanto à questão da escolha dos delegados eu já me referi. Agora a questão da proporcionalidade é muito controversa, pois as entidades dos Estados pequenos reclamam que são esmagadas pelos grandes Estados. E as entidades grandes reclamam que são sub-representadas... Mas acho que isso se resolve com um amplo processo de discussão.

— E quanto ao processo de filiação? O estatuto não exige que as entidades para se filiarem tenham que ter o respaldo de uma assembleia...

— Concordo que deveria ter uma assembleia que resolvesse a filiação e também que a desfiliação só deveria ser aceita se uma assembleia de sócios assim o exigisse. Isso porque, em 1977, na gestão da professora Tereza Noronha, a APEOESP desfiliou-se da CPB porque sua diretoria considerava a entidade muito de esquerda. Veja só. Quando que se houvesse uma assembleia para discutir a questão, os seus sócios não aceitariam a desfiliação.

— Quanto aos compromissos da entidade. No artigo 7º, entre as deveres das entidades associadas consta o dever de respeitar as leis e as autoleis constituintes. Isso, não só dá um caráter oficialista à entidade, como também seria o argumento para expulsar a grande maioria das entidades combativas que se colocam à frente das lutas dos professores, na medida que uma greve, para não citar outros exemplos, é proibida por lei.

— Quanto a isso eu gostaria de deixar claro que lei e autoridade só podem ser entendidas enquanto tais, na medida que sejam legítimas e que isso não é o caso de grande parte da legislação e das autoridades desde pais.

“Os professores desconhecem a CPB”

Luiz Senes, Dado, presidente da UTE - União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais

Qual a sua avaliação sobre a Confederação dos Professores do Brasil, sua existência, suas bases, sua estrutura e seu papel?

- Penso que a CPB, embora tenha existência legal, não tem qualquer significado real para o professorado brasileiro. Ela não passa de um sindicato de entidades, em sua maioria entidades-fantasma: 99% dos professores do país nunca ouviram falar em CPB. E mesmo nos Estados onde as entidades filiadas possuem representatividade (Rio Grande do Sul e Goiás, sobretudo), este privilégio não se transfere à CPB, que é solenemente ignorada pelo magistério. Em poucas regiões a CPB é conhecida, e geralmente de forma negativa. Basta recordar a sua atuação pelega em relação às greves da categoria em Minas e no Rio de Janeiro. Esta contradição da CPB com os legítimos movimentos da categoria se reflete internamente, em sua estrutura, seus estatutos. Não há nela nem sombra de democracia interna. Basta dizer que a sua direção é “eleita” por um conjunto de “delegados” dos Estados indicados pelas diretorias das entidades regionais.

- Algumas forças presentes no movimento do professorado têm levantado argumentos no sentido de sustentar a renovação ocorrida na CPB nos últimos meses e as possibilidades de trabalho conjunto que daí adviriam...

- A CPB não se renovou, ela apenas modificou a sua fachada. Tivemos greves em mais de 15 Estados em 79/80 e, em sua maioria, esses movimentos sofreram oposição das entidades ligadas à CPB, que foram atropeladas por eles. O profes-

rado, em vários Estados, construiu as suas verdadeiras entidades (Minas, Rio de Janeiro, Pará etc.). E aponta agora para a necessidade de construir igualmente a sua entidade nacional. Isso assina a CPB e a obriga a retocar a sua “imagem”, através de uma combatividade retórica, que não encontra qualquer correspondência na sua atuação prática, cotidiana.

- Qual encaminhamento você defende no sentido de minimizar as possibilidades de rachas na representação sindical da categoria?

- Uma verdadeira entidade nacional não se constrói sem luta, e a luta cria naturalmente anistas, sobretudo porque fere (sendo as falsas representatividades). Não será por essa razão, entretanto, que deixaremos de construí-la, se o professorado realmente anista por ela. A melhor maneira de evitar desgastes maiores para a categoria é garantir um processo rigorosamente democrático de chegarmos até a entidade nacional. Se a grande maioria do professorado participar desse processo, as eventuais divisões, as dissensões de cúpula, serão irrelevantes. Julgo que devemos iniciar nesse Congresso a construção da entidade nacional, definindo seus princípios gerais e uma estrutura de funcionamento. Mas não cabe ao Congresso moldá-la em toda a sua dinâmica de funcionamento. Para estruturá-la, de fato, com os seus variados organismos, sua democracia interna, precisaremos ainda de um amplo debate em todo o país, implementado de forma unificada e sistemática, a partir do Congresso.

“Eu questiono a abertura da CPB”

Edo Nóbilio Campos Reis, presidente da APEOESP - Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo

Há várias posições no interior da APEOESP. Coloco aqui a minha individual. Acho que o fundamental agora no Congresso de julho é conseguirmos unificar as lutas do professorado, tirarmos campanhas realistas para serem efetivamente encaminhadas. Por exemplo a questão da aposentadoria aos 25 anos, a reivindicação de aumentos semestrais para a rede pública, a redução da jornada de trabalho e a semana nacional de luta pela educação entre outras. Mas é importante que sejam campanhas que efetivamente possam ser levadas a nível nacional. Pois desde o II Encontro que, apesar de havermos tirado uma plataforma de lutas de fato não conseguimos realizar nenhuma campanha nacional.

Na questão da entidade nacional, pessoalmente acho o seguinte: está na ordem do dia a criação de uma entidade realmente massiva de professores a nível nacional. Uma entidade massiva e não apenas a base de diretorias de entidades estaduais. A CPB promete mudar seus estatutos mas eu questiono esta abertura. A CPB já é bastante viciada na sua representação através de diretorias e não pelas bases da categoria. O que nos interessa não é dividir mas sim a união geral da categoria.

No entanto dentro da APEOESP há posições que pensam diferente. Vamos agora ao Congresso de julho e acordemos a definição que lá se tirar.

“Tornar a CPB massiva”

Georgino, da Silva Melo, presidente do CEP - Centro Estadual de Professores do Rio de Janeiro

A maioria da direção do CEP resolveu participar do Congresso agora em julho porque lá vão estar professores discutindo seus problemas. E como um espaço que congrega professores achamos importante ir lá para defendermos a entidade na CPB junto com todas as entidades ainda não filiadas, visando fortalecer a entidade que já existe, democratizá-la, torná-la massiva e atuante e combater as posições arrastadas que lá existem. Somos portanto radicalmente contra a criação de qualquer outra entidade nova que só serviria para dividir o movimento ao dar duas cabeças para a luta do magistério.

A necessária unidade das entidades filiadas e não filiadas ainda a CPB deverá se dar no próximo congresso patrocinado pela própria CPB, mas que poderá ser organizado em conjunto segundo já concordou o próprio Zaneta pelas entidades filiadas e não filiadas.

Assim poderemos ter discussões preparatórias ao longo do segundo semestre nos vários Estados.

É preciso aproveitar este compromisso da CPB com a reforma dos estatutos, esta abertura, ainda que por contingência, por pressão do movimento de massas.

estudantes

Minas

Greve Geral Nacional

O movimento estudantil, em fevereiro passado, no Conselho Nacional de Entidades Gerais - CONEG - deliberou alguns eixos nacionais de luta. A idéia era de que como haveria seguramente no primeiro semestre um movimento generalizado contra os aumentos de anuidades, que este movimento deveria ser unificado pela UNE, nos seus momentos principais.

Realmente as lutas neste semestre pipocaram em muitas escolas e por todos os cantos do país. No entanto não conseguiram ser vitoriosas. Primeiro porque não existiu uma unificação; cada escola entrou em luta numa determinada época usando formas de mobilização diferenciadas. Nas escolas particulares de Minas, por exemplo, houve um boicote generalizado ao aumento das anuidades no início do ano. Noutras escolas públicas em geral os movimentos começaram a partir de abril e a forma de luta foi a greve tendo como motivo a falta de verbas para a educação e o aumento das taxas de anuidades. Foi o caso da USP, da Federal de Viçosa, da Federal do Espírito Santo e outras.

No entanto apesar de toda esta riqueza saltou-lhes um desequilíbrio, um momento de sair as ruas e mostrar à população que a luta não se prendia a uma universidade. O que houve, pelo contrário, foram greves que nem chegaram a ser divulgadas pela imprensa, como a da Federal do Espírito Santo onde se realizou uma greve de três dias em protesto contra a falta de verbas e reivindicando 400 milhões de cruzeiros.

O fato destas lutas terem se restringido às reivindicações específicas de cada escola fez com que o movimento se despolitizasse. O inimigo principal permaneceu sendo cada reitor, cada mantenedora, sem que os estudantes conseguissem apreender na política global da diáspora e do MEC, em especial, a origem de seus problemas.

Hoje o que sobrou destas lutas foram 300 mil estudantes convencidos de que lutas isoladas nas escolas contra as mantenedoras e reitores não é o que vai solucionar a falta de verbas para as escolas públicas e o aumento das anuidades nas escolas particulares. O problema é geral e assim é que merece ser tratado.

Para o segundo semestre o que nos espera é uma situação de arrocho bem maior

traduzido em novos aumentos de anuidades e acirramento do processo de ensino em curso, tanto nas particulares como nas públicas (onde vai ser muito mais difícil conviver com os ramos nos orçamentos).

O que tem ficado claro é que se no primeiro semestre a disposição do estado em soltar verbas para setores como a educação era mínima, no segundo semestre será menor ainda. E ainda mais, que a política planejada de contenção é nacional e generalizada. Em relação a um setor tão “secundário” como a educação o que podemos esperar de um governo que corta 15% das verbas das empresas estatais de “prioridade um” na sua política de subsídio à acumulação de capital?

Essa situação deixa ao movimento estudantil duas questões. A sua unificação e o rompimento do isolamento social em que se encontra para enfrentar diretamente o MEC, num estado organizado e disposto a não ceder.

É daí que vem a proposta de greve geral nacional por tempo determinado, que tem o sentido de unificar as escolas públicas e particulares em torno de:

1. mais verbas para a educação - o que faz da luta pela complementação do orçamento das universidades públicas e da luta contra os aumentos nas particulares uma questão concreta para os estudantes;
2. um índice de 12% do orçamento nacional
3. um índice de 12% do orçamento nacional para a educação.

Estas bandeiras hoje não só reúnem federais e particulares, como também combinam as desigualdades entre as várias escolas, pois pertencem que tanto as escolas mais avançadas, como aquelas onde o movimento estudantil não tem grande tradição, possam entrar na luta com suas reivindicações específicas.

Por fim o auge da mobilização seria um Dia Nacional de Luta com manifestações públicas por todo o Brasil com o objetivo de demonstrar à população que a luta por mais verbas para a educação é de todos os oprimidos. Esta proposta tem conseqüências assim, de politizar o movimento colocando o MEC no centro da luta e chegando a uma política de desresponsabilização com o ensino em todos os níveis. (Leopoldo Ayriz - diretor da DCE - UFMG).

Rio Grande do Sul

CONEB: Unificação das lutas

Os Secunais

O primeiro CONEB - Conselho Nacional de Entidades de Base - da UNE está marcado para os dias 6 e 7 de julho no Rio de Janeiro. Além de tirar resoluções sobre os temas a serem discutidos no 1º Seminário da UNE (de 2 a 5/7 bem no Rio), o CONEB deverá decidir sobre a organização do próximo Congresso nacional da entidade, a sua posição a respeito da conjuntura política, as principais lutas educacionais que orientarão o ME no próximo semestre e a situação do ME gaúcho. No Rio Grande do Sul, os dois últimos pontos são os que mais tocam as entidades de base gaúchas. Abaixo vai a opinião de algumas das diretorias destas entidades:

Caio (diretor do D.A. Centro Unissinos): A luta principal da UNE no próximo semestre é por mais verbas. Ao nível da Unissinos, uma universidade particular, o congelamento das anuidades e fundamental, aliado à reivindicação de subvenção de verbas pelo MEC.

Sandra (diretora do D.A. PUC-PUC): Prá nós a luta principal é contra o ensino pago, pelo congelamento das anuidades. Aqui na PUC o aumento que está previsto para o 2º semestre é de 40% sobre os 70% do primeiro semestre. Diante da intransigência da reitoria, o movimento precisa estar forte e unificado, por isso estamos propondo o boicote ao pagamento das anuidades como forma de luta.

Cristina (diretora do D.A. Orlento-UFGRS): Nós, que estudamos numa universidade “pública”, achamos que a luta principal é por mais verbas, aqui na escola reivindicamos mais verbas para contratação de novos professores em diversas disciplinas, mais verbas para aquisição de material didático, para a contratação de um professor, entre outras coisas. Exigimos que toda a verba recebida pela escola seja controlada democraticamente por estudantes, professores e funcionários.

Reo (diretor do DCE-UFGRS): A UNE precisa ser o órgão unificador e centralizador de todas estas lutas que pipocam pelo país. Neste segundo semestre a questão de verbas para a educação, a volta do índice de 12% do orçamento da União para o ensino e a luta contra os aumentos nas escolas particulares apontam para um ascenso sem precedentes nas lutas estudantis. Neste CONEB deve ser tirada uma campanha unificada.

Caio: Quanto a questão de nossa entidade estadual, o conjunto dos estudantes da Unissinos só reconhece a UEE como representativa de sua organização e suas lutas. O DEE é filho da

Diáspora: desenvolve a política do MEC. Sandra: É um compromisso de todos os estudantes gaúchos reforçarem ao máximo sua entidade, a UEE. Uma implantação cada vez maior da UEE vai se dar no encaminhamento das próprias lutas, o que já vem acontecendo no Estado, como bem o demonstra o 1º DIA ESTADUAL DE PARALIZAÇÃO.

Secundaristas querem UBES pela base

Nos dias 19, 20, 21 e 22 de junho realizou-se um Congresso Extraordinário da União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas. Na pauta constava a discussão da reconstrução da UBES, grêmios livres e reforma estatutária da entidade. Compareceram 100 grêmios estudantis e 15 Unões Municipais de 15 cidades.

Entre manobras da mesa, intervenções inconvenientes e discursos com inspirações parlamentares, a oposição, que defendia eleições livres e diretas em todos os níveis e a construção da UBES pela base, foi vitoriosa. A principal conquista foi a criação de um Conselho Estadual de Entidades, reunindo grêmios e Unões Municipais, com poderes sobre a diretoria da UGES. O CEE tende a abrir um espaço dentro da entidade, controlada desde 1960 por pelagios que se mantêm através de golpes e eleições indiretas ano a ano. Foi tirado também um novo Congresso em julho para discutir, entre outras questões do ME secundarista, a reconstrução da UBES e eleições livres e diretas para a própria UGES e Unões Municipais.

Outras conquistas importantes foram obtidas em relação aos estatutos: um item que situava a UGES apenas com entidade assistencial e um segundo que permitia a diretoria da UGES interferir nos Grêmios Estudantis quando bem entendesse, foram retirados. Também foram aumentados os números de delegados participantes do congresso por entidade.

Para a discussão de reconstrução da UBES que vem sendo articulada por cima, a oposição já adiantou suas propostas: defende a realização de Encontros Nacionais, mas que sejam representativos de uma discussão aberta nas escolas e tirados delegados em número de 3 para os primeiros 500 alunos ou fração, mas um para cada 500 a mais ou fração. (Mauro Dorfman e Ademir dos Santos)

Irma Passoni em entrevista:

O PT e as lutas da periferia

Por Sílrio Caccia Neto

—Irma, quais os objetivos mais importantes, hoje, para os movimentos de bairro?

O que nós queremos é juntar a luta popular com a luta política. É essa consciência de unir estas lutas é muito importante. Ela é própria do trabalhador, ele não quer uma teoria, ele quer juntar a teoria com a prática. Ainda ontem fiz uma reunião com seis bairros onde o pessoal acha que ou se faz uma política ligada à luta popular, à luta dos bairros, ou então não se faz política.

—Você pode explicar melhor o que significa juntar a luta popular com a luta política?

A luta popular é a que surge da própria capacidade de organização do povo, que não depende de um político para surgir. É a demonstração da consciência do povo, que acredita em sua capacidade de organização, em suas próprias forças. É que encontra na força de sua união o caminho para a solução de seus problemas. Além disso, é um trabalho que leva a uma análise profunda das causas dos problemas, do que são os órgãos públicos, o que é esse governo que aí está, quais são os direitos do trabalhador enquanto cidadão. É aí que se dá a união da luta popular com a luta política. Na medida em que se revela a face política de todas estas lutas, a população vai percebendo sua importância, seu direito de participar nas decisões que marcam sua vida. Todo brasileiro tem não só direito mas o dever de participar da política. A participação política deveria ser a coisa mais normal. Não é privilégio de ninguém, não é crime nenhum. Pelo contrário, ter o título de eleitor é a competência que o país dá, que a nação dá, a qualquer cidadão de participar efetivamente da política, inclusive se candidatar a cargos políticos, se eleger como representante do povo. Acho que educar politicamente o povo é educá-lo amplamente sobre seus direitos, suas responsabilidades, sobre o direito de sua participação direta na política do país, no questionamento das decisões tomadas por um governador, um prefeito, o presidente da república. Devemos nos constituir enquanto força capaz de fazer o governo respeitar o direito que temos de participar nas decisões desse país.

Governo de um lado e povo do outro

—Como os trabalhadores que moram na periferia e se organizam em movimentos de bairro estão vendo a política do governo e o tratamento que este dá às necessidades populares?

Toda vez fica mais claro para o povo que o governo está de um lado e o povo está do outro. Diante do desespero de uma situação cada vez mais crítica, os moradores destes bairros tentam se juntar, tentam se unir para resolver os problemas que os afetam. As lutas se iniciam sempre



Irma Passoni

pela iniciativa de um pequeno grupo que, vendo o exemplo de lutas de outros bairros, começam a enfrentar seus próprios problemas. É um trabalho difícil, quase heróico, que enfrenta a resistência dos vizinhos de que "não adianta fazer nada", de que "se o benefício vier que vir um dia, vem", de que "não adianta ficar lutando". Quando se consegue alguma vitória, então o povo se anima e se consegue juntar mais gente. Atualmente, apesar destas lutas passarem por fases de crescimento e depois de desorganização, a participação dos moradores da periferia tem-se ampliado e muito. Fica muito claro para as pessoas o que é o poder público e que a organização dos movimentos nos bairros só depende de seu esforço próprio. A participação ampla dos moradores destes bairros nas lutas vai conscientizando, vai exigindo das pessoas um maior engajamento nesses movimentos que pressionam o poder público.

Todas as conquistas são fruto de lutas

—Têm havido vitórias que animam o povo a reivindicar?

Eu acho que sim. Todas as conquistas de bairro — uns poucos metros de asfalto, água ou luz — têm sido fruto de lutas. Isso é evidente. Se nós deixássemos o poder público continuaria explorando o dinheiro do povo sem jamais se preocupar com a situação da periferia. Se não existissem as lutas populares a situação seria ainda pior do

que já é. Depois da greve do ABC ficou ainda mais claro para todo trabalhador que este governo não tem o mínimo interesse em satisfazer suas necessidades. Todos sabem o que é o Ministério do Trabalho, o que é a Justiça do Trabalho. A distância entre o povo e o governo é um abismo total e as vezes que o Maluf recebe demonstram isso claramente.

—E os movimentos de bairro, estão se unindo ou se mantêm ainda dispersos?

Não dá para generalizar uma resposta destas. São diferentes os estágios destes movimentos nas diferentes regiões em que eles ocorrem. Existem lutas que se unificaram como a do Movimento Contra a Carestia, que agora está enfrentando grandes dificuldades. Outras lutas também se unificaram a nível municipal como a dos favelados, dos terrenos clandestinos, dos creches e eu acho que na greve do ABC se mostrou claramente a possibilidade de unificação destas lutas independentemente de partidos, religiões etc. Deu-se uma unificação total, inclusive de classes diferentes. É assim, outras questões da conjuntura, do momento histórico, permitirão a unidade das lutas populares.

O MCC precisa ser bem analisado

Quais os problemas que você vê no Movimento Contra a Carestia?

Vou tentar responder esta pergunta através do

que eu entendo que deva ser a prática do PT junto aos movimentos reivindicatórios. O MCC está merecendo uma análise muito séria da forma como tem se conduzido o processo de mobilização popular. O essencial para nós é garantir um trabalho de base verdadeiramente democrático. Nenhuma proposta, nenhuma palavra de ordem pode ser dada por uma pessoa ou um grupo sem que antes ela não tenha sido discutida amplamente, sem que se tomado uma posição comum, de muita gente. Se todos não amadurecem em conjunto a luta que estão levando, as pessoas que participam de um ato público, por exemplo, não vão saber nem o que estão falando, o que está sendo dito. O princípio democrático defendido pelo PT tem que concretizar a ligação entre uma visão política e as lutas populares a partir dos níveis de consciência e de disposição de luta demonstrados pela população. Isto é necessário para que o PT venha a servir como impulsor do movimento popular. O caminho para a solução dos problemas tem de ser discutido, assumido, levado em frente por todo mundo. E não por uma ou outra pessoa que queira avançar de mais. Tem que haver um levantamento dos problemas juntos, discussão destes problemas e de suas causas juntos, o que a gente vai fazer, os passos a serem dados. Tem que existir uma contínua paciência de voltar atrás, refazer, de fazer outra vez, mas nunca fazer à frente daquilo que o pessoal está propondo. A direção de qualquer trabalho, mesmo o meu como deputada, deve ter como objetivo uma contínua formação de pessoas para que elas se desenvolvam e sejam capazes de assumir a direção dos movimentos. O surgimento das lideranças vem da prática dessas pessoas nos movimentos. O próprio trabalho vai amadurecendo as pessoas, desenvolvendo suas capacidades, elas vão tomando iniciativas, crescer. Isso é fundamental.

O PT e a luta nos bairros

—Como o PT vê os movimentos de bairro? Comoão pretende inserir-se?

Para o PT a luta dos bairros é também muito importante. É lá onde se encontram os trabalhadores, onde a população vive seus problemas. E são estes problemas que mobilizam os moradores, fazem com que eles se unam em torno de uma prática. O PT deve impulsionar tanto a luta nas fábricas quanto a luta nos bairros.

O PT deve respeitar e ajudar a desenvolver a autonomia destes movimentos, lutar pela autonomia das sociedades amigas de bairro, dos clubes de mães, das comunidades de base. Nossa tarefa é participar destes movimentos tentando fermentar suas atividades, isto é, entrar neles e fazer eles crescerem de dentro para fora e não porque o partido disse, o partido mandou ou porque as ideias políticas desceram.

"Planejando um encontro"

66 Estamos organizando uma importante iniciativa de base do PT a nível dos trabalhadores de bairro. Planejam-se realizar um encontro onde cada grupo de bairro do partido vai trazer sua própria experiência e, juntos, nós vamos procurar novas soluções, novas saídas para o movimento. Acredito que este é um primeiro passo de uma atividade que deve ser constante no PT. A cada novo encontro que discute os problemas comuns, define linhas de trabalho, redefine objetivos, deve crescer a participação, deve aumentar a capacidade de nossos militantes implementarem ao partido uma dinâmica cada vez mais rica as lutas populares. Afinal de contas, por todos os lugares por onde tenha passado existe uma grande preocupação de como fazer o trabalho político, o trabalho de bairro, o trabalho sindical, de como levar as lutas populares, a luta política. Isto está se

fazendo em Lima, São Carlos, Anápolis, Campinas, Marília, nos núcleos da periferia de São Paulo, enfim, em toda parte. Diante dessas preocupações, que acho muito justas e sérias, que estamos contribuindo para buscar soluções. Porque acredito que na medida em que os problemas se põem, já existem potencialmente as soluções. Só precisa juntar as pessoas para ver como é que a gente encontra o novo caminho. Tenho certeza que existem hoje plenas condições para definirmos a prática do PT, porque nós temos muita gente que está fazendo trabalho de base, muito gente com a mão na massa há muito tempo. E é com essas pessoas que a gente deve se juntar para ir discutindo e resolvendo todas essas questões que são muito importantes e chegam até a ser um dos principais problemas que o PT tem de enfrentar hoje: sua ligação com as lutas populares."

Agora, uma revista sobre a luta de classes a nível mundial.

perspectiva mundial

perspectiva mundial



À venda no EM TEMPO e nas melhores livrarias

Neste encontro, Joaquinão não entra.

Durante três dias, de quatro a seis de julho, 80 dirigentes sindicais e militantes do movimento popular se reúnem em São Paulo. É a continuação do Encontro de João Monlevade, onde pelego não tem vez.

Por Tom Duarte

A natureza do Encontro de João Monlevade

O documento aprovado no Encontro do começo do ano

Quase despercebida, pouco mais de uma vintena de dirigentes sindicais e representantes de movimentos de base (pastorais operárias, oposições sindicais) esteve reunida em João Monlevade, Minas Gerais, no dia 9 de fevereiro deste ano, convocados por João Paulo de Vasconcelos, do Sindicato dos Metalúrgicos daquela cidade. Nessa reunião, conhecida como o "Encontro de João Monlevade", foi produzido um documento, "Proposições para o fortalecimento da atuação sindical", subscrito pelos participantes, entre os quais incluíam-se lideranças conhecidas como Pedro Gomes Sampaio (Petroleiros de Cubatão), Arnaldo Gonçalves (Metalúrgicos de Santos), Olívio Dutra (Bancários de Porto Alegre), Joaquim Arnaldo da Oposição Metalúrgica do Rio de Janeiro), Hugo Paes (da Federação das Indústrias Urbanas de São Paulo), Lula e muitos outros.

Cinco meses depois, embora se possa considerar, que pelo menos em São Paulo, a discussão do documento junto às bases trabalhadoras tenha sido precária, em função da própria dinâmica das lutas registradas no primeiro semestre, particularmente a partir do ABC, a proposta de comunidade se materializa. Nos dias quatro, cinco e seis, perto de 80 trabalhadores, líderes sindicais, camponeses, membros dos trabalhos de base em bairros e favelas, etc. estarão discutindo, propondo-se um balanço do que foram as lutas travadas em 1980. Outro ponto do relatório, será a "relação entre os partidos políticos e o movimento popular".

Unificar com o ENTOES

Na verdade, este "I Encontro" aparece neste momento como mais uma tentativa de aglutinação dos setores combativos do movimento popular, respondendo a questões que, por sua composição, são impossíveis de encaminhar-se através da Unidade Sindical, embora, aparentemente não objetive contrapor-se a ela. Por suas propostas, pelo espaço que oferece às oposições sindicais e movimentos populares, marginalizados pela Unidade Sindical (e mesmo por setores do sindicalismo autêntico, ainda vacilantes) ele se situa mais propriamente no polo representado pelo Encontro Nacional de Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES). E não é por acaso que muitos de participantes do ENTOES aparecem entre os convidados ao "II Encontro de João Monlevade", que se realiza, apesar do nome, em São Paulo.

A unificação dos dois movimentos, sobretudo agora é questão vital para o fortalecimento de um polo realmente consequente e combativo no interior do movimento operário e popular. A Executiva Nacional da Unidade Sindical acaba de adiar a realização do Coletif (Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras) para o primeiro semestre do ano que vem. E o próprio ENTOES, inicialmente previsto para agosto deste ano, foi também adiado, contudo devendo se realizar ainda este ano.

Polo de oposiçãoistas não de boca e de undécima hora, com muitas lideranças "recuperadas" maliciosamente para a luta dos trabalhadores. Além, parece bem a propósito a exclusão das listas de convidados, de algumas figuras notórias do peleguismo, como Joaquim dos Santos Andrade, dos metalúrgicos de São Paulo. Porque, movimento que entre os fatores inibidores da atuação sindical, afirma que há o "fato inquestionável de que a maioria dos sindicatos está nas mãos de dirigentes acomodados, pelegos sem qualquer vínculo com a categoria", na realidade não há lugar para pelego.

"Esta reunião se fez com a convocação de alguns dirigentes sindicais, não todos. Os que foram chamados aqui, a convite do Sindicato dos Metalúrgicos desta cidade, reuniram-se não pela identificação com determinadas correntes ou partidos políticos; o critério que presidiu a seleção dos convidados foi congregar dirigentes sindicais que tivessem, em comum, a preocupação de definir caminhos para a atuação sindical e a consciência de que o exercício do mandato sindical envolve o compromisso de se colocar a serviço da categoria. Outrossim, participaram como convidados pessoas vinculadas à luta da classe trabalhadora, através de movimentos como a Pastoral Operária e atividades comunitárias de base.

O que se pretendeu nesse encontro não foi uma réplica ou censura a encontros anteriores. Ele teve tão somente uma intenção positiva - resultar em identificação de estratégias, metas e princípios consensualmente aceitos, para alterar qualitativamente as formas de atuação sindical, tendo em vista seu desenvolvimento, buscando a adesão de outros setores atuantes no campo e na cidade.

Tudo um projeto de dominação se implantou meticulosamente no país a partir de 1964, em função dos interesses da empresa multinacional, garantidos através de: arrocho salarial, barateamento da mão-de-obra pela extinção da estabilidade, obstrução dos instrumentos de luta de classe repressão permanente, inclusive dentro das fábricas e na zona rural, liberalização da remessa de lucro, criação do FGTS. Para o controle dos Sindicatos não foi necessário o apelo a nenhum junta de plantão, a legislação sindical que já existia e continua em vigor até hoje, dava ao governo os instrumentos necessários. Buscou-se criar, finalmente, uma sociedade de consumo para os bens e serviços sofisticados - que nada tinham a ver com as reais necessidades do povo - a fim de permitir o desenvolvimento das multinacionais.

Ora, a relação desse mercado, com capacidade de consumo limitada à produção industrial em escala, num país basicamente pobre, só era viável a partir da concentração da renda nacional numa pequena faixa da população, com o violento empobrecimento de uma faixa mais larga.

O repressivo achatamento salarial não foi, pois, consequência de algumas falhas na implantação do modelo econômico; pelo contrário, foi um dado previamente avaliado e calculado, como que se jogou para construí-lo.

Essa pequena faixa da classe média alta, mais a burguesia empresarial nacional, para quem se reservou parcela do bolo das multinacionais, passaram a cons-

tituir, então, a sustentação política do regime. Precisava ele, porém, para manter-se, de reprimir os anseios da larga faixa da população programaticamente excluída do bolo. A coesão das forças armadas em torno do regime passou a ser, assim, essencial à sua sustentação; a heterogeneidade das camadas sociais de que promanhavam os oficiais, entretanto, poderia ser um dado de desajustamento com o modelo. Em função pois, do segmento armado da Nação, foi necessário buscar um suporte ideológico para o regime, o qual resultou numa doutrina de Segurança Nacional. Ao lado disso, - e não deve ser surpresa para ninguém, - grande parte da intelectualidade brasileira desvinculada da prática social das classes populares, foi facilmente cooptada pelo regime.

De sorte que, com tal nível de sustentação e apoio, o modelo implantado é dificilmente alterável pelas vias a seguir analisadas:

a) - por via de transação política. - Pelo livre jogo das forças políticas geradas pela burguesia, jamais se conseguirá alterá-lo. Primeiro porque, dentro de uma colocação previamente definida, admite-se oposição ao Governo mas não ao regime, - e o modelo, em função da ideologia dominante, é inerente ao regime. Assim, adquire-se na cena política a presença de partidos de oposição, e setores mais liberais chegam a admitir até mesmo que um partido de oposição conquiste o governo - desde que seja oposição "controlável"; - isto é, que não altere o regime.

b) - por via de um vanguardismo político desvinculado das bases populares e arvorado em direção dos trabalhadores: ou de um espontaneísmo que considere a fome do povo e agitação estranha à classe, fatores determinantes na conquista de um novo regime social cujo poder caia efetivamente nas mãos dos trabalhadores do campo e da cidade.

Não se pode aceitar o poder político como um monopólio da classe dominante. O que se quer, em última instância, é construir uma sociedade dirigida pelos trabalhadores, e voltada para as aspirações de justiça das classes populares. Entretanto, o momento atual exige que este objetivo seja buscado através de lutas programadas e de campanhas que levem o trabalhador a conquistar sua liberdade, seus direitos e sua esfera de participação na vida política do País.

Na verdade, a mobilização da classe trabalhadora é a única força política capaz de, efetivamente, estabelecer condições de oposição ao próprio regime. Essa mobilização política exige ações táticas e estratégicas que, dentro de determinada conjuntura, não descartam, inclusive a atuação na esfera parlamentar, embora se reconheça que, para os trabalhadores da cidade e do campo, ela

não é determinante na mudança social.

O movimento sindical detém considerável potencial de organização e mobilização social, capaz de opor-se ao aparato de segurança do poder, em condições de ameaçar a estabilidade de seus detentores e levá-los a dobrarem-se frente às exigências dos trabalhadores do campo e da cidade.

Há indiscutíveis elementos inibidores da atuação sindical, internos e externos. Internamente, ela é inibida pelo fato inquestionável de que a maioria dos sindicatos está nas mãos de dirigentes acomodados, pelegos sem qualquer vínculo com a categoria. Externamente, inibe-a a legislação repressiva que estrita a margem de atuação dos sindicatos, na medida em que a atuação dos trabalhadores está sob a permanente ameaça da "cassação branca" e de perseguições e represálias patronais de toda ordem.

A atuação sindical é dificultada também, pela atitude por vezes irracional de intolerância e sectarismo de certos setores ligados ao movimento sindical.

É inevitável, no entanto, para a luta dos trabalhadores, a contribuição da oposição sindical quando esta tem origem nas bases das categorias e considera o sindicato o legítimo órgão de representatividade da classe. É indispensável, portanto, a democratização da estrutura interna e a participação da categoria no sindicato, de modo a torná-lo um órgão a serviço de suas bases, evitando atitudes que neguem a sua legitimidade como órgão de representação da categoria.

O quadro é até aqui pessimista - a conclusão deve igualmente ser negativa? Não. E não porque a realidade mostra exemplos de recentes movimentos populares vitoriosos. O que prova que, mesmo na situação atual, mesmo nos estreitos limites da "legalidade formal" vigente, a atuação sindical tem conquistado mais espaço de liberdade popular e forçando, na prática, a "abertura". Ao invés de, creditar os êxitos somente ao magreirismo de lideranças e de debitar os malogros à legislação e ao regime repressivos, será mais construtivo procurar também, na observância ou não a certos princípios e estratégias de atuação a causa das nossas vitórias ou derrotas, bem como em outros fatores conjunturais e na avaliação correta da realidade.

Partindo, pois, destas convicções: 1) - há espaços para a atuação sindical e condições de ampliação; 2) - a atuação sindical pode obter algumas alterações no modelo econômico de concentração de renda - alinhando-se a seguir, ordenadamente, os princípios, as metas e as estratégias sugeridas para a atuação sindical.

Propõe-se aqui, um modelo e programação PLANODEAÇÃO



Um programa para a ação

Buscar a unidade do sindicato, mediante o contraponto democrático com as oposições, agir em função das necessidades e do vontade das bases, buscar vincular o sindicato a partidos políticos, ampliar e aperfeiçoar, de modo permanente, os laços inter-sindicais visando a criação de organismos que permitam a integração dos trabalhadores da cidade e do campo, a nível regional e nacional, são os primeiros pontos incluídos no programa de ação aprovado em João Monlevade. Nessa primeira parte, seis signatários incluem, ainda, a necessidade de detalhar a estrutura interna dos sindicatos, combatendo também as campanhas por reivindicações mais imediatas com reivindicações políticas mais duradouras. Finalmente, nessa parte, é dada uma ênfase especial à articulação entre as lutas do movimento sindical com as do movimento popular (bairro, terra, etc.).

Na sua segunda parte, o programa de Ação estabelece algumas metas a serem concretizadas. Entre elas, aparecem o arquivamento do antiprojeto de C.T. elaborado pelo governo, fim da atual C.T. e sua substituição por um Código do Trabalho que preserve o Contrato Coletivo de Trabalho, a liberdade e autonomia sindicais, preservando-se o princípio da unidade sindical. Nesse caso, é enfatizada a exclusão de toda participação do Estado nas relações entre o Capital e o Trabalho.

É exigido, ainda, a eleição de representantes dos trabalhadores nas empresas, que permitam o acesso, a análise e a discussão de todas as medidas empresariais, criando formas de controle das condições de trabalho das dispensas, da disciplina. É reivindicado, ainda, a participação nos lucros das empresas, segundo critérios estabelecidos na Convenção Coletiva.

Os participantes do II Encontro comprometeram-se a lutar, também, pela criação de um organismo nacional de coordenação das atividades sindicais, criado a partir das bases; na mesma linha, adquirem a externar - ... - seu direito a todas as instâncias de representação ...

Estratégia

Um trabalho permanente de mobilização e conscientização das bases, mesmo fora de épocas de campanhas, é o primeiro item da estratégia recomendada para a atuação das metas e do plano de ação. Justa leva os trabalhadores a voltarem-se constantemente para o surgimento de novas lideranças, estimulando o seu desenvolvimento. O mesmo propósito deve ser encaminhado nos núcleos locais, procurando desenvolver as lideranças que se opõem ao peleguismo em sua luta pela conquista das entidades para os trabalhadores.

A greve de solidariedade é outra proposta importante, assim como a pressão organizada sobre o poder legislativo, visando a obter a ampliação dos direitos dos trabalhadores da cidade e do campo.

Para que a articulação iniciada em Monlevade não fique apenas uma proposta a institucionalização de mecanismos de consulta, de troca de experiências, análise e planejamento da atuação sindical, na forma de seminário, o mesmo encontro de Monlevade propôs a realização periódica (trimestral, semestral ou anual), o qual terá o caráter de uma futura organização inter-sindical que, portanto, começará a funcionar, na prática, a partir das bases, antes de existir formalmente.

Finalmente ao lado da criação de mecanismos como o Fundo de Greve, é destacada a importância de se buscar e apoiar assessorias que, a exemplo do INEESE e a serviço do sindicato, ajudem a classe em suas lutas e metas, especialmente durante as negociações coletivas.



piquetão

Engenheiros/SP

Maluf e 10P juntos

Estranho mas não impossível. Afinal de contas, a eleição do Hora do Povo não é a primeira a campear o superpelejo Joaquim de Andrade, no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo? Não são eles que se aliaram ao pelego Maluf, dos Gráficos de São Paulo (outras atitudes policiarescas os gráficos e jornalistas venturam na carne, na greve dos jornalistas do ano passado)? Então, porque estranhar que agora o pessoal do sacpe se una a Paulo Maluf para apoiar a famigerada chapa 2, "Unidade e Ação", que concorre ao sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo, apoiando a reeleição do execrável Ciro Peixoto dos Santos, que há 20 anos se mistelou no Sindicato? E que por isso mesmo é o principal responsável pelo quase aniquilamento da entidade, que reúne, hoje, apenas pouco mais de tres mil (só 1587 com direito a voto) dos 70 mil engenheiros em atividade no estado. E que se omite completamente diante das necessidades da categoria, que hoje presencia um dos seus piores momentos, haja vista a existência de 10 mil profissionais desempregados.

Ciro Peixoto dos Santos e seus cupinchas do HP não se cansam de "puxar" a chapa 1, "Oposição e Renovação", encabeçada pelo deputado estadual Norberto Horitz, do PMDB e aberta a todas correntes democráticas atuantes na categoria. E compactuam com todas as sucragens da pelegada, negando a chapa 1, que também é composta pelos engenheiros Cid Barbosa Lima Júnior, Luis Dias Ferreira, Eduardo Albertim, Antônio Marsiglia Neto e Hilton Barbach, o acesso às listas de votantes, ao mesmo tempo em que põem mil e um entraves ao exercício de voto aos associados do sindicato.

O resultado deverá sair quando o EM TEMPO estiver nas bancas (as eleições se realizarão nos dias 30 de junho, 1 e 2 de julho). Mas se a pelegada não conseguir fraudar as eleições (como já foi denunciada pela chapa 1), pode dar oposição na cabeça.

Correios/SP

Psicólogo duro-duro

A repressão na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT) anda de dar medo. Que o digam os carteiros demitidos no ano passado quando da mobilização desencadeada pela categoria. E que o digam agora os candidatos que prestarão concurso para ingressar na área e treinamento da empresa. Depois de passar pelos testes comuns (matemática, português, etc) o pessoal foi submetido à entrevista com psicólogo. E o dito cujo, se mostrou muito saquinho: basta ver as perguntas que ele fazia para os entrevistados. "O que você acha do Lula?" "Você acredita no direito de greve?" "Você acha que os militares devem entregar o poder aos civis?" "O que você acha do quebra-pau na Freguesia do O?" e mais algumas questões do mesmo tipo (psicologia é isso, hein psicólogos?).

O resultado não pôde ser outro: a turma que acreditou estar participando de teste sé-

rio, (afinal de contas, era um psicólogo que entrevistava) e resolveu falar o que sentia, entrou por um saquinho: foi todo mundo reprovado. O Psi-questão não deixa de estranhar esse verdadeiro escândalo. Será que não existe um Conselho Regional de Psicologia? Se existe, é bom dar um pulinho nos correios, pois lá tem gente desmoralizada a profissão.

Pão de Açúcar

Rebela empregados

A cadeia de supermercados Pão de Açúcar foi a que mais se desenvolveu no período do milagre. Além da ajuda do governo (quem não sabe que a família Diniz recebeu quase de graça, com dinheiro do BNDE, a antiga rede Eletrodistribuidora?) já se conhece qual o fermento duplo que propiciou tal crescimento: a exploração ao consumidor, que uma rede monopolista pode se dar ao luxo de praticar e a mais desastrosa política de arrocho salarial imposta aos seus 30 mil funcionários (menos, é claro, em cima dos executivos pagos à peso de ouro). Quanto ao último ponto, quem quiser certificar-se, que converse com um dos funcionários da rede. F vai ficar sabendo que a direção do Pão de Açúcar meteu a mão no aumento salarial, correspondente ao mês de junho, que seus funcionários deveriam ter recebido. E que só vai pagá-lo agora em julho, sem retroatividade.

Três Rios/MG

Greve dos metalúrgicos

Os trabalhadores da Companhia Industrial Santa Matilde, da cidade de Três Rios, em Minas, resolveram paralisar as máquinas no dia 18 de junho, exigindo dos patrões o pagamento dos salários atrasados. Depois de ouvirem a velha conversa de que não há dinheiro porque o governo não cumpre os seus compromissos com a empresa (fabricação de vagões e material ferroviário), os operários decidiram ir à luta. O turno da noite deflagrou o movimento e, de manhã, quando a maior parte do pessoal chegou, ninguém entrou na fábrica.

Enquanto os trabalhadores dirigiam-se em passeata para um clube local onde realizaram uma assembleia, os patrões pediram auxílio ao batalhão da Polícia Militar, sediado em Barra do Piraí. E mais uma vez, a polícia chegou armada até os dentes. Além disso, contavam com o inestimável apoio da rádio e dos jornais locais que, servilmente desencadearam uma campanha de boatos e intimidações, contra os trabalhadores.

Entretanto, nada disso surtiu efeito. Que o diga o representante do ministro do Trabalho, Munilo Macedo, que compareceu à assembleia, sendo recebido com uma estrondosa vaia. Isso apressou os patrões a pagarem o que os trabalhadores pediam, não sem antes o representante do Munilo Macedo tentar "enrolar" a diretoria do sindicato, sugerindo-lhe que atribuisse a intervenção do suplente (búfalo) de Senador, Alberto Lavinias, o recuo dos patrões.

Mas a diretoria não emborcou nessa, reafirmando que a vitória tinha sido conseguida com a luta e não com o con-

chavo. Vitoriosos, os 2.500 metalúrgicos voltaram ao trabalho, prometendo outra greve se os patrões não mantiverem o pagamento em dia, daqui pra frente.

Metalúrgicos/Niterói

Oposição Sindical ameaça

Quando esta edição estiver nas bancas, já serão conhecidos os resultados para as eleições no sindicato dos metalúrgicos de Niterói e São Gonçalo. Desta vez, a diretoria encabeçada pelo pelego José Moreira (que ultimamente anda dando uma de combativo e transajando com a Unidade Sindical) enfrenta uma séria ameaça representada pela chapa Renovação, lançada pela Oposição Metalúrgica de Niterói. Lutar pela união de toda a categoria metalúrgica de Niterói e laborar, assim como de toda a classe trabalhadora, fidelidade à classe respeito às decisões majoritárias; funcionamento da diretoria em regime de colegiado, sendo suas decisões o resultado da participação de todos os seus membros, inclusive suplentes; respeitando-se a decisão da maioria; lutar junto às demais categorias de trabalhadores no sentido de conquistar a liberdade e autonomia sindical; lutar pelo direito de greve, pela formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e pelo fortalecimento do movimento operário brasileiro, são os pontos da política sindical da Chapa dois. Além disso, estão incluídos na sua plataforma a negociação direta com os patrões, o fim do arrocho, a jornada de 40 horas semanais, criação de delegados de fábrica e unificação do salário mínimo a nível nacional.

Abdias José dos Santos, Rosalvo Felipe, João Barista da Cunha, Jorge dos Santos e Ari Gomes de Souza (titulares) e Rogério Aires, Antônio Gurgel, Silvestre P. Silva, Ramilson Ayla e Nabor da Silva (suplentes) são os candidatos da Renovação.

Jornalista/POA

Vizinha sobre os patrões

"A conquista política é mais importante do que a conquista numérica". Com esta declaração, o presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre, Lauro Hagemann, sintetizou as vitórias obtidas pela categoria no encontro do dia 24 de junho pas-

sado com os patrões, presidido pelo Juiz presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT). Nessa reunião de conciliação ficou estabelecido que os jornalistas teriam um piso salarial de Cr\$ 10 mil, um delegado sindical por redação, taxa de produtividade de oito por cento, estabilidade para os delegados e unificação da data base do dissídio, que passará ser o primeiro de março.

Segundo Hagemann, a vitória dos jornalistas gaúchos reside fundamentalmente sobre duas conquistas: a unificação do dissídio (até há 37 anos, cada órgão de imprensa tem o seu dissídio em separado) e o piso salarial, "não tanto o valor numérico em si, como o estabelecimento do seu princípio", como enfatizou.

De fato, se for comparado com o que reivindicavam os jornalistas em sua pauta, que previa um piso de Cr\$ 17.592,00 (equivalente a seis salários mínimos, e que passou para Cr\$ 24.800,00 após o aumento do salário mínimo, os Cr\$ 10 mil propostos pelos patrões foram ridículos (assim como a taxa de produtividade, já que os jornalistas pediam 19 por cento). Mas os trabalhadores, entenderam essa oferta iníscrita como uma manobra patronal, que pretendia fazer com que os jornalistas recorressem ao dissídio. "Com isso, afirma Hagemann, inevitavelmente conquistas como o delegado por redação seriam perdidas, como já se transformou numa praxe em decisões do Tribunal Superior do Trabalho (TST)". A categoria entendeu a jogada, engoliu o piso menor que, mesmo baixo, vai beneficiar perto de 30 por cento dos jornalistas gaúchos, principalmente os funcionários do Jornal do Comércio, o órgão de imprensa que pior paga em Porto Alegre. Mas ganhou com os delegados e a unificação da data-base.

Comerciários/BH

Pelego não dorme

Mais um pelego está perdendo o sono em Belo Horizonte. É o conhecido Wagner, do Sindicato dos Comerciários. A causa de seus constantes pesadelos é a Chapa 2, da Oposição sindical, que concorrerá às eleições para a entidade, marcadas para o dia 28 de julho e 1º de agosto próximos.

A Chapa 2 e a própria ideia de uma Oposição Sindical nasceram da greve do ano pass-

ado, "quando vimos a tração do pelego", diz Jota, que concorre como diretor eleito da Chapa 2.

Ainda segundo Jota, "a greve foi uma coisa muito bonita", de uma espontaneidade muito grande. O pelego traiu, assinou o acordo à revelia da assembleia, mas a gente aprendeu muito.

A chapa saiu e está em plena campanha, com grandes possibilidades de vencer as eleições. A campanha, baseada na experiência dos companheiros do ABC paulista, procurou envolver os bairros onde se concentram as redações de comerciários. Através das Associações de Bairros formaram-se Comitês de Apoio à Chapa 2 em bairros como o 1º de Maio, Barro Preto de Minas, Eldorado, Vila Encantada. Da periferia, a campanha caminhou para o Centro e nessas últimas semanas se concentrará nas lojas, trazendo inclusive boletins específicos por loja, abordando os problemas de cada uma.

O programa defendido pela Chapa 2 está centrado na questão da democracia e da participação ampla do comerciário no sindicato. Depois da experiência com o pelego mineiro - que chegou a oferecer uma lista na Festa de Natal do Sindicato onde os assinantes delegavam poderes a ele para negociar o plano com os patrões sem assembleia - ficou clara a necessidade de criar canais de participação no sindicato. Assim, a Chapa 2 propõe a criação e reconhecimento de Comissões de Lojas, a eleição de Delegados Sindicais e o respeito absoluto às decisões das assembleias.

Finalmente, a Chapa se propõe a lutar pela liberdade e independência sindical, pela criação da CUT, pela liberdade de organização política-partidária dos trabalhadores, pelo direito de greve, pela anistia ampla, geral e irrestrita, contra qualquer tipo de intervenção nos sindicatos e a apoiar a luta pela terra para quem nela trabalha, estando presente "em toda e qualquer luta dos trabalhadores em geral".

Tudo se decidirá entre os dias 28 de julho e 1º de agosto. Já lá, os membros da Chapa e todos os comerciários que os apoiam estarão acelerando a campanha e desde já se prevenindo contra as muitas possíveis manobras do pelego, que já fez, por exemplo, em não começar as apurações imediatamente após o encerramento da votação, mas esperar o fim-de-semana.

Pelo fim da intervenção nos sindicatos.

Os trabalhadores brasileiros estão cansados da tutela do Ministério do Trabalho. Por isso, querem ter o seu direito a um sindicato livre e independente.



Em 27 de junho, uma manifestação por uma nova constituinte para o Ministério do Trabalho em defesa dos interesses dos trabalhadores.

São Bernardo

Dia de cão no sindicato

O clima continua quente em São Bernardo. Funcionários do Sindicato rebelam-se contra mandonices do interventor e entram em greve.

"Macedinho" (nome dado pelos trabalhadores ao capacho do ministro do Trabalho) responde: prende e demite 28. Indignação é geral.

Por Václav Alencar

Depois que o ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Unadema, Luís Inácio da Silva, chamou o interventor Oswaldo Pereira D'Aguilar Baptista de "vaquinha de presépio", a referida autoridade "ferida em seus brônios" parece ter mudado de tática. Agora, já expulsa jornalistas sem a menor cerimônia, desce funcionários dentro de sua sala, ameaça chamar reforço policial para intimidar os funcionários mais combativos ou sega, deixou cair a sua máscara de funcionário inofensivo do Ministério do Trabalho. O interventor demonstra ser um verdadeiro agente do sistema, plenamente sintonizado com o Planalto, pois, no último dia 26, enquanto mantinha preso em sua sala o funcionário Tarcísio Tadeu Garcia Pereira (assistente social) sob a escolta de quatro policiais (dois PMs, um delegado e um agente do Deops), denunciava ao ministro, por telefone, a insubordinação dos funcionários. Resultado: no mesmo dia o ministro Murilo Macedo anunciava em Brasília a demissão de 28 funcionários do Sindicato.

Greve dos Funcionários

Tudo começou com uma paralisação realizada no dia 26, quando os funcionários foram pedir ao interventor, resposta a um abaixo-assinado, enviado no dia anterior. O abaixo-assinado dizia, entre outras coisas, o seguinte: "reconhecemos como justa a pretensão dos metalúrgicos de reconquistar seu órgão de classe. Podemos testemunhar que a luta deles sempre foi pacífica, refletindo o espírito ordenado dos trabalhadores".

Em seguida, repudiavam a presença de policiais no Sindicato: "queremos que dentro do Sindicato, enquanto estivermos trabalhando, não haja qualquer policiamento. A Polícia, inclusive, só incomoda. Policiais já agrediram nosso



Prisão e demissões, as armas de Macedo.

colega de trabalho, prenderam duas colegas, e estão se acostumando a dirigir gracejos idiotas às nossas companheiras". Esse documento, assinado pelos 150 funcionários do Sindicato, provocou uma reação colérica do interventor, apelidado pelos metalúrgicos de "Macedinho", devido a seu espírito autoritário.

Como este manifesto foi divulgado pela imprensa, antes que o interventor desse uma resposta aos funcionários (que afinal, não veio), Oswaldo Pereira passou a agredir os jornalistas, enquanto seu assessor, Václav Arizzeno, sussurava os de subversivos.

Péões apoliam

No meio da confusão, o interventor chamou o

funcionário Tarcísio e manteve-o detido a tarde inteira, o que motivou a paralisação dos funcionários. Os trabalhadores do Sindicato diziam que só voltariam ao trabalho quando o interventor voltasse o companheiro e recebesse uma Comissão de Representantes, criada ainda na gestão do Lula, com estabilidade por dois anos. O interventor não só se recusou a receber a Comissão, como mandou que dois agentes do Deops servissem de moleques de recados para dialogar com os funcionários. Enquanto estes se mantinham firmes no seu propósito de só voltarem ao trabalho, uma vez atendidas suas reivindicações, o clima no Sindicato foi esquentando com a chegada de 16 demitidos da Volkswagen que tinham marcado data para fazer a homologação. Os demitidos, irritados com a demora em serem atendidos, passaram a exigir a presença do interventor que, refugiado em sua sala, em nenhum momento botou a cara para fora.

Os agentes do DEOPS meteram, então, sua colher de pau, tentando jogar os trabalhadores contra os funcionários, alegando que não estavam sendo atendidos, porque o sindicato estava em greve. O balão de ensaio, no entanto, não deu certo, porque os demitidos ficaram mais furiosos ainda e diziam que "no tempo do Lula, não tinha essa confusão", "o interventor é um incompetente" e "você é um agente do Deops e está querendo jogar trabalhador contra trabalhador".

Os policiais tentaram ainda contornar a situação, pedindo aos demitidos que voltassem no dia seguinte, o que estes se recusaram a fazer. No final, tiveram que chamar um funcionário do Ministério, Antonio Bento, para assinar as homologações.

Quanto aos funcionários continuavam a

mandar, através dos policiais, recados para o interventor: "que recebesse a comissão e demonstrasse ter mais sensibilidade com os problemas dos trabalhadores".

A certa altura, um agente do Deops disse que "um dia desses, o Oswaldo ainda vai ter um enfarte". O interventor permaneceu irredutível, não recebeu ninguém, enquanto a Altirona (assessora), que dizem ser agente do SNI, gritava: "Vocês serão punidos, isso é insubordinação. Nós estamos aqui para fazer cumprir a lei".

Só no final da tarde é que o funcionário Tarcísio Tadeu seria liberado, dirigindo-se, então, todos os grevistas à Igreja Matriz onde realizaram uma reunião de avaliação. Nessa mesma noite chegou a notícia de Brasília: 28 funcionários do Sindicato tinham sido despedidos.

O interventor não deixou por menos: além de dedurar cada um dos líderes diretamente para o ministro Murilo Macedo, ainda foi ao 1º Distrito Policial de São Bernardo e fez um Boletim de Ocorrência, indiciando em inquérito seis funcionários (a defesa desses funcionários será feita pelo advogado Luís Eduardo Greenhalg).

No dia seguinte, quando os funcionários chegaram para trabalhar, desagradável surpresa: foram sendo chamados um por um para receber uma cartinha de demissão (num total de 28 funcionários). O texto da carta diz que o contrato de trabalho foi rescindido: "por justa causa, devido à sua participação nos tumultuosos acontecimentos de ontem (26)". O interventor, tão cioso da lei, demitiu entre outros funcionários, dois membros da CIPA, com estabilidade até novembro, dois membros da Comissão (Tarcísio Tadeu e Ramundo Simão de Melo) com estabilidade por 2 anos e outra funcionária com estabilidade até setembro, devido à maternidade recente.

ENTOES/SP:

Venceu o bom senso

Finalmente, parece que vai prevalecer o bom senso entre as correntes de sindicalistas e ativistas sindicais que apoiam, em São Paulo, a realização do Encontro Nacional de Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES): com a auto-crítica formulada pelos setores ligados à chamada Comissão Nacional por Entidades Livres (CNEL) primeiro, e depois com a desistência da corrente majoritária da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, já se encaminha a realização de um segundo encontro regional em São Paulo, preparatório ao Encontro Nacional.

Revogada assim, com rara oportunidade a equivocada decisão tomada durante o primeiro encontro, realizado no dia 14 de junho, que se posicionara contra o segundo. Aceita-se, da mesma forma, as alegações dos que foram favoráveis por então a um segundo encontro, com a compreensão de que, em que pese o extraordinário passo representado pelo 1º Encontro Regional, que contou na sua preparação com a participação e discussão de 880 trabalhadores representando categorias profissionais, ainda havia duas lacunas a serem preenchidas: a não participação da corrente sindical autêntica e a inexistência de um debate mais fecundo a cerca das experiências de cada categoria em sua luta contra a estrutura atrelada e na conquista de um sindicato livre e independente da tutela oficial.

Até agora foram realizadas duas reuniões visando o encaminhamento do segundo encontro regional. A primeira na Associação Brasileira de Imprensa e a segunda no Sindicatos, do Sindicato dos Bancários (esta última no domingo, dia 29), estando uma terceira marcada, em princípio, para o Sindicato dos Jornalistas, no dia sete de julho, sexta-feira. Entre as decisões tomadas até agora

destaca-se a ampliação de participantes na comissão coordenadora do encontro engrossada pelas correntes que até agora não haviam participado efetivamente do ENTOES. Além disso, em ponto de princípio que acabou prevalecendo contra as manobras oportunistas de alguns setores minoritários, foi mantido: o reconhecimento real do 1º Encontro, o que significa garantir a condição de delegados natos ao segundo encontro dos 164 delegados tirados para a reunião do dia 14 de junho.

A realização do segundo encontro paulista será beneficiada com a decisão da comissão organizadora do Encontro Nacional em adiar o ENTOES adocada no dia 28 de junho no Rio de Janeiro inicialmente previsto para os dias cinco e seis de agosto, objetivando uma maior representatividade da delegação de São Paulo. No dia 12 de julho, véspera do encontro regional de Minas Gerais - que por sinal já conta com o apoio da direção local do Partido dos Trabalhadores - a comissão nacional reunida novamente quando deverá então fixar uma nova data para o ENTOES.

Na reunião do dia 28 foi decidido também uma ofensiva sobre os principais nomes do sindicalismo autêntico, procurando comprometer-lhes com o ENTOES. O primeiro passo neste sentido será dado durante o encontro de sindicalistas e militantes do movimento popular - continuação do Encontro de João Monlevade - e que se realiza em São Paulo nos dias quatro, cinco e seis deste mês (ver matéria na pág. 7). Vencer as reticências e as prevenções dos "autênticos", mais visíveis em São Paulo, são as tarefas principais da comissão nacional que procurará convencê-los da necessidade de conformação de um polo combativo no interior do sindicalismo brasileiro.

Metalúrgicos/SP

A Reconquista do sindicato,

Nossa luta não é simplesmente para tirar uma diretoria corrupta, agente do regime e composta, em sua maioria, por ex-interventores em sindicatos, nomeados pelo golpe militar de 64. Nossa luta é para transformar o sindicato num órgão real de representação dos trabalhadores. A democratização da vida sindical somente existirá com a participação massiva do conjunto da categoria no dia a dia do seu sindicato. Este é um trecho do documento lido pelo setor da região Mooca, uma das seis em que se subdividiu a capital de São Paulo (as outras são Santo Amaro, Ipiranga, Penha, Lapa, Nove) para a articulação do Movimento de Oposição Metalúrgica pela Reconquista do Sindicato, convocando os trabalhadores da região para participarem da campanha de sindicalização que será desenvolvida durante todo o segundo semestre entre os metalúrgicos de São Paulo.

O lançamento oficial do Movimento de Oposição Sindical pela Reconquista do Sindicato, que reúne todos os antigos núcleos e grupos de oposição sindical (Oposição Sindical Metalúrgica-Luta Sindical, Grupo dos 21 e Metalúrgico Independente, entre outros), está previsto para o dia 20 de julho, domingo, na sede do próprio sindicato dos metalúrgicos de São Paulo (caso o pelego Joaquim Andrade não ceda o local, será feita então no sindicato dos Jornalistas). É uma tentativa de unificação das diversas correntes de ativistas sindicais, na sua luta comum contra o peleguismo representado pela direção do sindicato, liderado por Joaquim Andrade, que há 10 anos se encastelou na erudição.

Luta contra os interventores de 64 (Joaquim em Guarabos, Mazzezi em São Paulo, Bernardino em São Caetano, Cremilires em São Ber-

nardo, João Vicente em São Paulo) é o objetivo básico importante do Movimento, que se prepara para as eleições sindicais previstas para 1981.

Um passo importante será sem dúvida, a intensa campanha de sindicalização que será desenvolvida nas diversas regiões e que tem como objetivo conseguir 20 mil novos filiados para o sindicato. Um novo contingente de sindicalizados, sobretudo composto pela massa de trabalhadores mais mobilizados, será decisivo para desequilibrar a balança que desde o golpe militar tem sido manipulada em favor dos pelegos.

A formação do Movimento de Oposição Sindical pela Reconquista do Sindicato foi decidida numa reunião realizada no começo de junho. Ficou decidido que seria dirigido por uma coordenação composta por dois trabalhadores de cada setor. Decidiu-se ainda, agregar junto ao nome do movimento, a palavra de ordem: "Santo Dias, a luta continua".

COMPANHEIROS SINDICALIZE-SE E LUTE COM A OPOSIÇÃO

CHAMAMOS TODOS OS TRABALHADORES METALÚRGICOS DE SÃO PAULO PARA PARTICIPAREM DA CAMPANHA DE SINDICALIZAÇÃO QUE SERÁ DESENVOLVIDA DURANTE TODO O SEGUNDO SEMESTRE ENTRE OS METALÚRGICOS DE SÃO PAULO.

Até 11 de julho, inscreva-se no movimento de oposição metalúrgica para reconquista do sindicato.



MOVIMENTO DE OPOSIÇÃO METALÚRGICA PARA RECONQUISTA DO SINDICATO
SANTO DIAS, A LUTA CONTINUA.

Sindicalização em massa para derrotar os pelegos.

2 - O Estado enquadra os sindicatos

Em sua última edição
EM TEMPO lançou mais uma série,
**PARA CONHECER O
MOVIMENTO OPERÁRIO
BRASILEIRO**, uma pequena bibliografia
comentada sobre a história operária no país.
A primeira parte já foi publicada,
sob o título **OS ANOS
DE FORMAÇÃO DA CLASSE**.
Aqui, agora, o segundo
capítulo da série.

Aziz Simão SINDICATO E ESTADO Domínus, S. Paulo, 1966

É o livro clássico sobre o processo de enquadramento das atividades sindicais pelo Estado no Brasil, cobrindo o período que vai do fim do século passado até 1940. O autor acompanha as relações entre Sindicato e Estado a partir de quatro níveis que se complementam: o do desenvolvimento industrial, o das condições de trabalho, o dos conflitos coletivos, e o da organização sindical propriamente dita.

A mesma objetividade do estudo - fartamente documentado - não esconde no entanto as motivações e interesses de Aziz Simão pelo tema. Participante da vida sindical e militante socialista desde os anos 30, ele trata do assunto como alguém que - com a distância do tempo - volta-se sobre seus passos para interrogar sobre o sentido que afinal a História lhes deu. "Antes, o sindicato era uma instituição legítima apenas perante seus membros, impedindo de integrar-se plenamente na sociedade global pela ação coercitiva do patronato e do Estado (...). Agora, socialmente legitimado e legalmente reconhecidos, são grandes estáveis, embora sujeitos ao controle estatal", observa ele na sua introdução escrita em 1965.

O 1.º capítulo - "A indústria e o operariado" - descreve como os processos econômicos mais gerais suscitam o aparecimento dos agentes sociais que marcam o novo conflito de classes. Os surtos industriais definem os períodos de crescimento do proletariado. Mas além disso, as características daqueles vão definindo as condições básicas desse. No início do século o proletariado disperso em uma multidão de pequenas empresas, marcado pela presença dos trabalhadores estrangeiros, constituído principalmente por tecelões (ainda em 1920 no Estado de S. Paulo, 54% dos operários estavam empregados em indústrias têxteis, de vestuário e calçadaria). Ao adentrar a década de 30 assistimos um processo mais definido de concentração geográfica e empresarial, diversificação industrial, nacionalização da mão de obra.

No 2.º capítulo acompanhamos o arbitrio patronal, a reação operária e, afinal, a intervenção do Estado no estabelecimento das condições do trabalho industrial. A falta utilização do trabalho da mulher do menor se explicava pela desigualdade dos salários pagos: "não só os operários maiores de 16 anos ganhavam mais do que os menores, como também, entre os daquela primeira classe de idade, os homens tinham salários superiores aos pagos às mulheres, para igual serviço". Para as famílias operárias as fábricas apareciam como "escolas de trabalho", cujos rigores seus filhos conheciam a partir dos cinco anos. As jornadas de trabalho de até 14 horas, os baixos salários, um regime disciplinar severo para aumentar o ritmo de produção cujas penalidades incluíam multas de até 1/3 do salário ou mesmo castigos corporais, foram a parte do proletariado ao implantação do nosso parque industrial. Será a partir de 1930 que se afirmam medidas legais que passarão a ter efeitos na regulamentação das condições de trabalho.

O 3.º capítulo trata da dinâmica dos conflitos coletivos de trabalho. A extensão das greves, suas características e, particularmente,

o sentido que lhes davam os atores envolvidos.

Finalmente o 4.º capítulo aborda a questão central: a evolução do próprio sindicato, desde as primeiras mutuais e cooperativas. Vemos sua extensão à luta pela sobrevivência. Vemos as posições das principais correntes. Para os anarquistas, a mais absoluta autonomia de cada associação sindical, de que resultava a possibilidade da pluralidade sindical, embora eles buscassem "uma unidade de ação". Uma visão alternativa - presente de alguma forma nas correntes marxistas - procurava submeter os sindicatos a um partido anarquitista em que propugnava por um esquema unitário e centralizador. Mas sobre todos eles prevaleceu, afinal, o Estado que, "ao estender seus poderes, substituiu o partido político na redução do sindicato a órgão colaborador subordinado".

Heloísa Martins O ESTADO E A BUROCRATIZAÇÃO DO SINDICATO NO BRASIL Hucitec, S. Paulo, 1979

Este livro, de certo modo prossegue o estudo de Aziz Simão. Heloísa Martins desenvolve o estudo do tema da "burocratização dos conflitos de trabalho" em dois sentidos. De um lado, ela retoma o processo e o acompanha até a atualidade. De outro, ela aprofunda a análise da questão, através da análise da evolução das funções do sindicato nos conflitos trabalhistas e do estudo concreto de um sindicato, o dos Metalúrgicos de São Paulo.

O capítulo I trata da passagem "da repressão policial a repressão administrativa". A revolução de 30 reconheceu legalmente os sindicatos, mas não ficou nisso. Através de uma legislação progressivamente elaborada, "foi definido para o sindicato o papel de órgão colaborador do desenvolvimento econômico".

O capítulo II trata "Da participação política consentida a negação do sindicato político". De 1945 a 1964 a "filosofia catadonovista" havia sido rompida mas o arcabouço jurídico da organização sindical não o foi. A participação política consentida foi possível na medida em que era compatível com os interesses do grupo hegemônico. Em 1964 restabeleceu-se a filosofia estadonovista.

Os três capítulos que seguem constituem o núcleo da pesquisa da autora: 1) a lei 4730 e a regulamentação do direito de greve; 2) política salarial e autonomia sindical; 3) dirigente sindical como burocrata. Mas a aparição desse burocrata é determinada menos por tendências ideológicas eventualmente predominantes no meio sindical e mais pela estrutura do sindicato como "um dos órgãos do quadro administrativo estatal", tendo suas funções por ele definidas.

Leôncio Martins Rodrigues SINDICATO E CONFLITO INDUSTRIAL NO BRASIL Difel, S. Paulo, 1966

Também Leôncio Rodrigues estuda a passagem do sindicalismo anarquista aquele dominado por uma orientação "nacionalista-

desenvolvimentista". Mas ele se recusa a ver a debilidade do sindicalismo brasileiro como "decorrência da intervenção do Estado nas associações operárias". Pelo contrário: "a fraqueza do movimento operário é que permitiu ao Estado chamar a sua organização dos sindicatos". É essa debilidade estatal dada pelas próprias condições de desenvolvimento capitalista em um país subdesenvolvido como o nosso. De um lado, uma massa proletária mas com débil integração na indústria e, portanto, mais disponível para uma pregação populista que para a autonomia classista que lhe antecedeu. De outro um setor incorporado nas indústrias e que clamará a industrialização em si como um processo que lhe era favorável. O movimento operário organizado terá possibilidades de intervir no desenvolvimento. Mas também a hegemonia burguesa consegue canalizar essa intervenção para a defesa de seus projetos unilaterais e em interesses nacionais.

Dai uma ambiguidade básica no movimento operário (e ele trata sobretudo daquele que prevaleceu até 1964): sua atuação política se faz no sentido de apoiar os empresários industriais em seu projeto de "modernização" do país enquanto sua atuação econômica se choca diretamente com ele.

José Albertino Rodrigues SINDICATO E DESENVOLVIMENTO NO BRASIL Símbolo, S. Paulo, 1979

Trata-se já da 2ª edição do livro lançado em 1966. Numa primeira parte o autor trata do "Desenvolvimento do Sindicalismo no Brasil". Procurando ir além da simples demarcação do ano 1930, ele propõe cinco etapas: 1) período mutualista (antes de 1888); 2) período de repressão (1888-1919); 3) período de ajustamento (1919-1934); 4) período de controle (1934-1945); 5) período competitivo (1945-1964).

Depois de caracterizar cada uma das fases, ele se detém no estudo da "Moderna Estrutura Sindical Brasileira", a política trabalhista de Vargas, a legislação sindical posterior a 30 e a estrutura sindical.

Finalmente, uma terceira parte estuda o "Funcionamento das organizações Sindicais". O pequeno índice de sindicalização e representatividade fica evidenciado por diversos indicadores. O precário funcionamento é assinalado como consequência da absorção das direções em várias funções administrativas.

O paternalismo que está nas suas origens. Albertino verifica uma contradição que mina por dentro esse sindicalismo. "O sindicato herdou as funções paternalistas de amparar e assistir o trabalhador despreparado para ingressar na atividade produtiva, enquanto desassistia e deixava ao sabor das contradições do mercado de mão-de-obra o operário profissionalmente estabilizado. Em consequência, o trabalhador qualificado, portador de maior consciência de classe, não encontra estímulo sindical, dirigido mais para o trabalhador não qualificado que, por suas origens rurais recentes, não tem maior consciência de classe e busca apenas uma proteção do patrão, da lei ou do sindicato".

Luis Werneck Vianna LIBERALISMO E SINDICATO NO BRASIL Paz e Terra, Rio, 1978

O autor enfoca a análise da intervenção do Estado a partir da análise das classes dominantes. Seu livro não é portanto um estudo sobre o movimento operário propriamente dito. Mas, ao pesquisar a evolução das relações sociais estabelecidas no mercado de trabalho, Luiz Werneck Vianna lança uma nova luz sobre a estrutura sindical brasileira.

Ele procura entender essas relações a partir de uma investigação aprofundada da legislação trabalhista. Esse estudo não permanece só no nível descritivo das leis e das condições sociais em que emergiram. A interpretação política das tendências assimiladas na legislação é feita através da análise das ideologias que as suportam.

Assim, Werneck Vianna periodiza o movimento sindical levando em conta sobretudo as articulações institucionais-legais que os sindicatos estabelecem com a sociedade global.

Dessa perspectiva, a intervenção estatal vai significar também a falência do liberalismo burguês que não reconhece o sindicato como interlocutor legítimo nas relações de trabalho.

cadernos do
ceas

Centro de Estudos e Ação Social - CEAS
Rua Aristides Novis, 101 - Federação
40.600 - Salvador - BA

Assinatura 1980 (6 números):
normal Cr\$ 400,00
estudante Cr\$ 140,00
Número Anual: Cr\$ 80,00

D. Pelé e Abdias do Nascimento discutem o racismo

Por Miriam Gratch e Osmar Barreto



Foi, sem sombra de dúvida, um momento histórico. De um lado, D. José Maria Pires, o D. Pelé, Arcebispo da Paraíba, conhecido e admirado por seu trabalho pastoral, por sua simplicidade como homem e como sacerdote, radicante em sua simpática, e envolvimento em várias questões de terra no seu Estado, como o caso de Alagamar, onde se colocou ao lado dos posseiros. De outro, o professor Abdias do Nascimento, que visitou a Paraíba para lançar seu último livro "Quilombismo - Documento de Uma Militância Pan-Africanista", pela VOZES, que propõe uma nova postura política sobre a questão racial no Brasil.

O encontro se deu no DCE da Universidade da Paraíba, onde D. Pelé esperava por Abdias para assistir ao lançamento. E continuou na residência oficial do Bispo, deliciosamente regado a vatapá e xinxin de galinha, comida tipicamente negra.

Presentes, o presidente do Instituto de Pesquisas da Cultura negra do Rio de Janeiro, Orlando Fernandes, membros do grupo de D. Pelé - agentes pastorais, jernitas, que vêm se encontrando para discutir sua condição de negro na sociedade e na Igreja do Brasil e seu mais esquecido oprimido - o negro.



—Primeiramente eu queria que D. Pelé e Abdias falassem sobre a questão do negro no Brasil. Como percebem a situação do negro neste país?

—D. Pelé: Eu nunca senti propriamente uma revolta, embora sempre percebesse a marginalização do negro tanto na sociedade civil como na Igreja, mas de tal maneira nós fomos aculturados pelos dominadores, que nós acabamos aceitando uma situação de dominação com tranquilidade. Eu acredito que isso também faz parte da nossa sobrevivência. Quando viu aquele filme *Raízes*, percebeu como é que toda revolta foi sendo esmagada e levou os revoltosos a uma acomodação, como intuito de sobrevivência. Ultimamente, na medida em que a Igreja começa a caminhar mais com a sociedade, eu passo a sentir a importância de todos os grupos que são marginalizados, e entre eles o grupo grande, imenso no Brasil, que são os descendentes africanos. Eu entendo gente começa a tomar consciência de tudo o que significou de marginalização, de opressão, tanto na sociedade em geral, como especialmente na Igreja. E precisamente por isso o que experimento a necessidade de somar com aqueles que estão lutando pela restauração dos direitos dos pobres, e portanto, dos direitos dos negros.

—Abdias do Nascimento: Bem, D. Pelé tocou num ponto que me atinge pessoalmente. Ele se referiu à discriminação existente mesmo na Igreja. Eu sou um retrato, sou uma encarnação desse racismo, porquanto na minha adolescência eu tentei ser sacerdote e fui repellido pela Ordem dos Franciscanos, que não queriam me aceitar como candidato ao sacerdócio. O mesmo ocorreu com a Ordem dos Agostinianos. Eu aí também encontrei as portas fechadas. Mas para minha felicidade, essas duas rejeições contribuíram muito para que eu encontrasse meus verdadeiros deuses, orixás dos meus ancestrais, os orixás que me ajudaram a refazer a minha identidade étnica, cultural e espiritual. Os orixás me sustentam nessa luta e me confortam nesses momentos de desalento, pois que, lutar a favor do negro neste país é muito mais difícil do que lutar, por exemplo, a favor dos negros norte-americanos, ou até mesmo dos africanos.

Abdias: "Eu tentei ser sacerdote e fui repellido pelas Ordens"

—O que há de concreto sobre a Pastoral do Negro?

—D. Pelé: O que há de concreto é que essa pastoral no início consistiu em batizar os negros que chegavam no Brasil. Não podia haver pagãos numa terra considerada em nome do Rei e do Cristo. A pastoral era essa - ao chegar ao Brasil eram imediatamente batizados... e mais nada. A não ser as celebrações da Festa do Rosário, em que os negros reuniam por um dia, por uma semana, uma certa autonomia porque eram eles que dirigiam essas festas. Essa foi a pastoral que se fez no passado. E hoje nós não temos nada absolutamente nada. Mesmo a Conferência de Puebla, que é aquilo que nós temos de mais recente, não tratou do problema

do negro, a não ser em duas linhas, para reconhecer que a Igreja não deu a situação do negro a atenção que devia ter dado, e ainda essas duas linhas foram retiradas do texto, posteriormente, e colocadas em nota ao pé da página.

—Abdias do Nascimento: Bem, a ideia de falar realmente nessa proposta que não é minha, mas do nosso povo negro, eu queria com muita humildade e respeito, fazer uma observação ao D. Pelé, quando se auto-identificou. Ele disse que se orgulhava muito de se chamar Pelé porque Pelé lembrava essa aceitação do negro na sociedade brasileira. Eu creio que a analogia não é pertencente porque se Pelé fez exatamente o oposto: para ascender negou a sua identificação com o povo e os interesses de sua origem.

D. Pelé: "Há pastores de operários agricultores etc., mas não de negros"

—D. Pelé: Posso dar uma parte? Talvez o que falei não tenha expressado o que realmente corresponde ao que eu queria dizer. Eu disse que recebo com prazer o nome de Pelé, não por causa do jogador, mas porque ele, lembrando alguém que é preto, fez com que eu aceite a minha identidade. Não que a sociedade esteja aceitando o preto, mas o fato de eu gostar do nome de Pelé, que significa que eu gosto de ser preto, de ser da raça negra.

—Bem, agora uma pergunta que gostaria que os dois de batessem. Quais os pontos de união da Igreja e suas comunidades de base com o racismo do negro; e como poderia ser realizado um trabalho comum.

—D. Pelé: Nas comunidades de base, realmente não existe uma discriminação - ou, pelo menos não tão grande - porque as comunidades estão se formando bem na base do povo. Ainda vamos encontrar diversos tipos de oprimidos. Aparecem os negros, mas também aparecem os agricultores, as lavadeiras, as pessoas que moram nas periferias das cidades, as vítimas de prostituição. Então é uma gama de oprimidos, que se encontram, e uma vez que a sorte é comum, não há lugar para problemas propriamente de racismo; é possível que apareça em um outro caso, mas a coisa não se generaliza. Então nos parece que justamente a comunidade de base seria um bom ponto de partida para uma caminhada que é conjunta: porque para nós, não é só o problema do negro; achamos que o problema do negro ficou em último lugar na própria Igreja; ele já conseguiu organizar uma Pastoral dos Pescadores, ela organizou a Pastoral dos Agricultores, a Pastoral dos Operários Urbanos, das Professoras, Pastoral das Vítimas da Prostituição, e não existe uma Pastoral do Negro.

—Já houve efetivamente alguma discussão a nível do Reunião da Igreja a respeito da Pastoral do Negro? Ela não estaria, segundo opinião das pessoas mais influentes neste setor, diluindo essas pastorais divididas em setores específicos das comunidades existentes? (Pergunta de Orlando Fernandes, presidente do Instituto de Pesquisas da Cultura Negra do R. Janeiro)

—D. Pelé: Não, não houve. O assunto nunca foi colocado nas assembleias da CNBB. Ele foi

colocado umas duas vezes, por mim. Mas nunca foi tomado em consideração para ser discutido. Apenas em consequência das últimas intervenções, se colocou no plano pastoral um encontro de agentes pastorais de descendência negra.

—Abdias, como você vê a realização de um trabalho comum?

—Abdias do Nascimento: Eu acho que o trabalho comum é uma necessidade e por isso a iniciativa já estamos sentando esse diálogo. Eu já estive com D. Paulo Evaristo Arns e ele discutiu comigo a possibilidade deste trabalho comum e determinou que se abrisse até um espaço na PUC de São Paulo, a fim de que nós pudéssemos lá instalar um Centro de Estudos Afro-brasileiros.

—Agora, uma pergunta um pouco delicada, que entra na área teológica da coisa. Nós sabemos que a maioria da população afro-brasileira professa a religião afro-brasileira com todos os seus sincretismos que incluem uma série de rituais que são ainda justificadas como animismo, fetichismo, uma série de coisas assim. Então, como a Igreja, que está fazendo um trabalho social importante, pode ser um agente de resolução, num trabalho relacionado ao negro, essa questão teológica? A Igreja se coloca em (igual) paridade em relação à religião afro-brasileira, ou aceitará sua teologia particular? Como se daria isso?

—D. Pelé: A resposta está pelo menos em germe, nos documentos do Vaticano II quando ele diz que todas as religiões têm elementos do Evangelho. É o reconhecimento de elementos positivos que existem em todas as religiões. Em todas elas poderão existir ambiguidades, aspectos negativos, coisas que devem ser purificadas. Mas o Evangelho antes de tudo, não é uma proposta religiosa, é uma proposta de mudança, de atitude prática, e essa proposta cabe dentro de qualquer religião. O Evangelho não vem destruir essa ou aquela religião, vem trazer uma forma nova dos homens se comportarem uns com os outros, e de os homens se comportarem em relação a Deus.

Abdias: "O catolicismo reconheceria um Cristo em Osiris, o deus negro africano?"

—Abdias do Nascimento: Mas D. Pelé, eu queria formular uma pergunta delicada, e até impropria. O Sr. admite que nessas relações a religião africana poderia de purar também as imperfeições do catolicismo, e vou até além, fazer com que o catolicismo e o cristianismo reconhecessem, por exemplo, que o modelo do Cristo está em Osiris, o deus negro africano, que também se ofereceu em sacrifício em salvaguarda da humanidade? Quer dizer, alguns milhares de anos antes do aparecimento de Cristo já um africano havia se oferecido para lavar as culpas da humanidade? Quer dizer que a consciência negra é uma realidade histórica que também o catolicismo, se quiser ser fiel até mesmo aos dados históricos deve reconhecer e não deixar com que os santos e religiões de origem africana sejam coagidos, constrangidos e tutelados pelos santos católicos, como é o caso do chamado

sincretismo religioso, em cujos templos os deuses africanos estão em geral em baixo do altar, enquanto os deuses católicos, naquele templo de origem africana, são as imagens ostensivas e até pressionando de tal forma as divindades africanas, que até um orixá como Iemanjá é sempre apresentada como uma loura de cabelos compridos, quando ela é uma africana da cidade de Abeokuta. Então a fazer essa indagação se a Igreja católica, sobretudo essa parte sadia e para nós tão bela da Igreja católica no Brasil está olhando esse outro aspecto, que vai além da pura relação superficial entre católicos e as religiões de origem africana.

D. Pelé: "Eu acho que o que está dividindo os homens é o social e não o religioso"

—D. Pelé: Eu não iria tão longe. Eu não iria ao ponto de achar que a Igreja Católica viesse um dia reconhecer o valor dos cultos africanos enquanto tais. E penso que por esse caminho nós chegaríamos a uma caminhada comum. O máximo que eu desejo, porque acho que não é o bastante, é que a Igreja respeite os diversos cultos, pratique em relação aos cultos africanos o que ela vem praticando em relação à Igreja Ortodoxa e em relação à Igreja Evangélica. Um sadio ecumenismo, em que atribui para aquelas pessoas que praticam esses cultos o mesmo valor que ela atribui para os católicos que são fiéis a sua religião. Esse aspecto me parece o mais importante. Porque nesse momento não haveria mais a exigência de um proselitismo que só iria de certo modo oprimir os outros. Então não se trata de os católicos aceitarem os cultos afro-brasileiros, nem que aqueles que professam os cultos afro-brasileiros sejam obrigados como foram no passado a aceitar o catolicismo, mas de nós sentirmos que, ou praticando a religião católica ou seguindo os cultos afro-brasileiros, que nós nos aproximamos numa busca de uma proposta nova para a sociedade. O que está importando mais agora é uma nova proposta social, uma nova sociedade. Nós sentimos que não é a religião que está dividindo as pessoas. Se nós formos, por exemplo a um Xangô, nós vamos encontrar muitos brancos lá.

Se nós vamos à Igreja Católica nós vamos encontrar muitos negros lá e se formos à Igreja Protestante, vamos encontrar igualmente muitos negros e brancos. O que está dividindo os homens é o sócio-econômico. Não há lugar para o oprimido - seja ele branco ou preto - não há lugar para ele na sociedade. Então, é o sócio-econômico que está dividindo os homens e não o religioso. As religiões devem ser respeitadas, acatadas, mas elas devem ser forçadas a buscar uma transformação. Não é discutir o problema religioso, e respeitar as posições das pessoas, e somar forças em busca de uma transformação social.

É o projeto social, mais do que o projeto religioso, que está nos interessando.

—Abdias Nascimento: Eu estou muito satisfeito com o que eu acabei de ouvir.

Na igreja progressista, poucos lançam advertências...

Uma aparente participação do povo

O caderno do CEAS de março-abril últimos dedica um editorial aos "ritus e esperanças" diante da visita do Papa. A publicação, editada pelos jesuítas na Bahia, recebeu severas advertências do cardeal Avelar, apesar de o editorial concluir que há motivos para "alimentar esperanças". Aqui, alguns dos ritos apontados.

— A Igreja pode aproveitar a mobilização das massas e o sucesso pessoal do Papa para reforçar seu poder seja interno, seja externo. Mesmo ficando no âmbito estritamente religioso, há o perigo de reforçar uma posição elitista e, por isso mesmo, sempre autoritária, na qual o povo fica excluído e marginalizado apesar de uma aparente participação.

— Há o risco que prevaleça o peso político do Papa sobre a responsabilidade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Esta última poderia ficar na sombra, em lugar de ser animada, apoiada e confirmada nessa linha empreendida de maior sintonia com os clamores locais.

— Existe o grande perigo de a visita ser manipulada pelo governo desejoso de capitalizá-la em favor de sua política, como um atestado nacional e internacional da existência de "novos" e "democráticos" tempos no Brasil e como ocasião para condenar a Igreja progressista.

Uma apropriação pelo sistema

Declaração de D. Pedro Casaldáliga no jornal 5 de Março de Goiânia, numa afirmação inédita, em se tratando de um bispo. D. Pedro põe o dedo na ferida.

"O setor conservador da Igreja e o poder internacional do capitalismo estão se apropriando do Papa, transformando-o numa figura popular, simpática e carismática, mas fora dos problemas sociais e políticos."



Estão estudando o cheiro de... por uma assinatura anual. (1) Romanos: R\$ 500,00. (2) Apoio: R\$ 1.000,00. (3) Retorno: totalidade: US\$ 40,00. (4) Exterior, Inscrições: US\$ 60,00.

Nome: _____
Profissão: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ Cidade: _____
CEP: _____ Estado: _____

Preço e remessa para Editora Aparte S.A. — Rua Francisco Leão, 37
Pinheiros — São Paulo — SP — CEP 05414 — Fone: 352-8880

Cristo não foi um revolucionário

Em meio a este clima de temor diante da visita papal, evidenciado por alguns setores da Igreja progressista a maioria, no entanto, prefere cair na retransmissão e se fechar na afirmação de que se trata de uma visita meramente pastoral. A edição especial do O São Paulo, por exemplo, órgão da arquidiocese de São Paulo, Evaristo Arns, é nitidamente mais moderada do que as edições habituais. Numa matéria referente ao "Papa e seu pensamento", o autor chega inclusive a afirmar que: "Por isso não se pode admitir uma leitura do Evangelho em que se apege a divindade de Cristo. A concepção de Cristo como político, revolucionário ou subversivo não coaduna com a catequese da Igreja."

A melhor preparação da visita foi feita no ABC

Vários intelectuais progressistas, num gesto de apoio à Igreja ligada aos setores populares, assinaram uma carta, da qual reproduzimos abaixo alguns trechos, que foi entregue ao papa em São Paulo.

"Santidade, temos certeza que, do nosso ponto de vista, a melhor preparação de sua visita ao Brasil foi feita no ABC, Estado de São Paulo. Quando o poder auto-institucionalizado negou aos metalúrgicos os estádios e as praças públicas, a Igreja abriu os templos aos operários. Entraram na Igreja para exercer os seus direitos de cidadãos livres e debaterem democraticamente, direitos humanos básicos e seu trabalho justo salário. Esta é a Igreja que justamente por ser transcendente, se insere radicalmente, e sem nada temer, no processo histórico, nos problemas e crises de seus filhos. No interior do templo, os operários rezaram e reivindicaram seus direitos básicos. É a união concreta e sólida das coisas divinas e humanas (divina e humana) jogamur, como diz o hino da Ressurreição.

— Esta é, Santidade, a Igreja confiável e digna de credibilidade. Esta é a Igreja que milhares de brasileiros, operários, estudantes, camponeses, índios, e intelectuais, respeitamos independentemente de nossas convicções pessoais. Esta Igreja, e não outra, teve e terá seus templos invadidos, seus altares explodidos e seus líderes perseguidos pelas forças da repressão.

— Este é para nós, Santidade, o rosto da Igreja no Brasil. Nele reconhecemos a face do Cristo, que fez dos pescadores seus líderes, que viveu no meio dos humildes, que acolheu com amor as prostitutas e que reprovou com ternura severidade os líderes religiosos e políticos do seu tempo.

— Agora queremos, com simplicidade, levar-

lhe duas sugestões. Em suas viagens apostólicas pelas nações e continentes, constatamos que todos desejam ouvir sua palavra de justiça e concordia. Desejamos que os organizadores de suas viagens pastorais incluam momentos nos quais Vossa Santidade seja só ouvir do povo, sobretudo humilde e marginalizado. Sugerimos também, que as grandes religiões do mundo, se unam para dissuadir os blocos armados, não apenas com exortações, mas através de uma mediação efetiva. Esta seria uma forma concreta de realizar o discurso que Vossa Santidade pronunciou recentemente na ONU, com aplauso vibrante de quase todas as nações da terra."

Os primeiros pronunciamentos políticos do papa

Reformas com prudência

No discurso que proferiu na segunda-feira à noite, no Palácio do Planalto, dirigido ao general Figueiredo, João Paulo II, pela primeira vez no país, emitiu suas opiniões sobre a que considera o mundo e o ritmo adequados à nossa sociedade. Aqui, o trecho mais significativo do discurso.

"Por isso mesmo a Igreja não cessa de preconizar as reformas indispensáveis à salvaguarda e à promoção dos valores sem os quais não pode prosperar nenhuma sociedade mais justa e sempre mais de acordo com a dignidade de toda pessoa humana. Ela anima os responsáveis pelo bem comum, sobretudo os que se prezam do nome de cristãos, a empreenderem a tempo estas reformas com decisão e coragem, com prudência e eficiência, atendendo-se a critérios e princípios cristãos, a justiça objetiva e a uma autentica ética social. Promover assim tais reformas também é maneira de evitar que elas sejam buscadas sob o impulso de correntes, em base as quais não se tenha em recorrer à violência e à ditadura indireta, supressão dos direitos e liberdades fundamentais inspiráveis da dignidade do homem."

A utopia da sociedade sem classes

Aqui, trechos da homilia na missa celebrada em Belo Horizonte onde o papa se dirigiu aos jovens:

"Aprendi que um jovem cristão pensa de ser jovem, e há muito não é cristão quando se deixa seduzir por doutrinas ou ideologias que pregam o ódio e a violência, pois não se constrói uma sociedade justa sobre a injustiça... um jovem começa perigosamente a envelhecer quando se deixa enganar pelo princípio fácil e cómodo, de que o 'fim justifica os meios'. Quando passa a acreditar que a única esperança para melhorar a sociedade está em promover a luta e o ódio entre os grupos sociais, na utopia de uma sociedade sem classes, que se revela bem cedo a criação de novas classes. Convinco-me de que só o amor aproxima... Só o amor verdadeiro consola."

"Se o jovem que eu fui, chamado a viver a juventude em um momento crucial da história, pode dizer algo aos jovens que vocês são, penso que lhes diria: não se deixem instrumentalizar."

Como a oposição popular recebe o papa



... é completamente diferente daquela em que os metalúrgicos associavam Lula e Cristo

Que o papa não atrapalhe muito

Do jornal Movimento

"Igreja pobre ou Igreja rica? Com quem está o Papa João Paulo?", foi a manchete do último edição do jornal Movimento. Lá dentro, o tema da visita do Papa era aberto com uma matéria com a seguinte chamada: "Que o Papa não atrapalhe muito; parece incrível, esse é o desejo dos católicos progressistas nesta viagem do papa". E a matéria a brinca-se como que segue: "A situação dos setores mais progressistas da Igreja Católica é semelhante em relação à primeira visita do Papa João Paulo II ao Brasil, a de um comandante de avião em apuros que, ao final de todas as tentativas para corrigir uma grave falha técnica, dirige-se aos passageiros, explica a situação e conclui: faremos tudo que estiver em nosso alcance para que a aterrissagem seja a mais suave possível. Senhores passageiros, mantenham a calma. Relaxem."

É o maior show depois de Sinatra

Geraldo Siqueira, deputado estadual, da Coordenação do PT paulista

"Eu acho que este Papa representa um retrocesso em relação a, por exemplo, João XXIII e suas encíclicas sociais. Por outro lado, sua ação depende, sem dúvida, da força que os setores mais progressistas conseguiram acumular aqui na América Latina.

No caso do Brasil, pela sua imensa população católica, é flagrantemente a importância da visita. Estouando na expectativa de ver em que medida o Papa poderá reforçar aqui as posições mais retrógradas.

O governo trata a visita como a grande promoção depois da vinda de Frank Sinatra, como um verdadeiro "show business". As marças do povo estão, inclusive sendo reformadas para a passagem do Papa não ver

cartas coltas. Acredito pois que o contato que ele terá com a nossa realidade será ínfimo.

Quanto à nossa participação, não vejo nesta programação toda que foi montada qualquer brecha por onde poderíamos ter algum contato frutífero."

Vamos pedir pelos mortos e desaparecidos

Luiz Eduardo Greenhalgh, do CBA de São Paulo

"A visita do Papa é uma espécie de peregrinação pelos países do mundo, que faz um determinado estilo de governo, de pontificado. Tenho a impressão que ele não vem fortalecer nenhuma ala da Igreja. Acho que vai observar e que, com bom senso, não vai fazer críticas explícitas.

Nós do CBA vamos pedir ao Papa para que reiterece pelos mortos e desaparecidos. Vamos mostrar a ele o que é a lei de segurança nacional, o que são as torturas, a lei de estrangeiros, etc. Vamos denunciar esta realidade."

Bem vindo João, o eleito

Aqui, trechos da nota distribuída população pelo PT de Minas

"A visita do Papa João Paulo II ao Brasil tem sido objeto de muitas preocupações e até especulações. O povo simples, pobre, explorado e marginalizado, espera com alegria sincera a oportunidade de ver mais de perto o líder da Igreja Católica. Somos parte deste povo e gostaríamos que o Papa se sentisse bem entre nós.

Enossa preocupação cresce ao percebermos que ele é enviado como "ovelha no meio de lobos" e por isso precisa ter ao lado da "simplicidade das pombas, a prudência das serpentes". Ele chega ao Brasil num momento em que o poder acusa a Igreja de estar subvertendo multidões, como na greve de São

... e a esquerda oscila entre a crítica, a adesão e a tentativa do resgate

Bernardo e nos campos do Araguaia. O PT, Partido dos Trabalhadores, não concorda que a Igreja esteja do lado do poder dos patrões. Nem que esteja no meio termo, entre exploradores e explorados. A única Igreja autêntica é aquela que está no lado dos explorados e oprimidos.

O Partido dos Trabalhadores estará nas ruas recebendo o Papa junto com o povo, compartilhando de sua alegria, cooperando no que for possível para que tudo transcorra em paz e alegria. Mas advém ao povo mineiro das intenções do governo e patrões que tentam torcer e falsificar as palavras do Papa com o interesse de dividir a Igreja, caluniando verdadeiros cristãos." (PT, SAUDAÇÕES)

Há um cheiro de copa de 70

Luiz Antônio, da Coordenação paulista do PT

"Eu tenho medo que a passagem do Papa pelo país se assemelhe ao clima que vivemos na época da copa de 70. É claro que sua visita neste momento serve, mais do que a ninguém, ao regime e as classes dominantes.

O que não significa, no entanto, que o conjunto da Igreja no Brasil sirva a estes mesmos interesses. Pelo contrário, o peso dos setores progressistas tanto nas bases como na cúpula é crescente. Mas o tipo de visita do Papa fortalece dentro da Igreja os setores mais conservadores.

Os trabalhadores brasileiros, em grande número são católicos. E o PT não discrimina ninguém por religião. Creio que alguns companheiros gostariam neste momento de levar ao Papa uma denúncia de suas condições de vida e de trabalho. Mas acho que estes mesmos companheiros não gostariam de ver o PT vendido a mesma mesa que os poderosos. E isto aponta para as grandes limitações em que está se dando a visita do Papa."

Um instrumento do imperialismo

Do jornal O Trabalho

"Esta viagem se insere na trajetória global do Papa, que vem percorrendo vários países nos últimos meses, sendo utilizado como um instrumento do imperialismo e mesmo das burocracias que governam o leste europeu e a URSS para tentar "pacificar" os conflitos que estão cada vez mais numerosos nas várias partes do mundo."

Se é bom para os católicos é bom para nós

Armênio Guedes, da direção do PCB

"Acho que a visita do Papa é agradável para os católicos. E a grande massa de católicos é nossa aliada na luta por democracia. Assim, se a visita tem este sentido para os católicos, creio eu que ela fortalece a luta por democracia. Isto tanto do lado dos setores chamados progressistas como a própria Igreja enquanto instituição. Eu não acredito que o Papa venha reforçar a ala conservadora da Igreja. A visita é essencialmente pastoral e é neste sentido que julgo que ela venha alentar nossa luta.

Por outro lado, talvez essa visita seja também um modo do Papa conhecer mais de perto a nossa realidade.

Nós não temos condições, enquanto partido não legalizado, de agir de alguma maneira

dianete da visita do Papa. Tampouco é nossa pretensão fazer brindes demagógicos junto aos católicos. Mas atra-és dos nossos jornalistas acompanhando o desenrolar dos acontecimentos.

Por fim, aproveito também a oportunidade para reafirmar aqui nossa posição em prol da liberdade de culto."

A visita não ajuda nem atrapalha

Aurélio Perez, deputado federal do PMDB paulista

"O regime temia manipular a visita através de uma publicidade de massa. Tentam fazer com que o povo esqueça seus problemas. E tentam vender uma imagem falsa da realidade do povo ao Papa.

Por tudo isso não acredito que o Papa traga vantagens para o movimento popular. Ele inclusive, e isto é inevitável, tem feito algumas restrições ao compromisso de valores da Igreja com os movimentos populares. Se o papa pudesse conhecer a realidade de fato, talvez revisse sua posição. Então, acho que a visita não ajuda nem atrapalha.

No que toca a nossa parte não vamos fazer nada de concreto durante a visita. O encontro no Morumbi não vai propiciar uma participação mais ativa por parte dos trabalhadores. Portanto, não há grandes esperanças em relação."

João Paulo dará força ao engajamento

Sérgio Santos, deputado estadual do PMDB paulista

"A vinda do papa poderia acontecer de forma mais simples. Ela está sendo cercada de muita propaganda, de muita exploração comercial. De qualquer modo a sua vinda aqui é muito importante. A Igreja vem tomando posição muito clara com relação aos direitos humanos, com relação aos problemas sociais, enfim setores da Igreja manifestam claramente sua identificação com os oprimidos. A presença do chefe máximo da Igreja, ao contrário do que o governo pensa, reforçará e apoiará este engajamento, este "agrupamento" da Igreja no Brasil.

A Igreja, de modo nenhum com a vinda do papa receberá um punção de orelha porque não tem calado sua voz, e tem participado vivamente de tudo o que acontece em nossa terra.

Na região que eu moro, as pessoas participaram da recepção ao papa. As que puderem irão ao Campo de Marte, e as outras, os trabalhadores irão ao Morumbi, conforme está previsto. Seguirão as manifestações programadas pela Cúria de São Paulo."

Figueiredo é cristão?

Do jornal Hora do Povo

A manchete do último número da Hora do Povo, chamou a atenção muito além do habitual. "Após encontro com Santo Padre - Igreja põe em dúvida se Figueiredo é cristão". E abaixo vinha a "explicação": "Suspeitas aumentam - Declarações do Cardeal Avelar revelam que ele não está seguro a respeito da fé cristã de Figueiredo. O religioso não aceita atinar - Papacodena miséria e consumismo Santo Padre receberá líderes operários e favolados - Fancias apressivas - Em festa o povo de Deus."

Porque as tensões entre a Igreja e o Estado vão continuar

Na visão de muitos setores da Igreja, as contradições com o Estado brasileiro vão perdurar e em certa medida, independentemente da vontade dos bispos, da hierarquia da Instituição. Pois, argumentam, o que se assistiu no Brasil recente não foi uma virada oportunista da Igreja em direção aos pobres, mas sim a ocupação da Igreja pelos setores populares. Frei Betto, o membro da Igreja que mais de perto acompanhou e participou dos acontecimentos do ABC, expôs esta tese num debate recente, realizado em Belo Horizonte. Aqui, seu depoimento.

Por Juarez Guimarães

Porque os atritos do Estado com a Igreja? Esses atritos decorrem de um fato que precisa ser sempre bem analisado, de que a Igreja tornou-se nos últimos anos neste país, especialmente a Igreja católica, a voz dos que não tem voz. A Igreja foi progressivamente se identificando com certas lutas populares. A Igreja passou a colocar a sua infra-estrutura material e mesmo moral a serviço das classes populares, na defesa dos direitos humanos. Então, uma Igreja que prefere abençoar os trabalhadores e não as novas indústrias, que prefere frequentar o palanque da Vila Euclides e não os palanques oficiais, que prefere sentar junto aos trabalhadores do que participar dos banquetes das Federações das Indústrias de São Paulo, certamente é uma Igreja que incomoda, na medida em que não só reforça a luta popular, mas sobretudo porque ela se torna um canal de expressão das aspirações legítimas contidas nestas lutas. Esta a relação Igreja-setores populares no Brasil. É comum ouvir dizer que a Igreja está fazendo a Pastoral Popular tendo em vista que ela perdeu terreno nos setores populares e agora procura recuperá-lo, ou procura angariar prestígio junto aos setores populares, uma vez que ela foi abandonada pelos setores dominantes e mesmo da classe média.

"A Igreja não flutua, como os anjos, acima das tensões de classe"

Essa ideia de consideração a respeito da Pastoral Popular me parece profundamente idealista porque supõe uma Igreja que paira acima das contradições sociais, uma Igreja que, como os anjos, flutua acima das tensões de classe e que, então, oportunisticamente, tende para este ou aquele lado, conforme sopra o vento da história. Mas se considerarmos que a Igreja é uma instituição inserida dentro da sociedade, identificada com as próprias classes sociais que compõem essa sociedade, na medida em que ela é formada por pessoas que são católicas mas que, antes de serem católicas são pessoas que trabalham, que têm relações econômicas, políticas, pessoas que posicionam dentro do processo produtivo e pessoas que ocupam lugar numa determinada classe social, então é natural que essas tensões existentes entre as classes sociais se reflitam no interior da Igreja.

Esse reflexo, no Brasil, especialmente, se dá no momento em que o regime autoritário suprime os canais de mobilização e de organização populares: mas não suprime as classes populares. Pelo contrário, a política econômica do governo faz com que aumente o contingente de trabalhadores, de mão-de-obra disponível no mercado de trabalho, o contingente de desempregados, biscoiteiros etc. E, por outro lado, um outro fenômeno é a emergência das classes populares. Não tendo condições de sair ou de articular as suas próprias lutas, por força de repressão do regime, as forças populares procuram ocupar os espaços disponíveis. E um dos espaços disponíveis tem sido justamente o espaço representado pela Igreja no Brasil. Então, eu dizia que muito mais do que mérito de bispos que se abelham as aspirações das classes populares, eu diria que a Igreja foi ocupada pela emergência dos setores populares brasileiros, que estes bispos foram convertidos pelo contato que passaram a ter com esses setores populares. Essa ocupação que os setores populares fazem do espaço

representado pela Igreja se deve a uma série de fatores. No caso concreto da conjuntura brasileira se deve também ao fato da tradição cristã do país e à maneira como a instituição Igreja se configura dentro das tradições nacionais, impediram o regime militar de exercer uma ação repressiva diretamente sobre a estrutura da Igreja. Este fato, que inclusive permite desenvolver um trabalho pastoral que impede do reconhecimento legal, faz com que a Igreja possa tomar uma série de iniciativas sem pensar na questão da legalidade, na medida que são iniciativas legítimas. E me parece que um dos fenômenos mais importantes dessa ocupação popular da Igreja tem sido a rede de comunidades eclesiais de base, principalmente na zona rural.

É muito difícil hoje a gente encontrar qualquer tipo de trabalho pela terra ou de luta pela terra que não tenha uma vinculação com a Pastoral da Terra e com as comunidades de base. O trabalho das comunidades de base não é um trabalho propriamente político, nem pretende ser um trabalho propriamente político. Existe muita pretensão, muita expectativa ambiciosa em torno das comunidades de base. Elas são essencialmente grupos de fé, grupos de pessoas que se reúnem movidas pela fé. O que traz às comunidades de base um caráter novo da metodologia que elas adotam, que fazera reflexo da fé ferir a reflexão do Evangelho a partir da comunidade em que vive.

"Não há nenhum PCB - Partido das Comunidades de Base"

A comunidade de base tem limitações próprias da sua natureza na medida em que elas são movimentos de Igreja e não, portanto, não pretendem de maneira nenhuma se transformar no PCB, no Partido das Comunidades de Base. As comunidades, como movimentos de Igreja, os seus membros procuram participar ou criar instrumentos próprios do movimento popular seja nos bairros, seja na zona rural, instrumentos que permitam a participação independente da definição confessional das pessoas. Então surge o Clube de Mães, a Associação de Moradores, o Grupo de Lutas pela Terra, o Grupo das Lavadeiras, o Movimento do Custeio da Vida, enfim, uma série de pequenas iniciativas que agregam pessoas, não em torno de uma mesma fé, mas em torno de uma mesma causa. A comunidade permanece interligada a estes instrumentos, dando subsídios para que seus membros também ajudem a motivar estes instrumentos populares.

Para a gente entender como é que diante desse processo a Igreja se situa, primeiro a gente tem que modificar a concepção que a gente tem de Igreja. Infelizmente se tem um consenso muito elitista quando se fala da Igreja. A Igreja é o Bispo. Mas o limite entre o trabalhador do ABC e a Igreja passa exatamente pela alma do trabalhador do ABC. Eles são a Igreja do ABC. Entende D. Claudio ser a Igreja do ABC, eles são. Eles fizeram D. Claudio, que não é um bispo iluminado, que veio do Rio Grande do Sul e chegou ao ABC e resolveu que o pessoal dele tinha de ter de apoio aos trabalhadores. Muito pelo contrário. Ele é um bispo que veio de uma realidade de completo diferente, caiu no ABC e a Igreja do ABC o ajudou a conhecer a realidade do trabalhador de fábrica.

Outra questão importante é que pelo processo de renovação teológica ou ideológica que a



Fundo de Greve na matriz de São Bernardo: a Igreja foi ocupada pelos setores populares

Igreja vem sofrendo a partir do Vaticano II - que foi um concílio que se reuniu especialmente para discutir o tema "O que é a Igreja? Quem somos nós? Qual é o nosso papel no mundo de hoje?". Depois, o mesmo esforço foi feito em Medellín, em 1968. Diante daquilo que o Concílio disse em termos genéricos internacionais, qual é a missão da Igreja em um continente pobre e oprimido como a América Latina? E Medellín concluiu que a Igreja deve se comprometer decisivamente com a libertação das classes populares. Isso é reafirmado em Puebla, quando Puebla inclusive avança na concepção de evangelização dizendo que ela não significa apenas a conversão pessoal mas também a transformação das estruturas. Na medida em que a Igreja na América Latina começa a selar a esse processo de emergência das classes populares ele começa a sofrer uma alteração na sua própria ótica, na sua própria maneira de encarar a realidade, de entender a sua própria missão específica e de ler o próprio Evangelho. Essa maneira nova gera o que a gente conhece pelo nome de Teologia da Libertação. O que é a Teologia da Libertação? É a reflexão da fé a partir de um desafio prioritário que é a libertação das classes populares na América Latina. Em princípio é um pleonasmo porque toda teologia deveria ser libertadora.

"Não participamos na greve do ABC para aumentar o número de comunhões"

A Igreja começa a perceber que a sua missão não é anunciar a si mesma, a missão da Igreja não é participar na greve do ABC para saber se no domingo que vem vai aumentar o número de comunhões. A missão da Igreja é anunciar o Reino.

O que é o Reino? O Reino é essa realidade de justiça, de liberdade, de amor que se manifesta na realidade de acolhida ou não ao trabalho da Igreja, não importa. Do ponto de vista teológico as pessoas que estão comprometidas com o Reino são as pessoas que estão comprometidas com a causa do oprimido. É a questão colocada por Jesus no capítulo 25 de Mateus: "Eu tive fome, me deste de comer; eu tive sede, me deste de beber. A cada vez que fizestes isto a cada um desses pequeninos foi a mim que fizestes". Não interessa se a pessoa que vive na esperança do Reino tem ou não conhecimento do sentido último de seu gesto, conhecimento esse dado pela fé. A fé, do ponto de vista teológico, não é um dom universal. O amor, sim, é um dom universal.

Então, o que nos salva não é a Igreja, é o Reino. A Igreja só tem sentido em função do Reino. Toda vez que ela se afasta das tarefas do Reino, da luta pela liberdade, pela justiça, pela paz ela se afasta da sua própria missão, perde a sua própria identidade. O que nós chamamos de Reino é uma sociedade onde as contradições e as alienações sejam progressivamente suprimidas, até que nós possamos alcançar o que poderíamos

chamar de paraíso terrestre, de comunismo perfeito, de Reino de Deus, algo que interessa o nome.

"A função da Igreja é anunciar o Reino de Deus, o paraíso terrestre, o comunismo perfeito, não interessa o nome"

Isso é o que eu queria mostrar: existe uma redescoberta dentro da própria Igreja quanto ao papel que ela deve exercer na realidade latino-americana e na realidade brasileira, e a consciência desse papel não tem nenhuma ambição oportunística, mas pelo contrário, a identidade da Igreja está em função da identidade das classes populares.

Por isso a tensão entre Igreja e Estado no Brasil vai permanecer. E fica o desafio de saber como a Igreja, sendo hoje uma importante animadora da organização e da mobilização dos setores populares, vai contribuir efetivamente para os setores populares realizarem esse projeto alternativo. Isso é um desafio que não se coloca só para a Igreja, mas que se coloca para todos os setores populares, para todos os grupos, partidos e tendências que trabalham junto aos setores populares. Porque nós ainda no Brasil sabemos muito facilmente denunciar aquilo que não nos parece corresponder às aspirações populares, corresponder às bandeiras de luta que se colocam na prática popular, mas não sabemos ainda visualizar, propor um projeto alternativo. A não ser de uma maneira muito simples, que é dizer que nós queremos o socialismo, mas não sabemos definir qual é o conteúdo desse projeto alternativo.

Fu pessoalmente, por experiências que eu conheci, principalmente da Nicarágua, estou convencido de que um grande fator de amadurecimento popular na Nicarágua é que os sandinistas tinham dito ao povo como é que seria a Nicarágua sem Somoza. Nós não sabemos dizer como é que vai ser o Brasil sem ditadura militar. Caso contrário, na medida em que os setores populares - como aconteceu agora no ABC - fazem suas experiências de lutas reivindicativas no nível econômico, e encontram barreiras intransponíveis, e começam a perceber que as suas lutas deviam se entender ao nível jurídico e ao nível político, se não houver um projeto alternativo, um esboço elaborado, efetivamente não vamos fazer com que essa luta ao nível político e ao nível jurídico seja uma luta menos panfletária, menos repetitiva de clichês, menos idealista.

Quer dizer, as tarefas que se colocam hoje em função dessa grande proposta que a linguagem pastoral chama de libertação, libertação do povo brasileiro, são tarefas muito sérias, urgentes, são tarefas acreditadas em que não vão ser respondidas nem pela Igreja - aqui falando da hierarquia da Igreja - nem pelos intelectuais brasileiros, nem pelos cientistas mais iluminados, mas vão ser respondidas pela própria prática popular e por aqueles que estão efetivamente vinculados a essa prática.

Evangelho e Revolução

Por Luiz Henrique Cunha

O Cristianismo no chamado Terceiro Mundo, e especialmente na América Latina, está vivendo uma fase de transição capaz de transformá-lo em breve prazo num dos fatores de maior impulso da revolução dos trabalhadores contra o capitalismo. Essa transição se caracteriza por uma leitura do Evangelho e dos demais documentos bíblicos do Novo Testamento da qual se retira o ensinamento de que o Cristianismo só adquire sentido se se coloca contra todas as formas de opressão e exploração. Esta exigência é um "desígnio de Deus" e omitir-se ou colocar-se contra ela é incorrer no pecado e perder a Salvação no Reino de Deus. Esta posição implica para o Cristianismo em tomar cada vez mais uma posição de classe a favor dos trabalhadores, levando-o a um rompimento completo com as classes dominantes, deserdando-as religiosamente. Os ricos só serão considerados cristãos se negarem sua riqueza e as raízes dela, isto é, o capitalismo.

Esta prática essencialmente revolucionária dos cristãos de hoje procura retomar a bandeira dos primeiros séculos do cristianismo quando essa religião não fora ainda resgatada pelas classes dominantes de então. Naquela época o cristianismo era essencialmente a ideologia, a música dos oprimidos, que os animava e os fortalecia na luta contra os privilégios vigentes. Aos poucos, entretanto, o cristianismo foi se transformando na justificativa do status quo, na ideologia da resignação, acenando com a justiça, a liberdade e a abundância só depois da Vida. Aqui na Terra, caberia aos pobres carregar a sua cruz para se candidatarem a um celestial Reino de Deus. A partir daí o cristianismo se transformou decididamente no "ópio do povo", e a

Igreja, na mais sacrossanta das instituições da exploração.

Mas o grito dos oprimidos continuou pelos séculos afora. E no século XX, as terríveis iniquidades do capitalismo de um lado, e os processos revolucionários de outro foram empurrando a igreja para uma conversão. De início, foram seis pastores de base, em contato cotidiano com o povo, a entrarem em sua luta. Depois, a partir do Concílio Vaticano II, a própria hierarquia católica passou a redefinir sua prática. Já não se trata mais de esperar pelo Reino da Salvação, depois da Vida e fora da História, mas de antecipá-la na Terra. Para essa nova Teologia, a "Teologia da Libertação", o Reino se antecipa nas lutas populares, nos processos revolucionários e nas sociedades revolucionárias. Portanto, a Igreja já escolheu o seu caminho.

Esta transição entretanto não está ocorrendo apenas com a Igreja Católica. As Igrejas Protestantes, há mais de cem anos no Brasil, também estão sofrendo a mesma conversão. Reunidas no Rio de Janeiro em fevereiro deste ano representantes das Igrejas Luterana, Metodista, Anglicana, Cristã Reformada e Presbiteriana decidiram convocar para setembro vindouro a "Conferência Nacional sobre Evangelização". Neste Encontro será chamada a atenção do protestantismo brasileiro "para a inadiável forma de fidelidade ao Evangelho representada pela ação das Igrejas e seus membros, direta e indiretamente, visando a constatação e eliminação das causas da opressão e alienação da grande maioria do povo brasileiro, e não apenas atenuando suas consequências."

Optando decididamente pelos pobres a Igreja vai perdendo as graças do poder burguês que lhe dirige agora uma constante repressão.



Na base cresce o progressismo. E não alguma? Ainda o conservadorismo?

Os setores progressistas não são a instituição

Por João Machado

Há muitos anos que o vínculo de setores da Igreja latino-americana com as lutas populares tem provocado uma discussão. Esse vínculo é muito diferenciado: vai desde a adesão do padre colombiano Camilo Torres à luta guerrilheira, até a defesa dos direitos humanos feita, por exemplo, por D. Paulo Evaristo.

O fenômeno exige discussão. Afinal, o quadro histórico das relações Igreja-setores populares é bem diverso.

Do lado da Igreja, inúmeras foram as vezes em que adotou atitudes conservadoras ou mesmo obscurantistas: da "Santa Inquisição", ao apoio à escravidão no Brasil, ao apoio ao golpe de 1964.

Do lado do movimento popular, inúmeras foram as vezes em que assumiu posturas anti-religiosas ao longo da história universal. Isto ocorreu, por exemplo, na Revolução Francesa e cristalizou-se na famosa frase de Marx incorporada pela tradição do movimento operário: "a religião é o ópio do povo".

Hoje a situação chega a se inverter quando o regime militar brasileiro queixa-se de bispos que tenham incitado a greve do ABC, inclusive a própria CNBB.

A conferência de Frei Betto, da qual EM TEMPO publicou passagens fundamentais (ver pág. 14) oferece uma boa oportunidade para se avançar na discussão. Frei Betto, um dos religiosos que melhor representam os setores da igreja comprometidos com as lutas populares desenvolve uma explicação profunda, fundamentalmente correta, da situação atual da igreja.

Contudo acreditamos que a análise por ele apresentada não esgota o problema.

Com efeito, a igreja não é a única instituição que é permeada pela luta de classes. Isto ocorre com todas as instituições que funcionam numa sociedade de classes. Certamente ocorre com todos os partidos políticos, em especial os partidos de tipo populista, partidos politicastas com base popular como o antigo PTB e, em certa medida com o atual PMDB. Ocorre até mesmo com partidos operários, sindicatos etc.

Frei Betto não negaria que não se trata hoje de uma apropriação de toda a igreja pelas lutas populares. Pelo contrário, refere-se explicitamente às bases - em especial as comunidades de base - e a certos setores da hierarquia envolvidos pelo movimento popular. Certamente há sólidas bases de conservadorismo na igreja. A própria CNBB se guarda, por exemplo, de qualquer ruptura explícita com o regime.

Num outro plano a igreja não é somente uma comunidade de fé. É uma organização com uma forte infraestrutura material e financeira, profundamente vinculada às economias dos países capitalistas dirigidos pela sua hierarquia. É também um estado (o Vaticano) que mantém relações diplomáticas com qualquer outro estado.

Esta organização igreja, além disso tem uma estrutura de poder extremamente anti-democrática. Funciona com base no princípio da verticalidade a partir do papa (escolhido por um fechadíssimo colégio de cardeais em sessão secreta). É o papa que nomeia os bispos em todo o mundo (levando em conta, certamente, as influências da igreja local e conveniências diplomáticas).

Esta mesma organização e estado, é bom lembrar, mantém laços bem sólidos com todos os países imperialistas. E, em alguns casos como na Itália, tem jogado um papel decisivo na luta contra os partidos operários, em apoio à democracia cristã, o principal partido burguês.

Tudo isso - as bases financeiras e materiais da igreja, sua estrutura de poder vertical, o peso conservador de seu enorme aparelho, suas ligações diplomáticas etc. - faz com que os interesses conservadores em seu seio tenham uma grande vitalidade. É altamente improvável que a igreja como um todo possa ser apropriada pelo povo. É mais certo que, no conjunto, ela continue ligada não "preferencialmente aos pobres", como foi definido em Puebla, mas sim às classes dominantes.

É verdade que a igreja não são os bispos, mas inclui todos os fiéis (como no exemplo do ABC). Mas de qualquer forma a direção fica sempre com a hierarquia. E este é o elemento decisivo.

Pois mesmo em partidos de base verdadeiramente operária, e que chegaram em certos momentos a se configurar como partidos revolucionários, é bem conhecida a influência conservadora que os aparelhos adquiriram quando deixaram de obedecer a um controle estrito pelas bases. Foi o caso da degeneração de muitos partidos tanto da primeira como da segunda internacionais.

O que vem ocorrendo não é portanto uma apropriação da igreja pelo povo, pelas lutas populares, mas o desenvolvimento de uma base da igreja com compromissos com as lutas populares. A qual se chama inclusive com a hierarquia (embora conte com o apoio de alguns setores desta mesma hierarquia). A amplitude deste setor comprometido com o povo, a importância que ganhou, são negáveis.

Mas trata-se de fenômeno semelhante aquele que ocorre com partidos, como o antigo PTB, sem por isso ameaçar seu domínio burguês. É o que ocorreu também, numa medida diferente, com as bases das forças armadas na véspera do golpe de 64. Em maior medida ainda, no Chile da época de Allende, o que conduziu não só a vitória para a vitória dos trabalhadores, nem mesmo para evitar o golpe e a assassinato de Allende.

Todas estas evidências estão a demonstrar que para o movimento dos trabalhadores vencer ele tem que se apoiar na sua auto-organização e ter uma consciência bastante clara de seus interesses, históricos e de sua oposição frente ao estado burguês.

Os setores da igreja identificados com a luta popular, se quiserem contribuir para esta vitória até as últimas consequências, devem apoiar a organização independente dos trabalhadores. O que implica em ter que ajudar o movimento popular a compreender claramente a necessidade de romper com o estado burguês e com todos os setores que se ligam a ele na mesma comunhão de interesses. O que implica no caso, inclusive, a própria hierarquia da igreja. Do contrário serão companheiros apenas de meia viagem do conjunto dos explorados no rumo de sua emancipação.

Um papa para a crise do capitalismo?

Por Bruno Pavoni

A visita do Papa ao Brasil tem e terá um significado decisivo para a caracterização de seu pontificado. Ela é, igualmente decisiva para a Igreja do Brasil: um saldo favorável ou neutro apenas a deixaria livre para continuar a sua multiforme e não muito homogênea existência; um saldo desfavorável, seria, ao menos, um golpe difícil de assimilar. Há quem pense o contrário, mas impõe sempre considerar a formação do clero brasileiro e de seu Episcopado, toda feita segundo uma concepção de Igreja articulada em torno do centralismo romano e de sua forte disciplina (não seria, mesmo, exagero dizer que a única realidade maior disciplinada do Brasil é a Igreja).

A ação e a visita pastoral pode ser um ato de cordialidade, mas ela pode ser também o exercício de um poder que o Bispo reconhece a si mesmo. Bispo, o Papa não é como qualquer outro Bispo: o seria, por força de uma história e no quadro da Igreja vigente hoje, ele o é a um título hegemônico em relação aos demais, bispos. Ainda recentemente isto se manifestou quando João Paulo II se recusou a dispensar bispos brasileiros da visita "ad limina" que lhe devem fazer, isto é, da visita que, periodicamente, cada bispo é obrigado a fazer-lhe segundo a política eclesiástica canônica e oficial. Assim, ao dizer que sua visita é Pastoral, ele diz que a faz à Igreja local, a cada Igreja particular, como a algo de próprio.

Digo isto, sem maiores explicações, é possível dividir como a Visita "Pastoral" do Papa faz-se de si mesma a igreja subalterna e é a afirmação de sua subalternação. Certamente, isto ocorre segundo a velha sociedade romana, bem como se faz com o consenso da igreja local, sem violência. A

Igreja tridentina, longamente gestada durante a Idade Média da a não impressão de alcançar a sua maturidade e emergir mais forte do questionamento e das reformas do Vaticano II. Sem dúvida, isto acontece e acontecerá segundo diversos graus e medidas e dificilmente assumirá uma forma definitiva. Os primeiros pronunciamentos - a homilia e os dois discursos de Brasília - parecem haver dado o tom ao restante, proclama-se a necessidade de se instituir a justiça por vias pacíficas e sem rupturas (o que quer dizer "no Estado"), insiste-se na transcendência do religioso em relação ao social e ao político, prega-se uma harmonia que não chega a ser a superação das contradições sociais.

Mas não é só. Se se atentar para o fato de o Papa não ser um simples particular, uma pessoa privada, mas exercer o seu "ministério" em permanente articulação com a burocracia e, no caso presente, mais especialmente com a diplomacia romana, não se pode minimizar a relação entre a visita ao Brasil e toda uma política que não é só centralista em matéria religiosa, como se acentuou acima, mas que é também uma política de conciliação no que concerne ao social e ao econômico, bem como à política em sentido amplo. Trata-se de uma consagrada tradição eclesástica: prevalecer convivendo com toda a sorte de antagonismos, inclusive com aquele que opõe a Igreja ao Poder Secular, desde o Império Romano, passando pelas monarquias medievais, até o Estado Moderno. É então que se põe ao observador atento a pergunta que exata relação travar entre a visita ao Brasil, mais amplamente, a sequência de visitas que caracteriza o Pontificado de João Paulo II e a que se tem por hábito chamar de a "crise" do Capitalismo?

Flávio Gikovate em entrevista exclusiva:

"O sexo hoje é o novo ópio do povo"

Por Beth Lobo e Maria Teresa Verrando

Flávio Gikovate talvez seja o psicoterapeuta mais conhecido do país. Mas não exatamente pela clínica — onde defende ideias nada ortodoxas como a de que o inconsciente não existe. Sua fama provém antes de sua atividade como articulista em revistas de grande circulação do gênero *Claudia*, *Status*, *Nova*, e do seu tema privilegiado: a sexualidade.

Enquanto escritor, tem ainda inúmeros livros publicados — sempre dirigidos ao grande público — alguns com títulos ilustrativos ("Você é feio?"). Para muitos o seu método consiste apenas em radicalizar o senso comum e daí sua aceitação junto a este público.

Mas a opressão sexual é a mais antiga experiência das mulheres. Velada e disfarçada ela atravessa culturas, teorias e ideologias sempre assumindo novas formas. Desvendá-la e denunciá-la faz parte do nosso cotidiano. Gikovate, evidentemente, não concorda com isso. E por isso mesmo fomos entrevistá-lo.

• Você diz em seus livros que existe uma diferença biológica sexual entre homens e mulheres. Você pode explicar isto?

• Existe uma superioridade biológica da mulher no plano sexual, no sentido de que ela, fisiologicamente, é exclusivamente do ponto de vista sexual, é capaz de despertar desejo no homem. O homem, é capaz de se excitar visualmente e rapidamente só com a observação do corpo da mulher. O homem tem um desejo sexual vivo e fundamentalmente intermediado pela visão. Ou seja, isto eu entendo como sendo uma diferença biológica e não cultural. A fotografia do homem não dá tesão na mulher como dá a fotografia da mulher que ao homem mesmo educado, culto, sofisticado. Todas as revistas feministas americanas de dez anos atrás fizeram cópias de *Play Boy*, *Play Girl* e *Viva* e foram um fracasso.

• Mas esta é uma diferença biológica?

• É. Um menino de 14 anos quando se masturba, com enorme frequência usa a foto como estímulo. Já a menina, nunca faz isto. Ela usa a imaginação, a fantasia. E qual é a fantasia da menina, antes da grande produção da cultura? É que ela está passando, os mocinhos estão olhando, estão me sendo com ela. Ela está despertando no rapaz um desejo irresistível de tal maneira que ele vem e avança até mesmo contra o vontade dela. Ou seja, a excitação da menina surge e cresce na medida em que ela se vê objeto do desejo, desejada. A mulher se excita ao se perceber desejada e não desejando ativamente. Hoje, quando as mulheres dizem que o homem é um tesão, isto em geral é uma coisa, que elas estão falando muito da boca para fora, elas não estão sentindo o mesmo côco embalo do umbigo que os homens sentem quando usam a mesma expressão. É uma expressão copiada do homem.

"A fotografia do homem nu não dá tesão na mulher"

• Mas as mulheres honistas não despertam mais o interesse dos homens?

• Sem dúvida.

• Então não é cultural?

• Olha se fosse só cultural a vaidade não seria tão cultivada pelas próprias mulheres que se chamam isso alibido. A vaidade física nas mulheres é sempre reflexo do que o homem, não é? Aliás, no homem não é que exista por gosto. É



porque não adianta. Não dá o resultado desejado. Se desse, não teria dúvida, as maquiagens e os crimes masculinos seriam a mesma coisa que os das mulheres.

• Concluindo, existe uma diferença no erótico. Para mulher é o sentir desejada, e para o homem é o visual, o desejo.

• Esse aspecto existe também, sem querer exagerar as comparações biológicas com os animais. Vamos pegar o cachorro. A cadela quando está no cio ela não deseja o cachorro, ela não vai atrás do cachorro. Ela só fica cheirosa que o macho capta e ela vai atrás dele. Aí não é o visual é o olfativo. Eu insisto nisso falando do ponto de vista do desejo sexual. Evidente que na medida em que a mulher conhece o homem, conversa com ele, conhece por dentro a cabeça dele, o modo como ele é, como ele pensa, etc., pode surgir imediatamente um encantamento.

As pessoas descobriam, por exemplo, o sexo oral depois da invenção da píula anti-concepcional. Eu acho isso fantástico. Ou seja, depois que não precisa mais descobrir o sexo oral porque não havia mais o perigo de engravidar, porque as pessoas podiam usar outros recursos como a gravidez, descobriram que a penetração vaginal e a ejaculação vaginal não é uma coisa tão importante porque existe muito divertimento sexual sem isso. Eu fico sempre me perguntando, porque não descobriram isto no século XVIII ou XIX?

• Sexo e amor são igualmente desvinculados para o homem e para a mulher?

• Assim é uma resposta cultural. O condicionamento cultural é no sentido de associar sexo e amor na formação da menina e dissociar sexo e amor na formação do menino. Aí já é vinculação de sexo e amor. Então é evidente que é muito mais fácil ao homem, por razões de aprendizagem, ter uma experiência sexual sem significação outra que só sexual. E isto é um componente que pode ser alterado a qualquer momento porque é só cultural. Não acho que é uma cultura tão simples porque a mulher aceita muito facilmente, pelo menos aceitou com muita facilidade essa vinculação, cujo intermediário seria, em termos de penção, o temor que as mulheres teriam de uma gravidez não ligada a uma relação sólida, matrimonial.

• Como você vê a diminuição da repressão sexual?

• A impressão que me dá é a seguinte: só se pode pesquisar os prazeres mais livremente depois que caiu a repressão. A repressão desapareceu quando para uma cultura como a nossa, principal-

mente a cultura americana, passou a ser interessante que o sexo virasse o novo tema de distração e divertimento da população. Uma coisa que já falei há muito tempo atrás, que o sexo como é vivido e pensado hoje é o novo ópio do povo. Ou seja a liberação sexual é uma liberdade praticamente reacionária e conservadora. Basta visto onde nasceu tudo isso, na Califórnia, que é o Estado politicamente mais conservador dos EUA.

"A mulher se excita ao se perceber desejada"

• E a liberação sexual no sentido reichiano, é reacionária?

• Francamente não vou responder porque não quero entrar em brigas filosóficas. Em Reich não era, mas a cultura que nós temos tem essa grande habilidade de transformar uma ideia ótima em alguma coisa que acaba servindo aos seus interesses e não aos interesses de quem gerou essa ideia. Tudo é transformado segundo os interesses do poder econômico. É com a liberação sexual se deu a mesma coisa. Eu não sou contra a liberação sexual. Só acho que não é a grande festa que estão fazendo por aí. E não é essa a ideia do Reich também. O Reich numa leitura hoje é um caretão. Ele prega a plenitude sexual do amor. E não todo mundo dá pra todo mundo, que é a pregação nossa. Falando do orgasmo integral, que é o orgasmo físico, pleno, em pessoas iniciadas, colocadas, e portanto plena vinculação amorosa. E isso continua sendo exatamente a ideia que eu defendo como sendo a situação máxima de prazer e até de maturidade. Mas isso continua tão raro quanto sempre foi, com uma frequência inferior a um por cento.

"O Reich seria um 'caretão' numa leitura atual"

• E quanto ao feminismo?

• Uma mistura de coisas boas e ruins. Como toda rebelião um negócio muito radical. O feminismo exige uma igualdade de direitos so-

ciais, sexual e emancipação da dentro masculina. Vejo muita coisa, muita repressão, muito oportunismo. Tudo isso misturado que o aspecto mais positivo se perde.

Agora, que a liberação da mulher é complicada, você não tem dúvida. Porque eu digo no meu livro "O Instinto Sexual" que o grande pavor do homem é a homossexualidade, donde a preocupação de desempenho, de mostrar competência, etc. Para provar para si e para todo mundo, o tempo todo, que é macho.

E o grande pavor da mulher, é a hipersexualidade, ou seja, a mulher aceita com certa facilidade coisas que reprimem sua sexualidade porque a tendência natural do impulso sexual da mulher seria de uma intensidade muito grande.

A razão biológica, fundamental para isso, foi aquela colocada por Master & Johnson em 1966 de que não existe satisfação sexual da mulher depois do orgasmo. Não existe, como no homem, um período de desinteresse sexual depois do gozo. O homem depois que goza tem um período de desinteresse variável de dois minutos a 24 horas, dependendo das circunstâncias, e a mulher não. A mulher é imediatamente excitável de novo. Então, teoricamente, ela pode estar continuamente excitada. Não há intervalo de desano. Se você somar isso ao fato de que a mulher andando na rua, desperta o desejo, e o fato de despertar o desejo a excita também, e ela ao exercício mesmo da prática sexual não se cansa nunca, então você imagina a mulher como um animal hipersexualizado, como se fosse uma cadela continuamente no cio.

E a própria mulher se apavora com isso. Todas as mulheres que chegaram perto desse limite sabem que estão falando a verdade. A maioria das mulheres não chegou nunca perto desse limite, de sentir toda a plenitude do seu desejo.

E um panico. E ela sozinho se rapta. Essa é uma tendência da natureza biológica, ligada à ausência de descanso, de desinteresse.

• E qual é a postura do homem diante desta liberação da mulher?

• O homem está muito assustado, e de certa forma tem razão. Eu já falei que do ponto de vista sexual o sexo frágil é o homem. O homem é muito delicado do ponto de vista sexual, em relação à mulher. Porque ele tem um medo terrível do fracasso. O fracasso do homem é visível, é ostensivo, é humilhante, e principalmente ele esbarra com todos os pavores da homossexualidade. Então o machismo é uma espécie de defesa do homem contra a sua própria fragilidade.

Toda atitude autoritária e tirânica encobre sempre fragor. O machismo é a forma mais cabal de fragilidade do homem que tenta resolver sua fragilidade através da dominação da mulher. Na medida em que essa dominação não pode mais se exercer, aparece mais claramente a fragilidade do homem, que é um fato verdadeiro e com o qual ele vai ter de aprender a lidar. Neste momento os homens estão muito atrapalhados com isso. Então o homem se sente extremamente diante de uma mulher com muita facilidade. Ela toma grandes iniciativas e ele brocha. Ela é muito exuberante, ele brocha. Ela é muito sexual, ele brocha. O cara para se sustentar não precisa muito.

• Quem tem mais problemas sexuais, o homem ou a mulher?

• No início era muito mais frequente a mulher, mas a situação mudou, o número de homens que procuram a clínica aumentou muito.

I Encontro das Mulheres Fluminenses A Autonomia Desrespeitada

Entre as poucas propostas aprovadas no I Encontro das Mulheres Fluminenses, estão a campanha contra a carestia e a luta pelas creches, o que é difícil de entender já que existem pelo país várias associações cujo objetivo único é encaminhar estas lutas.

De Secorial

Com a participação de mais de 400 mulheres, realizou-se no último fim de semana o I Encontro das Mulheres Fluminenses, promovido por grupos feministas (Centro da Mulher Brasileira e Sociedade Brasil Mulher) e diversas entidades feministas (Departamentos Feministas dos Sindicatos dos Metalúrgicos, Bancários e Jornalistas, Associações das empregadas domésticas e Grupo de Mulheres do Morro Formiga). O encontro abordou os seguintes temas: Mulher, família e sexualidade; Mulher e trabalho; Mulher e participação política e social. Já no primeiro dia apareceu o conflito entre os grupos que promoviam discussões sobre questões gerais feministas, escola, menor abandonada) e as que queriam discutir sobre questões específicas. Num grupo por exemplo, a questão da sexualidade pode ser discutida graças a presença, em grande maioria, de feministas, que se, com que a coordenação se demitisse.

Sentindo-se perseguido, certos grupos lançaram trófeu de dirigismo e manipulação nas plenárias, não permitindo a discussão sobre o aborto e autonomia do movimento de mulheres, embora sendo sido tema defendido

não só pelas feministas mas por grupos homossexuais e pelos grupos de mulheres da filial do Governador e Volta Redonda. Fomos isto, a Sociedade Brasil-Mulher se retirou da execução do encontro.

Na plenária final os debates já estavam exaustivos quando foi lido o parecer das sugestões de impedimento) um documento de denúncia (hor). E apesar dos protestos das feministas e do ataque que isso pode significar ao movimento no Rio de Janeiro, as únicas propostas aprovadas foram: Campanha Contra a Carestia e a instituição do dia das Crianças num dia de lua por creches.

Denúncia contra a manipulação

Denunciamos todas as formas de manipulação e autoritarismo ocorridas nesse Congresso no qual, muitas vezes, nos sentimos sufocadas em nossa participação. A mesa, particularmente a

seção de encerramento, se mostrou bastante autoritária, não permitindo a livre e democrática participação do público. Constatamos aqui a reprodução das formas tradicionais de machismo e opressão. Manifestamos nosso inteiro repúdio à utilização desse Congresso como um veículo de propaganda política-partidária (exemplo, da criação do PMDB desrespeitando assim a autonomia do movimento de mulheres).

Observamos uma profunda subestimação pelos problemas específicos da mulher, razão fundamental da necessidade de organização do movimento. Queremos reafirmar que é nossa intenção, através dessa denúncia, contribuir para a unidade do movimento autônomo de mulheres em torno de seus interesses comuns e integrados à luta de toda a sociedade civil contra a opressão e exploração. Aviziam Grupos feministas do Rio-Summa - mulheres em Atividade - RJ Grupo de Mulheres da filial do Governador Aguiar - Mulheres Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro/Sociedade Brasil - Mulheres Grupo de Mulheres de Volta Redonda - Núcleo de Mulheres da Convergência Socialista e muitas assinaturas individuais.

Protesto à Figueiredo

Mais uma vez, o presidente Figueiredo não consegue conter seus impulsos e preferências. Agora compara as mulheres aos cavalos.

A Sua Excelência Sr. Presidente da República, Gen. João Batista Figueiredo, Sr. Presidente: Em entrevista à imprensa paulista, dia 23 de maio, Vossa Excelência declarou que "cavalo e mulher, só depois de montar — ou casar". As componentes das entidades signatárias, mulheres de várias idades e condições, cumpridoras das leis (tanto que muitas vezes lhes pareçam de duvidosa origem ou justificação), trabalhadoras contribuintes do erário, formadoras e disciplinadoras de mão-de-obra para o desenvolvimento e efetivos para a defesa (mesmo que às vezes não seja fácil saber a que se está desenvolvendo e o que se está defendendo neste país), confessam-se surpreendidas por tão insólitas expressões. Podem elas, com tanta vontade, admitir que não tenha havido intenção ofensiva: é bem possível que essa associação mental entre cavalo e mulher haja sido inspirada por visões de estrebaria particularmente gratas. Não lhes vale, porém, julgar motivações e sim manifestar sua estranheza: seja qual for o ânimo, a expressão é injuriosa. Num momento em que se cogita de cassar o mandato parlamentar outorgado, por sigiloso popular a um representante que seria supostamente, comendo excessos verbais, seria de esperar-se que os excessos verbais fossem eliminados da vida pública brasileira, com a consequente — e tão necessária — elevação do nível geral da linguagem. Como também seria justo pretender que os que reivindicam respeito à dignidade de sua corporação, demonstrassem respeito pela população que sofre, labuta, paga impostos e forma o tecido nacional, nela incluindo-se sua metade feminina. Centro da Mulher Brasileira/Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro/Grupo Feminista do Rio/Sociedade Brasil — Mulher — RJ

I Encontro das Feministas Paulistas Feminismo em debate

Durante dois dias, as feministas paulistas reúnem-se para discutir a especificidade de sua luta e a unificação de seu movimento.

Nos dias 21 e 22 de junho realizou-se em Valinhos o 1º encontro das feministas paulistas. O encontro teve o objetivo de discutir questões relativas exclusivamente ao feminismo, pois, por incrível que pareça, a grande maioria das mulheres que militam há vários anos no movimento, nunca tinham parado dois dias para discutir essas questões. Cerca de 130 mulheres conversaram sobre: O que é feminismo. Relação do movimento feminista com o movimento de mulheres; especificidade da luta feminista; sexualidade; formas de relacionamento e unificação das lutas feministas entre os vários grupos existentes etc. A plenária final decidiu pela

formação de uma coordenação feminista a nível nacional (já que no encontro havia representantes de Recife, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro), para encaminhamento de lutas conjuntas, pela formação de um grupo com o objetivo de estudar intervenção na política do governo sobre controle da natalidade; necessidade de uma imprensa feminista nacional e a realização mais frequente de encontros como esse para se ter uma atualidade de discussões que permeiam uma intervenção maior na realidade. Este encontro deixou muito clara a necessidade de que as mulheres tenham de ter um espaço onde possam discutir suas questões específicas.

Feminismo na SBPC

A mulher faz parte dos temas a serem discutidos na 32ª reunião anual da SBPC, que este ano vai se realizar no Rio de Janeiro. É a seguinte a programação: 1º Sexualidade-Mulher um Ser Violado, 2º Mulher-educação para submissão, 3º Mulher e os meios de comunicação, 4º A questão da Mulher na Reprodução da Força de Trabalho, 5º Debate Coordenado - Feminismo como Projeto de Liberação. As mesas redondas e painéis relativos ao tema mulher estão sob a coordenação de pesquisadores sobre o assunto.

Leia e assine:

EM TEMPO:

Descubra o maconheiro que está perto de você

Este poderia bem ser o título de um manual elaborado pelo Centro Técnico Aero-Espacial, ligado ao Ministério da Aeronáutica, para vigilância dos pais sobre seus filhos.

Salvo na cruzada contra o mal do século, o manual, perde o senso do ridículo e praticamente transforma os sintomas da adolescência em sinais de vício.

Aqui, trechos do manual, intercalados por opiniões de Freud, Baudelaire e Walter Benjamin, dentre outros, sobre o significado das drogas.

Por Luita Franco Moreira

Estão reunidos nesta página dois tipos de texto: parte de um folheto para a campanha antitabagística distribuído nas escolas de São José dos Campos; e parte do Centro Técnico Aero-Espacial e testemunhas de ex-citantes contrariados a respeito da droga.

O folheto do Centro Técnico refere uma apresentação mais detalhada.

Começa com um "apelo aos pais", que os convida à união na "guerra aos vícios" — de festa corajosa da família brasileira.

Em seguida, o folheto aponta os "sinais de alerta": problemas de família, de personalidade ou de meio-ambiente. Com meia dúzia de frases afasta-se uma pergunta que poderia parecer prematura (por que se usam as drogas?) e a figura do drogado é aproximada à do doente mental.

Numa outra parte há uma lista dos sinais que identificam os "viciados" — minuciosamente com fotografias, algumas com as legendas ainda em inglês. Segue-se uma relação dos efeitos das drogas. Nestas duas partes o folheto se aproveita da ignorância geral sobre o assunto para deixar os pais bem assustados. Claro que só se agite em efeitos das drogas firmes negativos, mas alguns deles, como "infecção" e "subnutrição", são completamente inesperados.

Em seguida há um glossário de termos ligados ao uso da cocaína e da maconha, e por fim um "decálogo de dealeria ao pássaro" — dez sinais que apontam "80% de possibilidades favoráveis ao vício". Nesse ponto, o folheto é ainda mais surpreendente. Em alguns desses sinais, insônia, irritabilidade, depressão, desinteresse pela escola ou desinteresse pela família para "acompanhar suas familiares nas horas das refeições", ou ficar acordado à noite "ouvindo os seus discursos" — o indivíduo de vontade e não se preocupando se está perturbando os outros. Mas, que adolescente não se com-

porta desta maneira? Desta vez, o folheto se aproveita da ignorância dos pais a respeito do que se passa com seus filhos na adolescência e como resultado da a entender que proibido mesmo é ser adolescente.

A campanha anti-tóxicos usa de má-fé, joga com a ignorância do público, fala através de chaves — mas por que? Este folheto faz parte de um movimento de repressão às drogas — qual o sentido disso, aqui e agora? Os poderosos não podem e não muito preocupados com a saúde da juventude, com tantas usinas nucleares por aí.

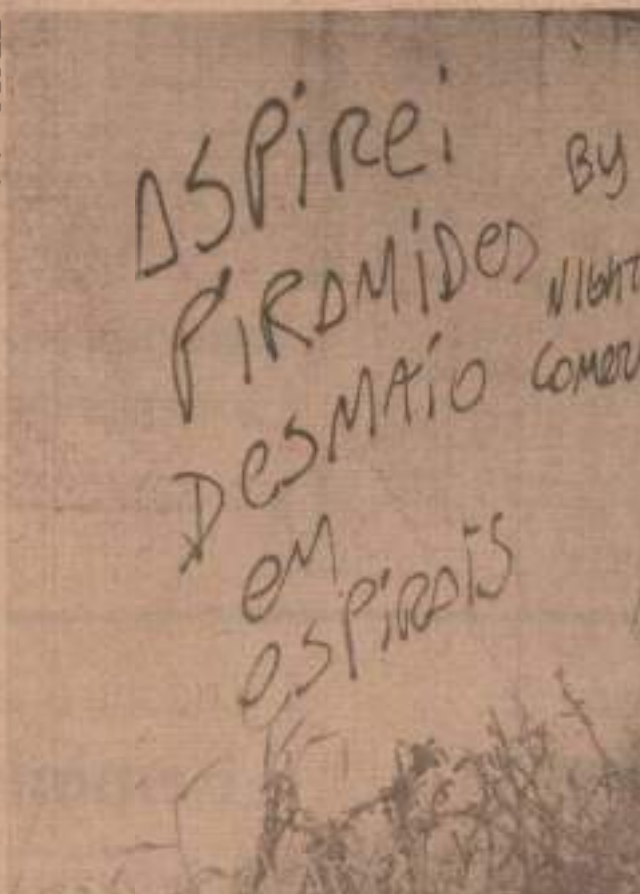
Esta pergunta leva a outra: afinal de contas, o que é "droga"? Com esse rótulo refere-se a coisas tão diferentes como maconha, cocaína, LSD e morfina. Esse agrupamento ainda fica mais absurdo quando se lembra que o álcool, o tabaco estão excluídos. É um go de mais falar em "droga".

A partir daqui, já se pode afirmar com um pouco mais de tranquilidade adivinhe a eterna, drogas são benéficas ou malélicas? Ou ainda, de outro ponto de vista: "você é a favor ou contra as drogas?" Uma opinião definitiva me parece arriscado. O uso das drogas tem sentido dos mais diversos, de acordo com os grupos sociais, a época, a cultura, e mesmo de acordo com os indivíduos. Coleridge disse ter escrito o "Kublaï Khan" sob efeito do opio, mas há pessoas que se suicidaram (literais ou moralmente) com as drogas. Os vários autores citados aqui divergem muito nesse ponto. Baudelaire condena o hábito, David Cooper valoriza a maconha e o LSD, William Burroughs consegue escrever um livro inteiro sem fazer um só juízo de valor.

Os textos destes autores consagrados expressam várias opiniões. Entretanto a tônica comum a todos é a mesma, na medida em que deixam transparecer uma reflexão séria. E parece-me que se deve escrever um de uma dicção sobre o assunto.

"O estrano gordo do hábito como o preparam os árabes, se obtém fervendo a planta (o cáñhamo oriental) fresca na maneira com um pouco de água" Baudelaire, em "Os prazeres artísticos".

"O ouvido percebe sons quase indistinguíveis no meio do mais vasto tumulto. É o ouvido que começa as alucinações... Os sons se revestem de cores, as cores de música. Isso podem nos dizer, é bem natural, etodo cérebro político, em seu estado não normal conhece-



be facilmente a essas analogias, mas já adverti ao leitor que não há nada de positivamente sobrenatural na embriaguez do hábito, apenas, essas analogias se revestem então de uma vivacidade desacomumada". Baudelaire, no mesmo texto.

"A semelhança de outras experiências deveras decisivas, a droga transforma a ilusória realidade cotidiana e nos obriga a nos contemplarmos por dentro. Não nos abre as portas de outro mundo nem põe em liberdade nossa fantasia, antes abre as portas de nosso mundo e nos faz enfrentar nossos fantasmas." Octávio Paz, em "Conhecimento, drogas, inspiração".

Verifica-se também modificações na percepção do tempo e do espaço, podendo o indivíduo ter a sensação de que o tempo parou, ou então, exatamente o contrário, ou seja, a sensação de que o relógio disparou de maneira vertiginosa.

"Eis que se fazem valer as pretensões espaciais e temporais familiares ao tomador de hábito. Sabe-se bem, elas são absolutamente régias. Para ele, Versailles é pequeno demais e breve demais a eternidade".

Walter Benjamin, em "Hábito e Marxismo".

ca ninguém ilicita desagradável sob a influência da maconha. Os maconheiros são um pessoal sociável. Sociáveis demais para o meu gosto. Não posso entender porque pessoas que dizem que a maconha causa crimes não vão adiante e pedem que álcool seja posto fora-da-lei. Todos os dias crimes são cometidos por bêbados que não seriam metidos no crime sóbrios". William Burroughs, autor americano contemporâneo, no livro Junky.

O alcoolismo é uma infração às regras sociais; todos a toleram porque é uma violação que se confirma... Ao contrário, o uso dos alucinógenos implica uma negação dos valores sociais e uma tentativa, quimérica sem dúvida, de escapar do mundo e colocá-lo à margem da sociedade." Octávio Paz, no artigo já citado.

O vinho exalta a vontade, o hábito a aniquila. O vinho é um estimulante físico, o hábito é uma arma para o suicídio. O vinho nos torna bens sociais, o hábito é isolante. Um é laborioso, por assim dizer, o outro essencialmente preguiçoso". Baudelaire, no artigo citado.

Nas aulas, o aluno se mostra apático, sem entusiasmo e suas pupilas contraídas não respondem à luz. Uma profunda sensação de letargia acaba encorajando a preguiça. (da parte "Como reconhecer um viciado em narcóticos").

"Para os homens práticos, isso lhes parece nocivo e anti-social. O uso das drogas desvia o homem de suas atividades produtivas, relaxa a sua vontade e o transforma num passiva. Não se pode dizer o mesmo a respeito da mística e em geral, de toda atividade contemplativa? A condenação das drogas por causa de sua utilidade social poderia estender-se (e de fato se estende) à mística, ao amor e à arte." Octávio Paz.

Finalmente, quando revolucionarmos a nossa "psico-química" e as nossas vidas, as substâncias do tipo do LSD tornar-se-ão superfluas. De momento, na sociedade pré-revolucionária, o uso cuidadoso dessas substâncias por determinadas pessoas e sob condições rigorosamente vigiadas poderá facilitar a revolução pessoal, a qual, por sua vez, poderá ser integrada no contexto mais vasto da libertação da sociedade". David Cooper, em "O teste do ácido" publicado em textos Cine-Olas.

"Aprenda a reconhecer um viciado em narcóticos."

Dependência é a condição na qual o viciado se torna escravo da droga. A dependência é física quando as drogas, alterando a química do corpo, exigem que a pessoa continue consumindo a droga caso contrário, morrerá. Essa dependência muitas vezes leva o viciado ao mundo do crime.

"Nunca me arrependi da minha experiência com drogas. Creio agora estar em melhor saúde por ter usado morfina em intervalos, do que estaria se nunca tivesse me tornado um viciado. Quando você para de crescer, você começa a morrer. A maioria das pessoas periodicamente larga o vício, o que envolve encolhimento do organismo e reposição das células dependentes de morfina. Um viciado encontrado em contínuo estado de encolhimento e crescimento no seu ciclo diário: desde a necessidade até a satisfação da picada." William Burroughs.

A dependência é psicológica, quando sem a droga, o viciado está em profundo abatimento, desanimado, sem razão, etc. A falta de droga não o matamos o deixa em lamentável estado psicológico.

Aqui estão os sinais: a maconha certamente não cria dependência. Você pode fumar maconha por anos e não sentirá desconforto se seu fornecimento de repente for cortado. Viciados em drogas na prisão nenhum deles apresentou os sintomas típicos da interrupção do uso da droga. Eu mesmo tenho fumado maconha em intervalos por 15 anos e nunca senti falta quando liquei sem. A dependência em relação à maconha é menor do que em relação ao tabaco". William Burroughs.

O jovem desajustado é a fonte de rendas do traficante de drogas. Ambos aliam novas vítimas para o seu submundo. O primeiro, por sua necessidade de novas campanhas para o seu infatigável e o outro, de novas fontes de renda para o seu comércio.

"Digo que o ópio, ou qualquer elemento de igual poder, tem o direito de supor que foi revelado ao homem para algum objetivo mais alto que fornecer um alívio para denúncias morais, ignorantes quando não hipócritas, infantis quando não desonestas". Thomas De Quincey, escritor crítico literário inglês da época romântica, em "Condições de um tornador de ópio".

"Os sons se revestem de cores, as cores de música"

Há — porção de narcótico fervido com açúcar que produz embriaguez acompanhada de alucinações e visões fantásticas. Proveniente do Arábia.

A mulher que inventou o amor

Num filme inédito da recente produção paulista, a questão feminina tratada de forma inovadora

Por José Maria Ortiz Ramon

A produção cinematográfica paulista deslanchou a todo vapor nestes últimos meses, sendo que diversos filmes estão sendo rodados, montados ou aguardando lançamento. As formas de produção destes filmes são variadas, as equipes que se formam diversas, originando-se assim um vasto leque de obras. O cone mais simples que podemos efetuar nesta produção é o seguinte: de um lado os filmes que integram o projeto do polo cinematográfico, financiados pela Embrafilme e Governo do Estado, dos quais podemos citar "Paula" de Francisco Ramalho e "Bauano Fantasma" de Denoy de Oliveira; num campo de ação diferente situam-se as produções que não mantêm relações com as verbas oficiais e, como possuem exibição e público garantidos, rodam ininterruptamente. Falo aqui dos filmes conhecidos como da "boca do lobo", o maior centro produtor de S. Paulo. Dentro desta faixa o diretor Ody Fraga já tem pronto e encostado na censura o "Palácio de Venus", enquanto Claudio Cunha acabou de filmar "O Gosto pelo Pecado" que está em fase de montagem.

É justamente sobre um filme que se enquadra nesta segunda faixa que pretendo — por considerá-lo significativo e inovador — levantar não somente as suas condições de produção, mas procurar mostrar que ao se realizar uma análise mais detalhada a dicotomia acima apresenta surpresas e nuances inesperadas. Surgem assim filmes importantes nos dois campos que se posicionam como "discretamente" antagonísticos. Sintetizando, penso que toda e qualquer valorização crítica deve tomar por base concreta as formas de produção atesadas do próprio filme.

— Um filme está nascendo —

Jean Garret é considerado um diretor de sucesso comercial garantido, destacando-se entre os seus sete filmes o curioso e bem elaborado "Excitação" (1977) e a incrível explosão de público que foi sua incursão nas tramas do orgasmo feminino em "Mulher, Mulher" (1979). A crítica sempre olhou com reservas para Jean Garret e quase todas suas obras foram tachadas de moralistas. Agora, seguindo suas próprias palavras, ele resolve mudar de ares em termos de roteirista e constatou o escritor e cineasta João Silvério Trevisan, autor do criativo livro de contos "Tes-

tamento de Jóatás deixado a David". Trevisan, afastado da direção desde 1970 — ou como ele diz: "na verdade me alastaram" — topou a parada e resolveu "remexer por dentro as próprias mazelas da Boca, mas sempre de forma erética". Como resultado surgiu uma primeira sinopse de "A Mulher que inventou o Amor", que tornou um ano na gaveta até que o produtor Cassiano Esteves resolveu investir no filme.

De lá para cá foram nove meses de trabalho, sete milhões gastos, 52 latas de negativos rodadas, o que significa uma boa quantidade de material para ser selecionado na mesa de montagem.

Se atentarmos para o fato de que as significações de um filme resultam das interações estabelecidas entre o trabalho do diretor, as influências da equipe e as condicionantes do meio de cinema em que a produção está inscrita, ficam patentes ao assistirmos "A Mulher que inventou o Amor" os resultados de um trabalho cuidadoso de direção, das discussões entre o montador Eder Mazini e o diretor visando uma escolha e edição perfeitas de material filmado, e dos "toques" dados na trilha sonora pelo fotógrafo do filme — o cineasta Carlos Reichbach P.

O desenrolar dos tensos e atordoados e em minutos deste filme de Jean Garret vai traçando com força a trajetória de uma prostituta, a inicialmente ingênua Doralice (interpretada por Aldine Müller), que se transforma com a escândalo social em Talulah. Mas "A Mulher..." não se resume em mais um filme que narra as desventuras de uma prostituta, e aí situa-se o seu potencial inovador. Avançando muito além de simplesmente expor as chagas sociais da prostituição, o filme foge de uma visão que nos conduza para o terreno da compaixão mistificadora ou condescendente. "A Mulher..." mergulha no imaginário da mulher-comum Doralice, e remexe na especificidade feminina.

— A caminho da libertação —

Doralice-Talulah inicia sua "via-crucis" sendo desvirginada num açague, numa terrificante cena em que o ambiente é todo banhado em vermelho pela iluminação piscipiscada de um luminoso de neon. Esta primeira sequência desfere um potente golpe inicial no espectador, alertando-o para o desenrolar do filme.

Desta abertura visceral, a personagem se agarrando e rasgando as carnes, ao final surpreendentemente encadeiam-se situações em que afloram e se desenvolvem os seus sonhos de casamento, o mítico amor pelo astro de novelas (Zezinho Andrade) que ela solitariamente curte no apartamento do amante. A estrutura narrativa vai lentamente costurando a caminhada de Doralice para a libertação, para a tomada de consciência de sua força. Desmoronam-se lentamente a paixão pelo idolo, a submissão aos desejos machistas, e o sonho de casar vestida de branco transforma-se afinal no vermelho já prenunciado pela abertura do filme. O vermelho do neon e das carnes que abrem as portas da sua doída caminhada encontram seu complemento no sangue da libertação que tinge o vestido e os cravos brancos do fim.

Além desta leitura global que coloca a libertação feminina conquistada a partir de uma vivência de sonhos e sofrimentos, a riqueza de "A Mulher..." está ainda nas situações e nuances armadas com a função de delinear as mudanças na postura da personagem. É significativo assim o seu espanto e humilhação/reveladores admitidos da brônca que toma de um freguês ao tentar carinhosamente lhe acariciar a bunda, sendo sodomizada em seguida; ou ainda a sua fúria e maldade quando vê que visam fortalecer o machismo dos que "a possuem". Estamos diante de uma precisa construção da personagem feminina em toda sua complexidade, não mais como um símbolo que nos remeta para o político ou o recordo de Madalena de "São Bernardo" e outras mulheres do Cinema Novo.

Em "A Mulher..." os problemas sociais que envolvem Doralice são atravessados pelas questões da sexualidade e do imaginário.

Ao terminar a primeira projeção, neste 24 de junho, a descontração da equipe que ainda não tinha visto o filme foi geral. Parece que todos estavam preocupados e ansiosos com o resultado de um roteiro difícil de ser filmado.

Aldine Müller, quase desconhecida do chamado público "culto", mas que já atuou em mais de vinte e cinco filmes, e que se viu bem num filme centrado na sua figura, confessava que este trabalho lhe causou neuras e preocupações até o fim "A Mulher...". Salvo problemas com a censura, deve ser lançado em agosto. Esperemos que a imprensa e a crítica acordem de seu sono letárgico, desçam à terra feia e procurem dar nomes aos bois ao invés de papaguear os "reflexos" que chegam nos redações.



Um Bocado de Mel

Um disco eletrizante: LP "De Volta ao Começo" de Luiz Gonzaga Jr - EMI-ODEON

Por José Maria Ortiz Ramon

Gonzaguinha está de volta com um disco primoroso lançado em junho. É instigante constatar como Gonzaguinha praticamente encarnou diversas vertentes da música brasileira e captou o momento e a paixão nos dias de hoje de uma forma visceral. No LP "De Volta ao Começo" as quatorze faixas são atravessadas por uma emoção total.

Somos lançados de repente em pleno mundo sonoro-romântico de Roberto Carlos ao ouvirmos "Sangrando", uma balada maravilhosa em que Gonzaguinha confessa: "Quando eu soltar a minha voz, Por favor entenda, É apenas meu jeito de viver. Eis aqui um pouco de mim entregando, Coração na boca pelo aberto, Vou Sangrando". Da música crítica, aquela com fortes pretensões à conscientização dos anos 60, ele apenas reformula algumas traças gerais, mas elimina toda a tristeza que marcava estas canções e mesmo os seus discos iniciais. Agora, uma música que fala de ansiedade, luta e custo de vida ("A Marcha do Povo Dado"), é cantada com a alegria de um deboche-

crítico, contando inclusive com a participação das Frenéticas. O mesmo ocorre com a faixa "Bê, Bê Brasil".

Se Roberto Carlos cantou os nossos amores de adolescência e Chico Buarque foi a nossa voz de raiva e ódios enrustidos, de comentários pelos cantos da década de 70, Gonzaguinha hoje funde paixão e crítica social numa harmonia perfeita. Ainda no campo da paixão ele se perde para Fagner que batalha em outro território — o das metáforas. Mas há uma diferença fundamental entre os dois. Fagner se nutre do sofrimento; Gonzaguinha do gozo do amor doído, louco e concreto, pois como diz um dos seus versos "não temo a dor de amar demais".

Dois faixas no entanto conduzem ao delírio total: "Grão de Alena" (já gravada por Maria Betânia) e "Pontos de Interrogação". A primeira é a mais bem sacada incursão de um compositor na situação das relações afetivas paradas, mas tem dúvida real, que vivemos atualmente. Deslumbrantes dois versos: "Primeiro você me alucina, me entorta a

cabeça e me bota na boca um gosto amargo de fel. Depois vem chorando desculpas, assim meo pedindo, querendo ganhar um bocado de mel"; ou mais adiante "São frases perdidas num mundo de gestos. Num jogo de culpa que tartarito mal". Quem vinha, eu vejo, vená... Em "Pontos de Interrogação" explode poeticamente a indiferença e insensibilidade do homem com uma sexualidade da mulher e desconhecimento do outro, desdenhado a situação de se ser "uma vida inteira nas mãos". E Gonzaguinha encerra: "Por acaso alguém dia você se importou com o saber se ela queria ou não?... E se eu não te transei você te transei de que foi uma coisa maior para o doí? Você tem ensurtecido o gosto do fogo o gosto da festa".

Gonzaguinha caminha firme e tranquilamente para uma posição singular no panorama da música brasileira, vivendo imensamente de ouvir sensual, remexer e nutrir tudo que estava no ar, desfilando uma síntese que antecipa e nos afoga num bocado de mel.

Retomada da revolução permanente

Lutando pelo avanço da revolução na América Central e no Caribe, saindo de suas próprias fronteiras, Cuba aprofunda o processo revolucionário em seu próprio território

Por Marcelo Zago

Hoje continua um intenso debate sobre a situação de Cuba, sobre as causas da existência dos milhares de refugiados, sobre o seu papel na revolução latino-americana. A grande imprensa tem procurado mostrar que a situação da ilha se deteriora, e procura utilizar isto para lutar contra a revolução no Nicarágua, em El Salvador.

O artigo que apresentamos, bastante polêmico por certo, se coloca em uma perspectiva oposta: a defesa da revolução cubana, e a defesa do papel desempenhado por sua direção no processo revolucionário no continente. Coloca-se assim tanto contra as interpretações conservadoras da situação de Cuba, como em polémica contra as correntes de esquerda que julgam que hoje a direção cubana não joga um papel revolucionário.

Recentemente, "O Estado de São Paulo" dedicou uma série de seus artigos de um enviado especial, o Sr. José Maria Mayrink, à descrição da atual situação cubana, em um aparente intento de explicar as causas pelas quais umas cem mil pessoas emigraram deste país.

Semelhante exercício é apenas uma gota na torrente de calúnias e mentiras que a grande imprensa internacional tem lançado contra a Revolução Cubana nos últimos seis meses, em uma campanha que se, por um lado, pretende mostrar estes fatos como prova de que a construção do socialismo fracassou em Cuba, e que o regime provoca o repúdio massivo da população; por outro tem propósitos inoculáveis: a criação de um clima adverso à Revolução Cubana e de desprestígio de sua direção, que prepare o caminho para uma intervenção imperialista que se torna o único meio para impedir o triunfo das massas insurgentes na América Central e no Caribe.

Cuba: alvo da contra-revolução

O caso dos refugiados cubanos forma parte de uma campanha maior, instrumentada pelo imperialismo com o apoio de vários governos latino-americanos. A operação iniciada através da embaixada do Peru se desenvolve no marco da preparação de manobras militares anexas no próprio território cubano — a base de Guantánamo — e no mar do Caribe. Trata-se de criar um conflito interno, montar um "foco de resistência à diáspora castroista" na própria capital, com apoio estrangeiro e no mesmo momento em que tropas norte-americanas rodeavam a ilha e realizavam "manobras" em Guantánamo.

Uma provocação perfeitamente preparada. Não ser porque, como em tantas outras oportunidades, não se contou com a possibilidade de uma resposta revolucionária. Castro retirou a proteção à embaixada e deu todas as garantias aqueles que quisessem abandonar o país. Ao mesmo tempo, começou-se a organizar uma mobilização de massas que levou um milhão de pessoas no ato de 1º de maio, e a "Marcha do povo combatente", preparada expressamente contra as manobras militares anexas em Guantánamo, que reuniu nada menos que 3 milhões de pessoas em todo o país.

Com estas medidas, de claro caráter revolucionário, o governo cubano impôs um formidável reves ao imperialismo: os refugiados se converteram em um enorme problema, que o governo Carter não sabe como resolver, e as manobras militares tiveram que ser suspensas quando da "Marcha do povo combatente".



Fidel, em poseu clássico

Um triunfo análogo ao da Bala dos Porcos, e que talvez marque o começo de uma nova etapa no desenvolvimento da revolução cubana.

Mas os refugiados...

Sim, os refugiados existem. Depois de 20 anos de revolução, uns 10% da população optaram por deixar o país. Como se explica isto? Deixemos de lado que o governo Carter já está expulsando muitos deles como "indesejáveis"; coloquemos aparte também que os que foram ao Peru em busca de "liberdade" estão fazendo greve de fome para que lhes seja permitido ir para os EUA; esqueçamos por um momento que, em Miami, os que voluntariamente abandonaram Cuba estão em campos de concentração, dos quais não podem sair, e já foram protagonistas de vários enfrentamentos com a polícia, com muitos de feridos graves.

O desencanto e o desespero que se lê no rosto dos refugiados através das fotos que os mostram atrás do arame farpado dos campos de concentração não nega o fato de que 10% da população optou por emigrar. Só que isto não tem nada que ver com um suposto fracasso da revolução, nem com o descontentamento do povo frente ao sistema social.

Tomando por base simplesmente o testemunho do Sr. Mayrink — interessado, parcial, truncado, porém de todos os modos testemunho — vemos que o motivo central é alcançar o nível de conforto que muitos antigos emigrados mostraram ter nos EUA quando foram permitidos viajar como turistas à ilha. Somemos o apoio de uma propaganda sistemática através do rádio norte-americano que descreve um paraíso capitalista esperando a 90 milhas de Cuba a quem queira terminar com as privações que sofre o claddio cubano. Recordemos que este pequeno país, que faz 20 anos era tão pobre e subdesenvolvido como é hoje, por exemplo, o Paraguai, suporta desde 15 anos um bloqueio comercial que não retrocede nem diante do fato de negar a venda de medicamentos a um povo inteiro.

Com estes elementos poderemos compreender que uma parte da população decide procurar fortuna na sociedade de abundância que seus familiares, anteriormente emigrados, lhes

mostra. Esta compreensão, contudo, carece de todo valor se não é colocada no seu verdadeiro marco: que os brasileiros debarquem o país se a propaganda que lhes oferece pagar-lhes a passagem, recebê-los como heróis, dar-lhes moradia e emprego bem remunerado, carro e televisão a cores...? Quantos argentinos, bolivianos, ou habitantes de qualquer outro país latino-americano não nam dispostos a emigrar? E isto não é só uma hipótese: segundo as estatísticas dos EUA, um milhão de mexicanos atravessam ilegalmente a fronteira a cada ano para buscar naquele país o que o seu lhes nega!

Cuba frente à América Central

A nosso juízo, sem dúvida, há um fator de fundamental importância que contribui para explicar o caso dos refugiados. Tal como analisamos, a operação da embaixada peruana era apenas um dos planos da contra-revolução frente ao impeto das massas na América Central e o papel que Cuba joga diante dela. Exceto correntes sectárias, todo o mundo reconhece hoje o papel que Cuba está cumprindo como apoio em todos os planos para que a Nicarágua se converta em uma nova Cuba e El Salvador numa nova Nicarágua. Desde 26 de julho de 1979, quando em seu discurso Castro saudou o triunfo nicaraguense e afirmou que Cuba enfrentaria qualquer intento de intervenção na Nicarágua como se se tratasse de seu próprio território, ficou claro que entre o desenvolvimento da revolução na América Central e a negociação de um status quo, a direção castrista optava decididamente pelo primeiro.

Isto, que pôs na ordem do dia a ameaça imperialista de invasão de Cuba, não podia deixar de repercutir na própria sociedade e no governo cubanos. Tanto mais quanto a reafirmação da opção revolucionária se dava depois de um longo período de impasse da revolução e em um momento em que o imperialismo se mostrava disposto a levantar o bloqueio comercial. O chamamento à mobilização das massas, descartando toda negociação às custas da revolução centro-americana e a restauração do combate revolucionário, que trazem consigo a ameaça de guerra — guerra de uma pequena ilha com dez milhões de habitantes contra a

primeira potência mundial — foi um fator de peso na psicologia das massas e, do mesmo modo que cinco milhões de cubanos saíram às ruas para reafirmar sua decisão revolucionária e seu apoio ao governo de Castro, cem mil decidiram abandonar o país.

O que a imprensa burguesa e a cegueira criminoso de certos grupos pretende mostrar como o fracasso da revolução cubana e o desprestígio da sua direção, é na realidade o exemplo mais emocionante que a história registra de decisão de um povo de pé de luta e em defesa de um sistema social pelo qual está disposto a afrontar um inimigo de dimensões incomparáveis; um povo consciente que se lança às ruas para defender sua revolução, compreendendo o caráter internacional que esta tem e apoiando, em consequência, sua extensão aos países vizinhos.

Posto neste marco, não ganha um sentido totalmente diferente o número de cem mil pessoas (das quais dezenas de milhares são crianças que não decidem por si mesmas) que escolhem este caminho? Nesse número há, além de tudo, uma boa percentagem de integrantes do aparelho de Estado. Dissidência ideológica? Sim, se assim se quer chamar a atitude de agarrar-se aos privilégios do status quo e fazer oposição ao aprofundamento da revolução.

"A construção do socialismo é tarefa de homens livres", disse Castro no seu discurso do 1º de maio. E abriu as portas para que saíssem todos os que renunciam a empresa.

"Cuba não é um paraíso", nos dizem os jornalistas "objetivos" e esquerdistas sectários. Mas nós não acreditamos no paraíso. Acreditamos, em troca, na revolução permanente; e vemos em Cuba um processo que, ao tratar de ir além de suas fronteiras, se aprofunda no seu próprio território. E nos colocamos incondicionalmente ao lado daqueles que reafirmam na sua decisão de resistir e continuar avançando.

O sr. Mayrink, que não pode esconder que cinco milhões responderam ao chamado de Castro e deve admitir que "ninguém foi obrigado a assistir", explica a massividade do ato e sua vibrante combatividade do seguinte modo: "numa cidade sem muitas opções de lazer — com filas para cinemas, restaurantes, sorvetes e filas até para comprar o "Gramma" — cantar e gritar nas ruas, com as bênçãos da revolução, não deixa de ser uma boa diversão". A pretensão ironia não pode ocultar uma penosa incapacidade para compreender o momento histórico que está atravessando nossa América. Quando o sr. Mayrink vê um povo inteiro pôr-se na vanguarda de um combate decisivo para resolver a encruzilhada que a América Latina enfrenta no sentido do desenvolvimento da humanidade e do fim de um sistema que degrada e avilta o homem, e põe em perigo sua sobrevivência mesma, quando o sr. Mayrink vê isto, o confunde com um ato de compensar cinemas escassos e restaurantes repletos.

Ficamos tentados a perguntar ao jornalista do "Estado de São Paulo" não sei para combater o fome e a miséria que açoitam seu povo, se não luta por um futuro socialista para o Brasil não se põe do lado dos cubanos decididos a dar a vida pelas conquistas da sua revolução, simplesmente porque em São Paulo há cinemas e restaurantes em número suficiente.

Em todo caso, as opiniões do sr. Mayrink — que têm a ver, está claro, com os objetivos da empresa que o envolve — não conseguem esconder a realidade social que sua própria reportagem mostra. Agora, o mesmo jornalista está enviando uma série sobre Nicarágua. E qualquer leitor que retire desse material a ideologia que supõe que "a liberdade é ganhar um peso e gastá-lo como se quisesse" (!), poderá muito bem compreender a batalha decisiva que se está travando hoje na América Central e o papel revolucionário que está jogando ali Cuba.

Peru

Discutindo os resultados das eleições

uma entrevista com Hugo Blanco, eleito deputado e ex-candidato a presidente pela frente de esquerda que se rompeu



O recuo da esquerda nas eleições peruanas continua a merecer atenção e exigir explicações. Ainda não foram divulgados os resultados definitivos; as previsões mais recentes indicam que a votação da esquerda será um pouco superior à inicialmente calculada, chegando a 20%. De todos os modos, sensivelmente inferior aos 30% da eleição para a Constituinte em 1978.

Todas as análises concordam em atribuir à divisão ocorrida na esquerda a maior responsabilidade pelos resultados. E no centro de todas as discussões estão Hugo Blanco e seu partido, PTR (Partido Revolucionário dos Trabalhadores, da V Internacional). Enquanto durou a ARI (uma ampla frente de esquerda, que excluía apenas o PC e o PST), Blanco, seu candidato a presidente, foi visto como o grande animador da unidade. Com sua ruptura, passou a ser responsabilizado por diversos setores como o culpado pela divisão, inclusive pelo semanário brasileiro "Hora do Povo", que na sua matéria sobre eleições peruanas se centrou na crítica a Blanco. Ao mesmo tempo continuou a ser o maior alvo dos ataques da burguesia, que o vê como a figura mais perigosa da subversão. Nos votos, dividida liderança da esquerda com os maiores ortodoxos da UNIR. A entrevista com Blanco foi realizada pelo correspondente do semanário francês "Rouge". Não, Hugo Blanco explica sua visão sobre as diferenças entre as diversas campanhas dos partidos de esquerda, as razões do recuo, e a situação atual do Peru.

— Como você analisa os resultados eleitorais da esquerda peruana?

— É evidente que o voto na esquerda baixou. Vários fatores explicam isto, antes de tudo o baixa intensidade da mobilização de massa e a luta de classes. Na época das eleições para a Constituinte, a situação era muito diferente, já que poucas semanas antes das eleições tinha havido, em maio de 1978, uma greve geral nacional. Esta campanha foi marcada apenas pela greve dos empregados municipais de Lima, greve duramente reprimida que conduziu ao assassinato de vários dirigentes grevistas, o que o governo conseguiu esconder de uma parte da população.

— Quais outros fatores explicam estes resultados?

— É claro que a divisão das forças da esquerda desencorajou e desorientou numerosos simpatizantes dela. Mas, para voltar ao ponto anterior, é importante voltar a questão anterior: é importante

compreender que nos períodos de grande mobilização as massas podem ver claramente quais são os que estão do seu lado na luta. Durante esta campanha eleitoral, as massas ficaram literalmente submersas na propaganda, em promessas de toda espécie, enquanto a mobilização era reduzida.

— A direita gastou somas fabulosas, milhões de dólares na sua campanha; a esquerda tinha recursos muito limitados...

— Também neste sentido esta campanha foi muito diferente da de 1978. Nestas eleições, a opinião pública foi especialmente manipulada pelos milhões de dólares e pelos aparelhos políticos. O PTR, por exemplo, gastou menos durante toda a sua campanha do que gastavam por dia e apenas pela propaganda na televisão cada um dos três grandes partidos burgueses. Fazendo a proporção entre o número de votos e o investimento financeiro, a esquerda ganhou de muito.

— Que relação você vê entre a fraqueza da esquerda e a vitória de Belaunde?

— Tocamos aqui em outra razão da baixa da esquerda, a campanha contra o voto perdido, para o voto útil conduzida por Belaunde e seus partidários teve um impacto sobre certos setores que não viam a esquerda como uma alternativa, devido às suas divisões e porque sabiam que de todos os modos os militares se oporiam a uma eventual vitória da esquerda.

O voto em Belaunde foi, ante de tudo, um voto contra os militares e contra o APRA. Belaunde soube explorar bem o fato de ter sido o presidente derrubado pelos militares em 1968 e que não tinha participado na Constituinte em 1978. Pelo contrário, a colaboração da APRA - e também do PPC (Partido Popular Cristão) com os militares apareceu claramente durante a Constituinte, e durante quase toda a campanha a APRA era, aos olhos de todos o partido favorecido pelos militares.

— Qual será o futuro do governo Belaunde?

— Aparentemente este governo de Belaunde é mais forte do que seu governo anterior dos anos 60, já que, com o apoio do PPC, tem assegurada uma clara maioria no parlamento. Mas na realidade ele é mais fraco, entre outras razões, porque deve enfrentar um contexto econômico muito mais difícil. Mas sobretudo a consciência e a combatividade do povo são muito superiores. Naquela época, era apenas o movimento camponês que lutava contra a burguesia. Hoje, a classe operária e as massas urbanas estão na cabeça desse combate trazendo consigo a tradição de luta e de mobilização contra a ditadura que se

expressou de modo especial nas greves nacionais dos últimos anos.

— Que avaliação você faz da campanha das diversas organizações de esquerda e, em particular da do PRT?

— A campanha do PRT foi muito clara; seu eixo era a independência de classe apenas um governo dos trabalhadores sem patrões nem generais pode fazer o país sair da crise atual e as massas da sua miséria.

A campanha de todos os outros setores da esquerda, pelo contrário, foi confusa, criando a ilusão de que os trabalhadores podem e devem governar em aliança com setores do patronato. O que, infelizmente, não contribuiu para educar os trabalhadores quanto ao antagonismo irreduzível entre seus interesses de classe e os de seus exploradores.

— Como você analisa os resultados das diversas forças da esquerda?

— Unidade da esquerda frente entre o PC e o PSR velasquista) perdeu consideravelmente se tomarmos por referência o voto recebido por eles para a Constituinte. Que um general, Leonidas Rodríguez, tenha sido apresentado como candidato dos trabalhadores foi considerado escandaloso pela maioria destes.

UNIR e UDP fizeram uma campanha confusa, como já disse, criando ilusões sobre supostos setores progressistas da burguesia. O que explica o fato de que muitos eleitores que votaram na UNIR ou na UDP para a eleição de deputados e senadores tenham votado em Belaunde para presidente. Aproximadamente 40 ou 45 por cento dos votantes para deputados e senadores da UNIR votaram em Belaunde; esta porcentagem sobe a 55 ou 60 por cento em relação a UDP. Quanto ao PRT, a variação não foi superior a cem por cento. A APRA utilizou esse fenômeno na sua propaganda para explicar que Belaunde foi eleito pela esquerda marxista.)

— Isto significa que a UNIR e a UDP veem em Belaunde o representante de um setor burgues progressista?

— Não. Eles não dizem isto. Mas eles educam as massas na base da ilusão de que existem supostos setores progressistas da burguesia.

— Que característica específica tem, na sua opinião, o voto pelo PRT?

— A quase totalidade dos nossos votos é coerente: isto é, para presidente, senador e deputado o PRT recebeu quase o mesmo número de votos. É um voto contra a conciliação dos interesses de classes, pela independência da classe operária. São muito numerosos os que ouviram, compreenderam nossa propaganda em torno da questão do

poder para os trabalhadores e o exprimiram por um voto de classe claro.

— Que comparação pode ser feita entre os resultados atuais e os da Constituinte?

— É claro que o nosso voto diminuiu; mas pensamos também que ele é qualitativamente diferente. Não se trata mais de eleitores que votam por simpatia a Hugo Blanco, mas de eleitores que na sua grande maioria, votam por um governo dos trabalhadores sem patrões nem generais. É um voto pelo programa. Não negamos, mesmo hoje, a presença do fator pessoal, mas ele já não é o essencial, e isto é muito importante.

Grças a estas eleições, o PRT realizou um avanço qualitativo. É agora um partido nacional, conhecido pelas massas. Um partido que aprendeu a fazer uma campanha e se mostrou capaz de organizar vários milhares de novos simpatizantes em torno dessa campanha. Nós rompemos na prática com a tradição do grupúsculo sectário que era até agora a do trotskismo peruano. Isto é uma mudança qualitativa.

— Logo após as eleições, o PRT lançou uma campanha que pretende levar, na abertura do parlamento, um verdadeiro "caderno de queixas" do povo peruano. Você pode explicar seu sentido?

— Senhores importantes das massas esperam que Belaunde cumpra as suas promessas. Um dos eixos da sua campanha não foi prometer um milhão de novos empregos em um ano? Nós queremos que sejam os próprios trabalhadores que nos indiquem por que querem que se lute em primeiro lugar.

Nos recintos do parlamento, nos próximos meses, fazer como os deputados da direita, que sorriem para o povo durante a campanha e, uma vez eleitos, esquecem suas promessas e se fecham em seus escritórios. Trabalharemos com todas as organizações operárias e populares para que sejam verdadeiramente os trabalhadores que decidam sobre as reivindicações que nós devemos levar primeiro ao parlamento.

— Como você encara o problema da unidade no período que se abre?

— A unidade das forças de esquerda, tanto ao nível parlamentar como ao nível das mobilizações de massa tem maiores possibilidades de se concretizar agora do que durante a campanha eleitoral. Na luta direta pelo aumento dos salários, pela reintegração dos demitidos - para tomar apenas estes exemplos - a esquerda pode e deve se unir. Esta luta vai se travar dentro, mas sobretudo fora do parlamento. Nós lutaremos pela unidade em cada combate que travaremos ou que o povo por si mesmo travará.

Abdias do Nascimento: Quilombola ou Capitão-do-Mato?

O recente livro de Abdias do Nascimento - "O Quilombismo" - lançado pela Editora Vozes, está causando intensa discussão no interior do movimento negro e junto aos setores da esquerda preocupados com o tema do racismo no país. Aqui, o colaborador Mário José Maestri Filho lança o debate numa crítica radical às teses de Abdias.

A desunião dos oprimidos foi sempre a melhor arma dos opressores; nossa história colonial é marcante exemplo. "Quando os senhores de escravos da Bahia - escreve o historiador Décio Freitas - se queixaram à coroa pelo fato do governador conde de Arcos permitir aos negros a prática dos seus rituais religiosos, ele assim se justificou: "O governo... olha para os batuques como para um ato que obriga os negros... a renovar as idéias de aversão recíproca que lhes eram naturais e que todavia se vão apagando pouco a pouco com a desgraça comum... pois que se uma vez as diferentes nações da África se esquecerem totalmente da raiva com que a natureza os desuniu e então os aglomerados vierem a ser irmãos com os negros, os negros com os brancos... grandíssimo e inevitável perigo então assombrará e desolará o Brasil..." (1)

A tendência à unificação nacional dos oprimidos no Brasil, que renasce com força com as importantes lutas sindicais dos últimos tempos e se estrutura na luta pela unidade política do classismo e por uma central única de trabalhadores, é vista, portanto, com receio pelos senhores. Tudo que divida os trabalhadores será tentado. Fala-se em desmembrar os sindicatos combativos; na passada grande greve metalúrgica o governo procurou jogar os pessimamente pagos contra os "privilegiados", os somente mal pagos.

Como na Europa e nos Estados Unidos, onde se atiza o ódio racial entre os trabalhadores para melhor dominá-los em conjunto no Brasil, a agitação racista será uma das armas da reação; e isto, para melhor enfrentar, e utilizar, o profundo descontentamento e indignação das camadas populares afro-brasileiras, exploradas e discriminadas por excelência. A importância do livro do Prof. Abdias do Nascimento - "O Quilombismo" (2) - está na apresentação, e defesa, de baixo de um palavreado radical, dos grandes argumentos com que se procurará dividir os oprimidos no Brasil.

Efetivamente, como contribuição científica ao estudo do escravismo ou do racismo no Brasil, ele é extremamente pobre. Podemos até dizer que é uma involução no relativo a posições já alcançadas por honestos estudiosos, tais como, só para citar alguns, Edison Carneiro, Manoel Querino, Clovis Moura, Artur Ramos, Luiz Viana Filho, L.A. Costa Pinto, Décio Freitas, Vicente Salles, Jacob Gorender, Maurício Goulart, etc. A todos eles, o Sr. Abdias, com uma pretensão quase messiânica, desconhece desdenhosamente. Vejamos, porém, as idéias principais do Professor.

A Revolução no Brasil: um grande pega pr'a capá racial

A grande tese do Sr. Abdias é simples. No Brasil não existiria uma sociedade de classes, mas sim racial. Os inimigos sociais não seriam exploradores e explorados, trabalhadores e patrões. Seriam negros e brancos. "Um férreo e rígido monopólio do poder permanece, no Brasil, nas mãos da camada "branca" minoritária, desde os tempos coloniais..." (3) O fator "raça" permanece, irredutivelmente, como a fundamental contradição dentro da sociedade brasileira..." (4)

Não existe outra solidariedade senão a racial. Trabalhadores brancos e negros,

mulatos e amarelos, são, naturalmente, inimigos. "No fim do século passado, os imigrantes europeus chegaram ao país e imediatamente passaram a usufruir as "bênçãos" do racismo: tomaram os lugares do negro recém-liberto da escravidão e rapidamente ascenderam na escala social..." "Que eu saiba, nunca houve qualquer solidariedade dos trabalhadores do Rio ou de São Paulo aos negros operários discriminados. O que se pode constatar é o silêncio conivente dos trabalhadores brancos, que desde o século passado se beneficiam..." (5)

Contra o negro brasileiro existiria, também, uma conspiração racial. O regime branco procura seu aniquilamento. "Sob a lógica desse processo, as massas negras do Brasil só têm uma opção: desaparecer. Seja aniquiladas pela força compulsória da miscigenação/assimilação, ou através da ação direta da morte pura e simples..." (6) Necessitamos de uma revolução racial. Os negros devem "tomar posse e controle" do país, claro está, em "fraternal igualdade e comunhão com os poucos índios brasileiros que sobreviveram a idêntico massacre e espoliação racista..." (7) Tomado o poder se instituiria um não bem explicado "comunismo africano". Para não ser mal interpretado no seu "ismo", o Prof. Abdias ajusta as contas, de passagem, com os marxistas e socialistas. Estes, no Brasil, parecem ter "compartilhado, ativamente ou por omissão, no processo de liquidação da raça negra..." Pecado não específico ao socialismo tupiniquim; Marx já se tinha provado uma espécie de racista e nazista quando "defendia" a escravidão, pois a explicava como "pivô" da revolução industrial (8). (O que prova também ser Marx um capitalista, pois afirmava ser o capitalismo "pivô" do socialismo!)

O Sr. Abdias só não diz quando proclamará o início deste pega pr'a capá racial, se durante um curso em sua Universidade nos Estados Unidos, ou no intervalo de alguma recepção em uma embaixada neocolonialista africana, das quais é tão assíduo frequentador.

Na defesa de suas teses o Sr. Abdias mistifica a história. Não houve exploração racial em nossa história; esta tomou, isto sim, aparências raciais. Nunca houve, no Brasil ou na África, solidariedade de "pele". O sentido da exploração colonial foi, sempre, social; só os oprimidos foram solidários na luta contra os opressores. O mercantilismo português, inglês, etc., efetivamente, nunca teve preconceitos de cor para alcançar lucros. O africano - nos prova Eric Williams (9) - é preferido como escravo, devido às vantagens econômicas que permite, não sua cor. Nas plantações inglesas os primeiros servos foram os indígenas e, exterminados estes... o inglês pobre. O africano toma o seu lugar porque era mais "barato" e a mão-de-obra inglesa se fazia necessária na Inglaterra para lá ser... duramente explorada. São mecanismos econômicos e sociais os que regem a vida colonial e dão origem ao racismo moderno.

Na África nunca houve, também, solidariedade de cor. Os milhares de homens arrancados do coração do continente, eram levados aos entrepostos negreiros da costa pelos senhores africanos que controlavam este "comércio". Era esta aristocracia negra que dirigia e controlava o "comunismo africano", tão do gosto do Sr. Abdias. A força dos senhores ashanti, do reino do



Abdias desconhece que o racismo é um dos meios de classe dominante dividir os dominados

Kongo, de uma rainha Nzinga Mbundi - a ginga de Angola - e inúmeros outros, se assentava, portanto, sobre o sofrimento e miséria do africano escravizado. A história nos mostra que os escravistas europeus - os grandes responsáveis por este genocídio - encontraram, sempre, cúmplices e associados nas camadas senhoriais africanas. Isto ontem e hoje.

Escravidão, racismo e mistificação histórica

As loas que levanta o Sr. Abdias à condição e ascensão social do imigrante no Brasil são inconsequentes. Repete, como por ponto, as mitologias da historiografia tradicional. Esquece nosso Professor, que, para cada trabalhador europeu que alcançou a elevar-se sobre as condições de sua classe, e passar a explorá-la, existem centenas vivendo a miséria brasileira. Que os imigrantes foram "importados" para serem explorados no lugar do escravo é claro. Que tomaram, em alguma medida, o lugar do ex-escravo, também o é. Mas isto em outro sentido. O próprio escravismo já tinha desorganizado o ex-escravo para o trabalho livre. Para este, trabalhar, era sinônimo de condição servil. Em grande quantidade vão preferir, nos primeiros tempos, se marginalizar e viverem uma economia de subsistência do que trabalhar como assalariados.

As diatribes do Prof. Abdias contra os marxistas poderiam ser parte do modismo acadêmico europeu e norte-americano, que acha de ótimo "tom" vilipendiar estas filosofias "depassadas"... É algo mais sério. O "quilombismo" de Abdias leva, efetivamente, à desunião dos oprimidos, ao fortalecimento dos opressores. Os operários negros devem se organizar independentemente; deve existir solidariedade entre negros explorados e exploradores. A estocada contra o socialismo completaria o sistema. Incompatibilizaria a vanguarda negra com as de outros setores sociais em luta.

Esta estratégia sui-gêneris permitiria, no máximo, a ascensão social individual de alguns intelectuais, políticos e funcionários negros. Eles teriam assim seus bons serviços - a divisão das forças sociais - reconhecidos pelo regime. Já está o caso dos Estados Unidos. Estas novas "elites" negras, não se diferenciaram dos negros que no passado alcançaram, individualmente, a se elevarem socialmente, pela possibilidade de manterem a cor da pele. Anteriormente, os afro-brasileiros que penetraram os quadros sociais dominantes, deviam, como todos, renegar as suas origens e vínculos populares. No caso do negro, tratava-se de renegar a pele. Em uma ou duas gerações "branquearam". Estas novas "elites", ao contrário, deverão manter-se negras, na pele. Se não, perderão o emprego.

As classes populares negras, como todos os oprimidos no Brasil, aceitam cada vez menos a situação de opressão e miséria que lhes são votadas. As sequelas, e humilhações racistas, herança de um passado escravista, tornam tudo isso ainda mais inaceitável. No passado, como no presente, o povo negro deu os mais brilhantes exemplos de heróica resistência contra a opressão. Mesmo quando lutaram quase completamente isolados. Hoje, ao seu lado, encontram os milhares de desertados - de todas as cores - que pariu nossa sociedade de classes. Finalmente, o afro-brasileiro não se encontra mais isolado.

O Prof. Abdias significa, sem dúvida, um caminho para as elites negras. É hoje reconhecido intelectual acadêmico, professor, brilhante escritor, conferencista necessário de todos os encontros africanistas internacionais. Outro caminho seria o do mulato, quase gigante, que há poucos anos deixou - sejam quais forem nossas divergências com sua concepção - o seu nome marcado a ferro vivo nos corações da esquerda e vanguardas populares brasileiras. Um outro caminho, mais sórdido, divergente. Mas quem melhor que este último mereceria o nome de quilombola?

Nas florestas e embrenhados distantes do Brasil colonial resistiram milhares de quilombos. Era costume das forças repressivas enviar, antes do ataque a estes, um negro intitulando-se quilombola na busca de informações. Quando os caçadores ou vigias de um reduto se encontravam com um negro dizendo-se fugido, possivelmente se estabelecia um momento crítico de tensão. Era questão de vida ou morte para o Quilombo saber, antes de abrir-lhe as portas da paliçada, se de baixo da talação do negro, suas histórias, sua pele, encontrava-se efetivamente um quilomba ou um capitão-do-mato.

NOTAS

- (1) FREITAS, Décio. *Instituições Escravas*. Editora Movimento. Porto Alegre, 1976. p.29.
- (2) NASCIMENTO, Abdias do. *Quilombismo*. Vozes, RJ, 1970.
- (3) Ibid. p. 17.
- (4) Ibid. p. 17.
- (5) Ibid. p. 171.
- (6) Ibid. p. 22.
- (7) Ibid. p. 23.
- (8) Ibid. p. 169.
- (9) WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e Escravidão*. Ciel, RJ, 1975.

Bolívia

Em busca de uma alternativa operária

Nas eleições presidenciais de 29 de junho, os candidatos mais votados foram Siles Suazo (com 34 por cento), Hugo Banzer (19 por cento), Paz Estenssoro (14 por cento) e Marcelo Quiroga (12 por cento). Siles Suazo ganha, mas ainda não leva. Enquanto a crise se agrava, os políticos conspiram, e os militares tramam novos golpes (ainda será possível um golpe "novo" na Bolívia?), a classe operária busca a sua alternativa própria.

Por J. Machado

Os candidatos burgueses nestas eleições podem ser divididos em dois grupos. Em primeiro lugar, os que têm origem no MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário). O MNR, partido populista, dirigiu a revolução de 1952 e desde então tem sido uma presença decisiva na vida boliviana. Seu nacionalismo burguês foi sendo progressivamente mitigado, e em 1971 esteve entre os apoiadores do golpe de Hugo Banzer, que depôs o presidente Torres (posteriormente assassinado).

O principal agrupamento originário do MNR é a MNR-Alianza, coalizão dirigida pelo chefe histórico do MNR, Victor Paz Estenssoro. A coalizão inclui o Partido Comunista Marxista-Leninista, maoísta. Nas eleições anteriores (em 1979) Paz esteve próximo da vitória, perdendo de pouco para Siles Suazo. Mas sofreu um grande processo de desgaste, o que é evidenciado pela baixa votação finalmente obtida. Havia agora outros 4 candidatos que deleis o presidente interino, até o golpe do coronel Natush Bush. Walter Guevara Arce, que representava cisões do MNR-Alianza.

Além destes cinco candidatos, mais três se reclamam da tradição do MNR: um deles, também ex-presidente, Luis Siles Salinas.

A divisão entre as forças burguesas se completou com os dois candidatos mais identificados com a ditadura militar de Hugo Banzer: o próprio Banzer, candidato pela Ação Democrática Nacionalista, e Carlos Valverde, da Falange Socialista Boliviana, também participante do golpe e do governo de Banzer, inspirada na Falange fascista espanhola.

Entre os candidatos burgueses e a esquerda, havia três agrupamentos políticos baseados nos camponeses e nos índios: o Movimento Revolucionário Tupac Katari; o Movimento Índio Tupac Katari; e o Partido Índio.

Historicamente, desde a revolução de 1952, os camponeses e índios tem sido forças conservadoras, tendo constituído base de apoio dos governos militares. A emergência de alternativas índio-camponesas, embora confusas, tem um significado positivo: a perda de hegemonia das formações populistas ou mais a direita sobre os camponeses.

A divisão da esquerda, afinal, não foi tão pronunciada como a da direita.

O candidato mais forte (a que se confirmou como o mais votado) é o ex-presidente (pelo MNR) Herman Siles Suazo, que concorreu pela UDP (Unidade Democrática Popular). Esta coalizão foi formada depois da queda de Banzer, em 1978. Inclui o MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário de Esquerda), uma cisão do MNR; o Partido Comunista (pró-Moscow); e o MIR (Movimento de Esquerda Revolucionária), que apesar do



Cortejo composto na manifestação do 1.º de maio em La Paz

nome e das origens hoje é a formação política boliviana ligada diretamente à Social-Democracia internacional.

Nas eleições presidenciais de 1979, Siles Suazo obteve 37% dos votos (porcentagem agora reduzida para 34%). Mas não foi empossado, pois a Constituição exigia 50%, cção exigia 50%.

Como mostra a queda de sua votação, a UDP não deixou de sofrer alguns arranhões no seu prestígio desde 1979. Alguns dos seus participantes (dos quais o mais importante era o antigo candidato a vice-presidente, Edil Sandoval Marón) chegaram a apoiar o golpe do coronel Natush Bush. Depois que este golpe fracassou e que Lidia Gueiler foi empossada, a UDP apoiou o seu "pacote econômico", inspirado pelo FMI, a que seguiu o figurino tradicional deste órgão.

Não há, portanto, muitas dificuldades em definir o caráter da UDP. No espectro político boliviano, situa-se à esquerda. Mas é uma formação democrático-burguesa, e é entendida desta maneira pelos seus componentes operários, o PC e o MIR, que explicam a necessidade de uma aliança com a "burguesia democrática", representada por Siles Suazo. Contudo, a participação do PC e do MIR, que tem ambos forte implantação no movimento operário, em especial na sua principal força, a COB (Central Obrera Boliviana), dá a UDP uma grande base operária.

Uma segunda candidatura de esquerda é a de Marcelo Quiroga Santa Cruz, do Partido Socialista. Quiroga foi Ministro dos governos militares "populistas de esquerda" de Ovando e de Torres. A diferença básica de sua política com a do MIR é que defende (hoje) a independência política da classe operária, razão pela qual se recusou a apoiar a candidatura de Siles.

Finalmente, foi organizada uma terceira coalizão de esquerda: a PRIN-Alianza, formada pelo PRIN (Partido Revolucionário

de Esquerda Nacionalista), o POR-Combate (Partido Obrero Revolucionário) (IV Internacional) e por outros grupos. Posteriormente a formação do PRIN-Alianza, este recebeu o apoio do Movimento Revolucionário Tupac Katari.

A figura mais importante desta coalizão é Juan Lechin Oquendo, o histórico secretário-geral da COB, líder do PRIN e candidato a presidente;

A COB é de longe a organização mais importante da classe operária boliviana, com uma longa e heróica tradição de combate. Sua última façanha foi a mobilização contra o golpe do coronel Natush Bush em novembro passado, mobilização que foi decisiva para derrotar este coronel. Do mesmo modo, sua ação foi decisiva desde então para garantir a realização das eleições.

O partido de Lechin, o PRIN, é essencialmente formado de líderes sindicais (embora, no momento, o PC e o MIR tenham maioria na COB). Lechin, como secretário da COB, é o mais importante líder operário boliviano. Mantém-se a testa da COB desde 1952. Sua carreira política, por certo, não é exemplar: durante uma etapa, foi apoiado a Paz Estenssoro, e chegou a ser seu vice-presidente. Mas continua sendo visto como porta-voz dos trabalhadores bolivianos.

O significado essencial do PRIN-Alianza, apesar da sua pouca força eleitoral, é colocar a COB, e através dela a classe operária, como a única capaz de dar uma solução para a longa e agônica crise boliviana.

Seu programa assinala que seu objetivo é construir "uma direção política nacional que seja capaz de responder aos graves problemas sociais, políticos e econômicos que emergem de nossa sujeição ao imperialismo e da incapacidade histórica e política dos grupos e classes dominantes em

resolvê-los, e isto a partir dos fracassos sucessivos que caracterizam o nacionalismo burguês e pró-imperialista".

O PRIN-Alianza assinala também o despertar de "um profundo sentimento revolucionário nas massas, expresso no mandato operário de constituir um instrumento político unitário, revolucionário e anti-imperialista". (a COB votou no seu último Congresso a proposta de uma "frente única da esquerda e dos seus partidos em torno da COB"), o que levaria a "fazer passar o processo atual às mãos da direção da classe operária". A coalizão se apresenta como "alternativa de independência de classe, sem militares nem burgueses, que se concretiza hoje como expressão dos explorados para tornar realidade as aspirações à liberdade, a melhores condições de vida e de trabalho, que só serão realizadas pela intervenção decisiva das massas organizadas na luta pelo seu próprio governo". Seu objetivo é "a libertação nacional e a construção do socialismo". Foca aos grupos para-militares, o PRIN-Alianza propõe multiplicar comitês de defesa da democracia "nas minas, nas usinas, no campo e nas cidades".

Enfim, o PRIN-Alianza afirma que a base fundamental da solução dos problemas bolivianos reside "na aliança revolucionária de todas as massas oprimidas do país, levantando bem alto a bandeira da independência de classe do proletariado face às opções do reformismo e da burguesia".

O resultado das eleições, com a vitória da UDP, mas sem a maioria absoluta necessária para garantir a posse sem passar pelo Congresso, aponta para o agravamento da crise política boliviana. A burguesia mostrou que não é mais capaz de governar com regimes "democráticos", o debilitamento de Paz Estenssoro e o reforçamento de Banzer o mostram bem.

Do mesmo modo, as variantes burguesas "de esquerda" já mostraram em todas as nuances possíveis sua incapacidade para dar uma alternativa. A solução da crise está claramente com a classe operária. E esta se divide hoje em dois caminhos básicos: o apoio à "burguesia democrática", decidido pelo PC e pelo MIR, na busca desesperada de uma etapa democrático-burguesa na revolução boliviana; e a busca de uma alternativa de hegemonia operária, representada basicamente pelas forças que lançaram Lechin.

A primeira alternativa é hoje eleitoralmente mais forte, e momentaneamente tem conseguido uma forte presença na COB. Mas a segunda é a que corresponde a tradição histórica boliviana, que sempre viu as forças progressistas se alinham em torno da COB. Do reforçamento da COB, da capacidade de levar ao plano político a unidade dos trabalhadores que ela tem tão heróica e representado no plano sindical, depende o futuro da Bolívia.